



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

(Re)pensar a vigilância: Arquitetura prisional

Marilisa Baptista Da Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(Ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Jorge Humberto Canastra Marum

Covilhã, outubro 2017

Agradecimentos

Aos meus pais

Ao meu orientador, Jorge Marum

Aos meus mentores

Aos meus tios, Manuel e Gorete

A Luísa Sousa

A Miriam Iñigo

e

A todos os meus amigos e familiares

Resumo

A presente dissertação constitui uma reflexão em torno do problema da vigilância na arquitetura prisional. Neste âmbito coloca-se em evidência a relação da vigilância com o espaço prisional, sendo um inerente ao outro.

A vigilância é uma tentativa do Homem para estabelecer ordem, portanto, uma forma de controlo. Vivemos num mundo de regras e, um dos meios para as manter em prática é através da punição de quem não as cumpre. A vigilância, feita por vigilantes, surge como suporte deste sistema de punição que condiciona o comportamento dos indivíduos e coordena-os para determinados objetivos. Esta relação, entre vigilância e punição, influencia a organização do espaço arquitetónico, que por sua vez, influencia e manipula o comportamento dos indivíduos restritos ao seu interior. Neste sentido, o Homem passa a relacionar-se com determinados espaços e respetivas regras. As regras impõem a disciplina do lugar, bem como a vigilância, que participa neste processo como instrumento auxiliador do espaço, na medida em que condiciona o comportamento dos indivíduos.

Partindo deste sistema de ordem, esta dissertação procura entender o processo que levou a relação entre o espaço arquitetónico e a vigilância, sobretudo, no que diz respeito ao espaço prisional — lugar onde a vigilância é visivelmente imposta como suporte do seu bom funcionamento. Esta perceção leva-nos a (re)pensar a relação formal entre o espaço e a vigilância, sobretudo colocando o Homem como suporte da mesma.

Desta forma, confrontamo-nos hoje com uma indefinição de conceitos e soluções que se refletem, na nossa opinião, de forma negligente na projeção de espaços prisionais. Como por exemplo, colocar a vigilância separada do objeto arquitetónico e, efetuar a sua parcial substituição por instrumentos de vigilância eletrónica. Portanto, pretende-se refletir sobre esta questão, colocando em evidência o objeto arquitetónico como meio de suporte da vigilância. Assim, como principal objetivo desta dissertação, propõe-se devolver o exercício da vigilância ao objeto arquitetónico, sendo que a primeira fase consiste em desenvolver um modelo, resultante dos estudos dos vários conceitos abordados ao longo desta dissertação. Este modelo será o ponto de partida para o desenvolvimento de uma proposta que tenta responder aos problemas da vigilância.

Palavras-chave

Vigilância | Punição | arquitetura prisional | Espaço arquitetónico | Modelo

Abstract

This thesis is a reflection about the issue of surveillance in prison architecture. In this context, stands out the relation between surveillance and prison space, being one inherent to the other.

Surveillance is an attempt of man to establish order. We live in a world of rules, and one of the means to keep them in practice is the punishment of those who do not follow them. Vigilance, made by vigilantes, appears as support for this system of punishment that influence the individual's behavior and coordinates them for certain objectives. This relation between vigilance and punishment influences the organization of architectural space, which in turn influences and manipulates the individual's behavior who are restricted within it. In this sense, man begins to relate himself with certain spaces and their respective rules. The rules impose the discipline of the place, as well as the vigilance, that participates in this process as an auxiliary instrument of the space because it affects the individual's behavior.

Starting from this order system, we try to understand the process that led to the relation between architectural space and surveillance, especially concerning to prison space - a place where surveillance is visibly imposed to support its functioning. This perception leads us to (re)-think the formal relation between surveillance and space, and highlight the eventual forgetfulness of man-made surveillance.

In this way, today we are confronted with a lack of definition of concepts and solutions that are reflected, in our opinion, in a negligent way, in the execution of prison spaces. For example, when placing the surveillance separated from the architectural object and when doing its partial replacement by electronic surveillance instruments. Therefore, it is intended to reflect on this issue, highlighting the architectural object as a means of surveillance support. Thus, as the main objective of this dissertation, it is proposed to return the exercise of surveillance to the architectural object, the first phase being to develop a model, resulting from the studies of the various concepts addressed throughout this dissertation. This model will be the starting point for the development of a proposal that tries to respond to the problems of surveillance.

Keywords

Surveillance | punishment | Prison architect | architectural space | model

Índice

Introdução 1

1	O problema
2	Objetivos
3	Metodologia

Capítulo I

1| Vigilância, um juízo omnipresente

9	1.1 Introdução
11	1.2.1 Punir
15	1.2.2 Punir e corrigir
19	1.3.1 Da punição à disciplina
25	1.3.2 Propósito da disciplina
27	1.3.3 Vigilância
31	1.4.1 Da disciplina ao controlo
35	1.4.2 A vigilância na era da informação

Capítulo II

2| A disciplina do espaço

41	2.1 Introdução
43	2.1 A arquitetura do controlo
47	2.3 Pensar o espaço de controlo
57	2.4 O corpo no espaço

Capítulo III

3| Arquitetura prisional

63	3.1 Introdução
65	3.2 Prisão
77	3.3 Tipologias prisionais
77	Retangular
79	Central
83	Panóptico

91	Radial
95	Bloco
97	Campus

Capítulo IV

4| (Re)pensar a vigilância

101	4.1 Introdução
103	4.2 Encontro entre a arquitetura prisional e a vigilância
107	4.3 Resumo
113	4.4 Definição de um modelo
123	4.5 Verificação do modelo – caso prático
123	O local
127	A ideia
131	Programa e organização
135	A forma
139	Aspectos técnicos e construtivos

148 **Considerações finais**

153 **Referências bibliográficas**

157 **Anexos**

Lista de Figuras

Capítulo I

- 08 #01 **George Orwell, 1984**
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.flickr.com/photos/ajOurneyroundmyskull/5802180769/in/set-72157626894978086/>
- 10 #02 ***A expulsão do paraíso***
Fonte: [internet], disponível em: <http://deniseludwig.blogspot.com.es/2013/09/arte-em-pinturas-de-adao-e-eva-o-jardim.html>
- 14 #03 ***A execução de François Damiens***
Fonte: [internet], disponível em: <http://braungardt.trialectics.com/sciences/humanities/history/foucault-execution-of-damiens/>
- 18 #04 **Crianças na escola**
Fonte: [internet], disponível em:
<http://hauntedbystorytelling.tumblr.com/post/129007375392/henri-cartier-bressonchildren-at-school>
- 20 #05 **Cartaz em resposta a “Lei pobre”, 1834**
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/oliver-twist-and-the-workhouse>
- 24 #06 ***Manufacturing 17***
Fonte: [internet], disponível em: <http://www.artnet.com/artists/edward-burtynsky/mnufacturing-17-deda-chicken-processing-plant-5NvPzajzh725Wfpubb7pEA2>
- 24 #07 ***Manufacturing 18***
Fonte: [internet], disponível em: <https://tailgrab.org/2009/03/edward-burtynsky/>
- 26 #08 ***Ophthalmologists***
Fonte: [internet], disponível em: <https://editionsmatiere.tumblr.com/>
- 28 #09 ***May Day V, Andreas Gursky’s, 2006***
Fonte: [internet], disponível em: <https://leticiakamada.com/category/inspiracao/>
- 30 #10 **Forgotten Songs, instalação em Angel Place, Sydney, Michael Hill, 2012**
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.treehugger.com/culture/50-forgotten-bird-songs-play-sydney-alley.html#32>
- 32 #11 ***Boundary, Adam Simpson, 1989***
Fonte: [internet], disponível em: <http://socks-studio.com/2011/07/20/adam-simpson-boundary-hotel-elevator-vs-oma-expo-89-france-paris-1989/>
- 35 #12 ***Look Deeper, Brad Evands, 2014***
Fonte: [internet], disponível em: <http://thecaledonianminingexpeditioncompany.blogspot.com.es/2013/08/>

Capítulo II

- 40 #13 **Centro Direzionale**, Aldo Rossi, 1977
Fonte: [internet], disponível em: <http://deus-ex-architectura.tumblr.com/post/48546991437/aldo-rossi-centro-direzionale-florence-1977>
- 42 #14 **Unfinished**, 00110, 2016
Fonte: [internet], disponível em: https://divisare.com/projects/319714-ooio-15-biennale-divenezia-thearchitectureandtherefugeestale?utm_content=buffera52c1&utm_medium=m=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer
- 44 #15 **ibidem**
- 46 #16 **Thomas**, Robert Mapplethorpe, 1987
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.guggenheim.org/artwork/5353>
- 50 #17 **Agricultural Village**, Kisho Kurokawa, 1960
Fonte: [internet], disponível em: <http://hivelive.tumblr.com/post/26705176153/polychroniadis-kisho-kurokawa-agricultural>
- 52 #18 **Museo Kanazawa**, Sanaa, 2004
Fonte: [internet], disponível em: <http://blog.thechefcharette.com/japan/21%E4%B8%96%E7%B4%80%E7%BE%8E%E8%A1%93%E9%A4%A8-sanaa-21st-contemporary-art-museum/>
- 54 #19 **Caracas**, Herbert List, 1957
Fonte: [internet], disponível em: http://mamanohaz.blog.hu/2012/10/07/foto-kalendarium_herbert_list_1903
- 56 #20 **Convento Sainte-Marie de la Tourette**, Le Corbusier, 1960
Fonte: [internet], disponível em: <http://archeyes.com/wp-content/uploads/2016/04/la-tourette-le-corbusier-archeyes-32.jpg>
- 58 #21 **Ansterdam orphanage**, Aldo Van Eyck, 1955-1960
Fonte: [internet], disponível em: <http://loveyousomat.tumblr.com/post/30441605724>
- Capítulo III
- 62 #22 **Pátio de exercícios, prisão Newgate**, Gustave Doré, 1872
Fonte: [internet], disponível em: <http://www.oldlondon.net/newgate-prison-exercise-yard-by-gustave-dore/>
- 64 #23 **Porão de uma prisão**, Henri Cartier, 1975
Fonte: [internet], disponível em: <https://es.pinterest.com/pin/56998751511862607/>
- 66 #24 **Isolamento**, Cena do filme V for vendetta, 2005
- 68 #25 **Museu Iwaji Yumebutai**, Tadao Ando, Iwaji, Hyogo- Japão, 2005
Fonte: [internet], disponível em: <http://turnof-century.tumblr.com/post/52004081688>.
- 70 #26 **Interior de cela**, Castelo de São Jorge da Mina, Elmina – Ghana, 1482
Fonte: [internet], disponível em: <https://theculturetrip.com/africa/ghana/articles/ghana-s-slave-castles-the-shocking-story-of-the-ghanaian-cape-coast/>

- 70 #27 **House of correction**, Bridewell, Londres, 1553
Fonte: [internet], disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bridewell_prison_rebuilt_after_the_Great_Fire.gif
- 72 #28 **Planta de uma Workhouse em Henry Fielding**, Thomas Gibson's, Londres, 1753
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.londonlives.org/static/Workhouses.jsp>
- 74 #29 **Desenho para a prisão de Aix-en-provence**, Claude Ledoux, 1784
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.flickr.com/photos/quadralectics/13533465803/in/photostream/>
- 76 #30 **Prisão Drudenhaus**, Alemanha, Bamberg – Alemanha, 1627
Fonte: [internet], disponível em: <http://c8.alamy.com/comp/HHWMWX/copper-engraving-from-the-drudenhaus-malefizhaus-trudenhause-witch-HHWMWX.jpg>
- 76 #31 **Casa de correção San michele**, Carlo Fontana, Roma, 1705
Fonte: [internet], disponível em: <http://spitalfieldslife.com/2011/12/26/chapter-7-three-wise-magistrates/>
- 78 #32 **Prisão de Newgate**, George Dance, Londres, 1769
Fonte: [internet], disponível em: <http://spitalfieldslife.com/2011/12/26/chapter-7-three-wise-magistrates/>
- 78 #33 **Maison de force, Ackerghem**, Malfoison, Ghent - Bélgica, 1773
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.timetoast.com/timelines/architecture-f8f78bc7-713f-4351-9ffa-88f0d9a2fa94>
- 80 #34 **Gloucester House of Corrections**, William Blackburn, Northleach, 1789
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.timetoast.com/timelines/architecture-f8f78bc7-713f-4351-9ffa-88f0d9a2fa94>
- 80 #35 **Prisão Millbank**, Charles Busby, Londres, 1812
Fonte: [internet], disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Millbank_Prison
- 82 #36 **Esquema Panóptico**, J. Bentham, 1791
Fonte: [internet], disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-%C3%B3ptico>
- 84 #37 **Ilustração do interior do Panóptico**, N. Harou - Romain, 1840
Fonte: [internet], disponível em: <http://s3.amazonaws.com/lcp/comunicacion-organizacional/myfiles/Panoptismo1.jpg>
- 88 #38 **Projeto da prisão de Bridewell**, Robert Adam, Edinburgh, 1795
Fonte: [internet], disponível em: http://sites.scran.ac.uk/ada/documents/castle_style/bridewell/bridewell_castle_style_scheme4.htm
- 88 #39 **Stateville Correctional Center**, Crest, Illinois, USA, 1925
Fonte: [internet], disponível em: <http://chicago.suntimes.com/news/state-closes-door-on-stateville-prison-roundhouse/>
- 90 #40 **Eastern State Penitentiary's ou Cherry Hill**, John Haviland, Philadelphia, USA, 1971
Fonte: [internet], disponível em: <https://dracoart-stock.deviantart.com/art/Eastern-State-Penitentiary-64-64263133>
- 90 #41 **Vista interior de um dos corredores da prisão de Cherry Hill**, 1971
Fonte: [internet], disponível em: <http://gungwindu.blogspot.com.es/2014/11/5-penjara-angker-dan-berhantu-di-dunia.html>

- 92 #42 **Prisão de Saint Gilles**, Bruxelas, Bélgica, 1884
Fonte: [internet], disponível em: <https://geometryduringwartime.wordpress.com/2011/05/09/st-gilles-prison/>
- 94 #43 **Plano Auburn**, Wiliam Brittim , 1837
Fonte: [internet], disponível em: https://criminocorpus.org/media/filer_public/2012/08/16/cc_19_04.jpg
- 94 #44 **Wormwood Scrub Prison**, Sir Edmund Du Cane, Londres, Inglaterra, 1874
Fonte: [internet], disponível em : <https://www.timetoast.com/timelines/architecture-f8f78bc7-713f-4351-9ffa-88f0d9a2fa94>
- 96 #45 **Arizona State Prison**, Elinor Vargas, Kingman, Arizona
Fonte: [internet], disponível em: <https://www.geogroup.com/userfiles/f69a0cc7-e501-4dae-a9aa-520d7f1fa82c.jpg>
- 96 #46 **California State Prison**, Centinela, California
Fonte: [internet], disponível em: <http://www.prisoneradvocate.org/centilena.jpg>

Capítulo IV

- 100 #47 **Estudo para um enriquecimento interior**. Helena Almeida, 1977
Fonte: [internet], disponível em: https://scontent.cdninstagram.com/hphotos-xap1/t51.2885-15/e15/11186841_820307308048827_900777549_n.jpg
- 102 # 48 **The Manhattan Transcripts**, Bernard Tschumi, 1976-1981
Fonte: [internet], disponível em: <http://socks-studio.com/2015/10/13/the-set-and-the-script-in-architecture-the-manhattan-transcripts-1976-1981-by-bernard-tschumi>
- 104 #49 **Stateville Correctional Center**, Crest, Illinois, USA, 1925
Fonte: [internet], disponível em: <http://chicagoscreenshots.com/post/19834141957>
- 106 #50 **Boden, Wand, Ecke, Raum. Klaus Rinkle**, Georges Meguerditchian, 1970
Fonte: [internet], disponível em: <http://socks-studio.com/2014/09/01/klaus-rinke-time-space-body-transformati8ons/~>
- 110 #51 **Modelos aplicados na organização do espaço prisional**
Fonte: Desenho do autor
- 112 #52
Fonte: Desenho do autor
- 115 #53 **Os três pontos da ideia**
Fonte: Desenho do autor
- 116 #54 **O quadrado**
Fonte: Desenho do autor
- 118 #055 **O modulo**
Fonte: Desenho do autor
- 120 #056 **Composição do modulo**
Fonte: Desenho do autor

- 122 **#57 *Localização do terreno – Cidade do porto***
 Fonte: Desenho do autor
- 123 **#58 *Localização do terreno***
 Fonte: Desenho do autor
- 126 **#59 *A ideia: composição do objeto dentro dos limites do terreno***
 Fonte: Desenho do autor
- 128 **#60 *Implantação***
 Fonte: Desenho do autor
- 130 **#61 *Esquema da organização do programa***
 Fonte: Desenho do autor
- 134 **#62 *Volumetria e composição***
 Fonte: Desenho do autor
- 136 **#63 *Esquema da organização do espaço interior***
 Fonte: Desenho do autor
- 138 **#64 *Vista desde o interior de um dos pátios***
 Fonte: Desenho do autor
- 140 **#65 *Vista interior***
 Fonte: Desenho do autor
- 142 **#66 *Vista exterior — “Pátio e torre”***
 Fonte: Desenho do autor
- 144 **#67 *Vista desde o interior da cela***
 Fonte: Desenho do autor

| O problema



O espaço prisional, enquanto local de punição, torna-se lugar de recuperação, tendo como objetivo a reforma moral do prisioneiro. Tal alteração de paradigma baseia-se na ideia de manter o indivíduo sob o domínio do poder da vigilância, mecanismo essencial para atingir o sentido de controlo e para o impedir de quebrar as normas. Assim, o conceito de vigilância é introduzido no próprio projeto arquitetónico, tendo o objeto de exercer esta circunstância. Este modelo estende-se até aos dias de hoje onde as prisões se tornaram altos dispositivos de controlo, onde a maior parte da vigilância é eletrónica e visivelmente imposta para exercer o papel de observador.

Perante isto, levanta-se a dúvida: até que ponto a forma arquitetónica tem de responder a princípios de utilidade em qualquer circunstância? Assim parte-se da facilidade conferida pelo uso dos sistemas de vigilância eletrónica no espaço prisional como consequência da perda da procura formal como solução para impor vigilância. Esta perda segregou princípios de finalidade prática na criação arquitetónica, pela qual o indivíduo vigiado deixou de se relacionar com o espaço físico para se relacionar com espaço virtual das câmaras.

“Hoje uma prisão poderia ser transparente e continuaria sendo igualmente segura, uma vez que os meios de controlo podem passar dos elementos físicos dos muros aos instrumentos invisíveis das câmaras”¹

Hoje, confrontamo-nos com o objeto prisional separado e desvalorizado da sua função de vigiar passando a ser o meio de suporte de uma rede artificial de observação que faz o papel de vigilante e que define os limites de controlo. A vigilância aos poucos é abolida da estrutura física, que consequentemente adquire formas que são incapazes de serem autónomas dos sistemas tecnológicos. Por este motivo, decidimos refletir sobre este paradoxo para reconsiderar a arquitetura como o meio que concretiza esta função e não como um objeto isolado.

¹ MONTANER, Josep, M.; MUXÍ, Zadi, «Arquitectura y Política. Ensayos para mundos alternativos», ISBN: 978-85-65985-41-3, («Arquitectura y Política. Ensayos para mundos alternativos», São Paulo, Gustavo Gili, 2014, pp. 37)

| Objetivos

•

O Panóptico de Bentham como projeto ideológico e arquitetônico de uma prisão, materializa o papel da vigilância dentro do funcionamento e da estrutura do edifício, que se torna essencial para descobrir fragmentos e realidades sobre o ato de projetar, utilizando a vigilância como forma e reflexão sobre o próprio espaço. Esta sensibilidade torna-se transversal a todas as soluções arquitetônicas prisionais. No entanto, a sucessiva introdução de dispositivos de vigilância eletrônica tem levado a uma progressiva separação entre espaço e vigilância e, portanto, à negligência formal.

Neste sentido, os objetivos a que se propõe esta investigação são essencialmente sobre o papel da forma arquitetônica como meio para dar resposta à necessidade funcional de vigiar nos edifícios prisionais, sobretudo, reconhecer este conceito como ferramenta capaz de criar linhas orientadoras na conceção arquitetônica. O objetivo principal passaria por assumir o conceito de vigiar como condicionante para organizar e propor um modelo arquitetônico que seja no intuito de devolver o exercício da vigilância ao objeto.

Posto isto, e para se analisar o objeto de estudo desta dissertação, considera-se importante sublinhar as seguintes realidades: por um lado, o mundo da pena, o mundo que subtrai a liberdade dos sujeitos suportada através do espaço e da sua disciplina e, por outro lado, o mundo da vigilância, aquele que submete os condenados à observação contínua durante a pena e que assegura a disciplina. Pode afirmar-se que ambos os mundos estão cruzados numa relação que se condensa dentro do mesmo espaço, sendo que a prisão não funciona sem vigilância. Este resultado é visível em muitos modelos prisionais proposto que se debruçam sobre este cruzamento para moldar o espaço prisional em relação a sua função.

Para entender ainda esta relação, torna-se necessário entender qual o processo que tem levado à incorporação da vigilância no projeto arquitetônico e sua eventual perda. Não obstante, não se pretende analisar o objeto em estado de crise formal que exige correção, mas sim aprofundar a necessidade de estabilizar um conceito que se encontra perdido, através da proposta de um modelo como experiência espacial — sobre a qual refletir — de forma a reincorporar a importância da vigilância no projeto de uma prisão.

| Metodologia

•

O método de trabalho passa por cruzar modos de olhar a vigilância com repercussões para o desenvolvimento de um projeto arquitetónico. Deste modo, a estruturação do tema passa por restringir a investigação a temas inerentes ao título escolhido, mas também procurar compreender como o tempo, o corpo, os limites, as experiências e as interações, têm igual força no pensamento da arquitetura que vigia.

Sendo a vigilância o tema central desta investigação, o assunto será abordado desde o momento em que a sociedade introduz este conceito até evoluir como disciplina do espaço arquitetónico. Por conseguinte, estabelece-se um limite cronológico compreendido entre a revolução industrial e a revolução digital, mais concretamente entre o século XVIII e o século XXI.

A investigação será estruturada em quatro capítulos. Cada capítulo se desdobra, por sua vez, em subcapítulos relativos ao tema principal, na tentativa de esclarecer as seguintes definições: vigilância-poder, sanção-punição, arquitetura-modelo.

Sendo assim, primeiramente é realizada uma reflexão teórica sobre a disciplina da vigilância dentro do tecido organizacional da sociedade, de modo a delimitar um marco evolutivo. Serão expostas as condições históricas e sociais que levaram ao enraizamento do conceito de vigiar em todos os campos sociais, assim como, os processos que levaram à alteração desta disciplina com o início da sociedade moderna. Será elaborada uma análise do conceito de punição como sendo transversal à disciplina da vigilância, e o modo como este é imposto implicitamente ou explicitamente no dia-a-dia da sociedade.

Em apoio a esta análise, é utilizada como base a obra "*Vigiar e Punir*" do Francês Michel Foucault, considerando a sua posição crítica como um forte eixo para dimensionar a amplitude da temática. Não se pretende fazer uma abordagem profunda da obra, mas utiliza-la como referência para englobar um conjunto de reflexões que nos levem ao entendimento crítico sobre a vigilância.

Numa segunda ação, pretende-se analisar e estudar as repercussões que o conceito de vigilância teve sobre o espaço, justamente no sentido de garantir a ordem. Nesta descoberta procura-se compreender os métodos formais que afirmam o controlo minucioso das operações do corpo dentro do espaço construído. Tais soluções estenderam-se aos mais variados edifícios institucionais, mas a presente dissertação foca-se principalmente na estrutura prisional. Pelo que numa terceira ação, será abordada a temática relativa a esta instituição e respetiva evolução dentro do contexto histórico e social.

Com isto, é revista a influência da sociedade pós-moderna na conceção destas estruturas, permitindo a entrada das novas tecnologias como meios eficazes para exercer a vigilância dentro dos recintos. É visível

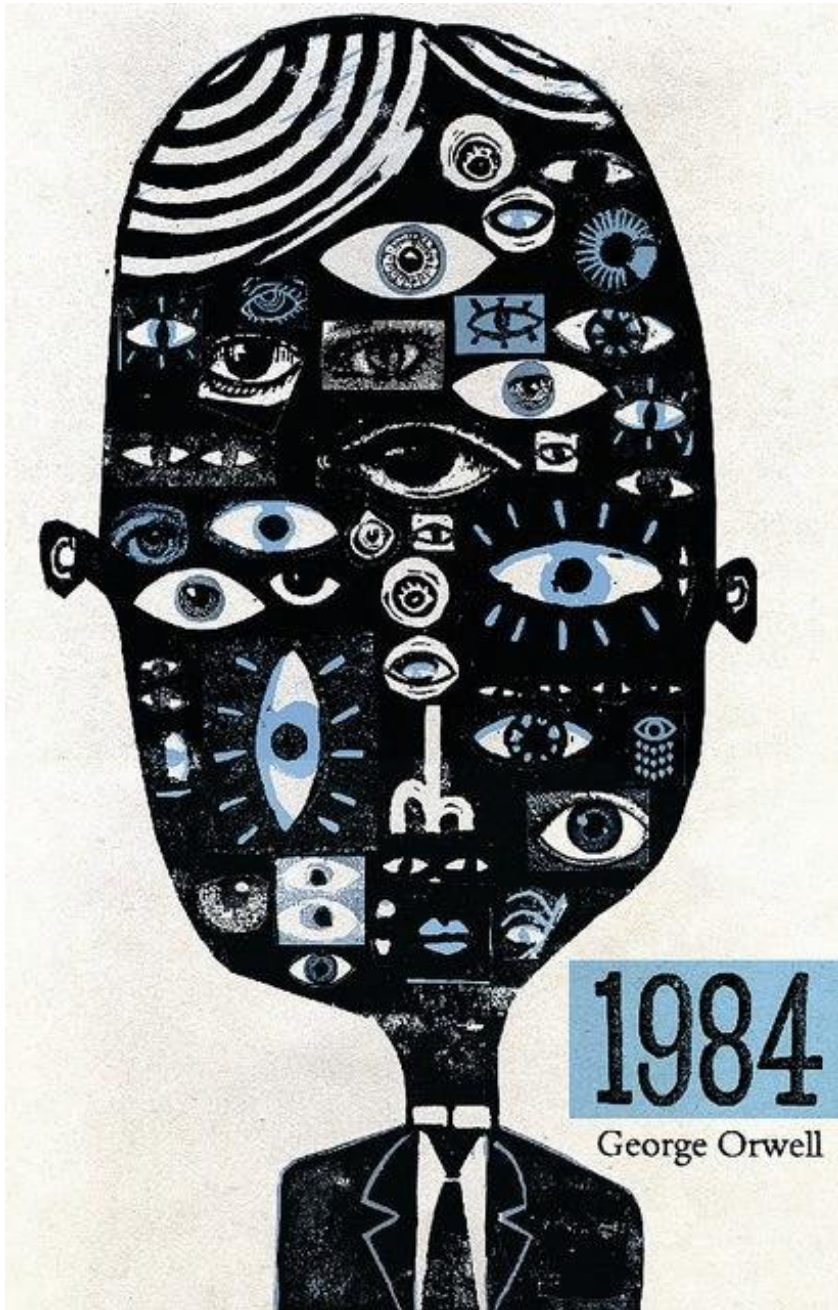
que hoje em dia os espaços prisionais só conseguem funcionar através destes dispositivos, pelo que sem eles não seria possível assegurar o seu funcionamento das prisões. Com isto se pretende realçar a necessidade de rever as ideias sobre o espaço prisional como meio eficaz para cumprir a função do edifício sem a forte dependência dos meios tecnológicos.

Não se pretende pôr em causa a utilidade da vigilância eletrónica na função dos espaços, até porque não pode ser completamente banida, pois esta não é um fim, mas um meio. Procura-se resgatar conceitos essenciais para o projeto arquitetónico cumprir a sua função de vigiar. Com isto, a última ação pretende criar uma complementação entre a vertente teórica da investigação com uma finalidade prática. A solução não pretende ser uma regra nem uma lei, mas uma solução objetivamente ideológica como resposta a uma análise crítica do tema.

Capítulo I



[Vigilância, um juízo onnipresente]



#01
1984, George Orwell

1.1 | Introdução

O presente capítulo aborda a compreensão da vigilância como conceito omnipresente. Esta compreensão passa por analisar e interpretar o seu processo de implantação na história da sociedade antes do espaço prisional, como instrumento ligado ao controlo para assegurar a normalidade dos sujeitos.

A humanidade criou regras desde os primórdios para garantir a sua sobrevivência e a igualdade de todos, e quem as quebrasse seria castigado — esta afirmação de ordem afincava-se na procura da sociedade ideal. Com a humanização e a abertura das mentalidades, a tortura é substituída pela disciplina — instrumento capaz de submeter o corpo à correção do seu comportamento — e, deste modo, o infrator passa da expiação² por meio da tortura para um castigo por encerramento. Neste processo, a vigilância torna-se o suporte da disciplina e o espaço o veículo de um jogo de olhares que fiscaliza os indivíduos para identificar aqueles que fogem da regra.

Deste modo, propõem-se os a analisar situações fundamentadas que nascem da necessidade de controlo na sociedade: a primeira, diz respeito à punição e à passagem da mesma para um contexto em que a dor deixa de ser instrumento de ação, sendo substituída pela correção; a segunda, relacionada com a extensão generalizada das técnicas disciplinares como meio de correção a todas as instituições da sociedade, legitimando a punição nas escolas, fábricas, manicómios, prisões, etc.; e, por fim, a terceira que aborda a mudança da estrutura institucional, especificamente no que diz respeito à intensificação da vigilância no quotidiano do ser humano até ao ponto de se tornar invasiva.

² Ato ou efeito de expiar; cumprimento de pena ou castigo; penitência. *In* Porto Editora, [Online] Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/expia%C3%A7%C3%A3o>, [Acedido 09 de maio 2016]



#02

A expulsão do paraíso. Michelangelo, Capela Sistina, 1508-1512

1.2.1 | Punir

“(…) porque ouviste a voz de tua mulher e comeste do fruto da árvore que eu te havia proibido comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e pó te hás de tornar(…).”³

A leitura da passagem da bíblia coloca-nos na presença do que seria o primeiro ato de punição na história do Homem, sendo a base para algumas das teorias da origem da punição. Baseada na religião, a pena nasce no dia em que Adão e Eva comem o fruto proibido por Deus e estes são punidos com o desterro.⁴

No campo dos *evolucionistas*⁵, que defendem a origem da pena por meios científicos, os macacos foram obrigados a descer das árvores — o seu habitat natural — devido à escassez de alimento e fixaram-se na terra. Em consequência disso, foram atacados pelos grupos que já se encontravam — um ato de defesa e retribuição pelo erro cometido.⁶

Estas teorias, embora apresentem princípios que expliquem a origem da punição, não chegam a demarcar resultados concretos. No entanto, tal origem pode ser explicada como a tentativa da organização do Homem dentro de um núcleo de relações o levou à criação de normas, no sentido de manter o “equilíbrio” da justiça e garantir a igualdade e a liberdade de todos, utilizando castigos contra os infratores.

O termo punir provém do latim *punire*, que significa infligir *pena ou castigo-castigar*.⁷ Frequentemente, o termo também pode ser substituído por “pena”, cuja origem da palavra é controversa. Com origem no latim,

³ Genesis 3:17

⁴ Teles, Cinthia e de Lima e Séllos, Cláudia, «*A origem da aplicação da pena*», 2004, Goiânia, [Online] Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-120R.pdf [Acedido 08 de Maio 2016], pp. 1015

⁵ O evolucionismo (também chamado transformismo ou teoria da evolução) é uma doutrina que admite a evolução orgânica das espécies. Presente desde a Antiguidade, inquietando espíritos mais avisados (como Anaximandro, Tales e até Aristóteles), a tese da evolução dos seres vivos só se conseguiu impor com o advento da paleontologia e dos trabalhos de Lamarck e de Darwin no século XIX. O evolucionismo expande-se para além das ciências da vida a outras áreas do conhecimento, universalizando-se e adaptando-se aos seus princípios científicos. Na filosofia, é entendido como lei geral dos seres comum a toda a espécie de existência; na antropologia e na sociologia, está por detrás da conceção de que o desenvolvimento das sociedades e das instituições seguiu uma certa orientação através de etapas vencidas por meio de leis demonstráveis; atinge também a política e a história. Abre, pois, novas perspetivas e considerações em variadíssimos ramos do saber. *In* Porto Editora, [Online] Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$evolucionismo](http://www.infopedia.pt/$evolucionismo), [Acedido 09 de maio 2016]

⁶ Teles, Cinthia, *op. cit.*, pp. 1015

⁷ Porto Editora, [online] Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/punir> [Acedido 09 de maio 2016]

a palavra *poena* que significa *castigo, expiação, suplício*, ou ainda *punre (por) e pondus (peso)*, no sentido de *contrabalançar, pesar, equilibrar*.⁸

Facilmente se entende que punir e pena são noções embutidas no sentido de exercer um castigo- na raiz concetual da ação, mas quando segregadas, uma refere-se a uma ação e outra a uma consequência. Ao mesmo tempo, a palavra pena relaciona-se com o conceito de peso, uma consequência que tem o fim de *equilibrar* algo que se encontrava desequilibrado.

A história da punição passou por vários períodos evolutivos, cada um diferente no método como era realizado o castigo, quer em termos da execução da pena, quer no método da execução do castigo, contudo, vieram a cultivar uma visão desumana da pena.

Em contextos diversos, sobretudo na época medieval, o direito de punir pertencia ao soberano, portanto a justiça pendia para ele, e os castigos impostos podiam ultrapassar o transgressor e atingir as famílias ou aldeias. Como resultado, foram criadas as primeiras codificações de leis penais para controlar o confronto entre o soberano e o condenado, e assim a punição passou a ser um processo penal.

Tal acontecimento deu origem a um período quase divino, onde os “deuses” eram os responsáveis pelas sanções e os sacerdotes os agentes responsáveis pela punição. Atrocidades foram cometidas nesta época, e o perdão correspondia ao tamanho da pena, pois quanto maior a punição, maior era o alcance do perdão divino.

No entanto, o aprimoramento da sociedade trouxe a revelação do Homem e da razão, que consequentemente levou a um decréscimo do caráter religioso na punição, passando a ser substituído pela autoridade pública. O sacerdote é substituído pelo rei, e a punição ganha uma doutrina vil, cruel, desproporcional e desumana, imposta exclusivamente como vingança, que parece construir uma pena em volta do corpo.

Michel Foucault (1926-1984) em *Vigiar e punir* (1975) refere o corpo como sendo o “*objeto tradicional para a prática do castigo*”. Ao ser a representação do Homem e seus direitos, e partindo dessa realidade física, a pena forçava o corpo ao sofrimento e à privação, a pena corporal, marcada pelo esquartejamento, amputação de membros, marcas simbólicas no rosto e a exposição do condenado, vivo ou morto, na praça pública.⁹

⁸ Porto Editora [Online] Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pena> [Acedido 09 de maio 2016]

⁹ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», (tr. Pt., Ramalho, Raquel, «*Vigiar e punir: nascimento da prisão*», Petrópolis, Vozes, 20ª ed, 1999, pp. 30)

O ato de punir tornou-se o “*suplício*”¹⁰ dos homens, reduzidos ao desespero e transformados em espetáculo nas principais praças e locais públicos das cidades. O condenado, para além de ser submetido ao castigo, era julgado pela sociedade em cólera, investido e injuriado, e só finalizavam esse mesmo castigo quando o povo via escorrer o sangue do sujeito.¹¹

A pena que o acusado é obrigado a pagar torna-se objeto de um teatro popular, uma espécie de lazer público da sociedade: “(...)o povo(...). Ele é chamado como espectador: é convocado para assistir às exposições, às confissões públicas; aos pelourinhos, às forcas e os cadafalsos são erguidos nas praças públicas ou à beira dos caminhos; os cadáveres dos suplicados muitas vezes são colocados bem em evidência perto do local dos seus crimes(...)”¹²

No século XVIII, o povo via já vergonhoso o excesso de crueldade em investir nos condenados com severidade, um exercício que não tinha limites nem preocupações em atingir inocentes. Era necessário estabelecer uma ordem nessa violência.

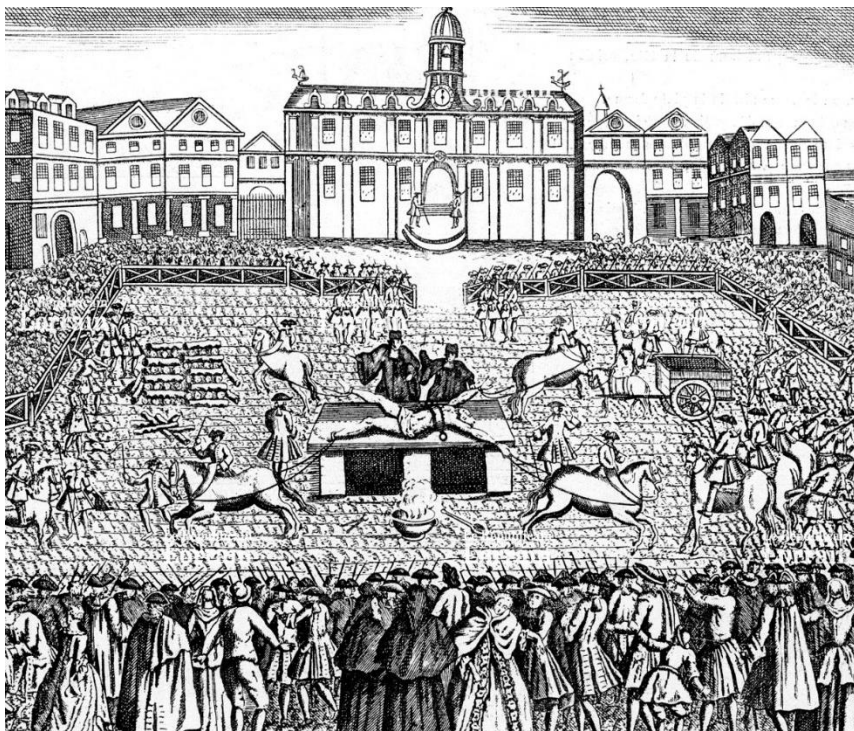
À medida que a sociedade ia evoluindo com os pensamentos iluministas sobre os direitos humanos, estas repressões corporais iam sendo arrefecidas e iam diminuído o seu caráter violento. Assim, seria possível definir linhas para suavizar a severidade das penas, estabelecendo códigos e sistemas de penalidade. Ora, essa ordem transpõe-se quando o Homem decide ver a punição como um meio de castigo e não de vingança, uma viragem que se manifestou sobretudo na passagem do poder do estado absoluto ao estado liberal e que estendeu raízes para grandes transformações no sistema penal. Assim, a pena deixa de estar na base da tortura e revela penas mais moderadas e proporcionais ao delito.¹³

¹⁰ “Pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz. Inexplicável, talvez, mas certamente não irregular nem salvagem. O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento (...) cômpar e hierarquizar. A morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente a privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimento: desde a decapitação (...) até o esquartejamento (...) o enforcamento, a fogueira, a roda (...); a morte-suplício é a arte de reter á vida no sofrimento. (...). A pena é calculada de acordo com regras detalhadas: número de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda. (...) uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual para a a marcação de vitimas e da manifestação do poder que pune (...)”. In «*Surveiller et punir*», op. cit., pp. 63

¹¹ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», op. cit., pp. 63

¹² op. cit. pp. 49

¹³ *ibidem*



#03

A execução de François Damiens. Praça de Grève, 28 de março de 1757

1.2.2| Punir e corrigir

O desaparecimento da punição como vingança é visto como a clara humanização do ritual da condenação, mas é só a ponta superficial de todo um processo institucional instalado, pois as antigas leis já não serviam os interesses do poder político dominante.

Dotada de toda uma reforma institucional e acompanhada com códigos explícitos e gerais junto com regras de procedimento, a pena tradicional é reformulada essencialmente para uma ação corretiva. A punição tornou-se cada vez menos física, tendência que se vem acentuando cada vez mais desde o século XIX.

Com o passar do tempo, os símbolos da punição começam a ser retirados do espaço público, sendo que um dos principais elementos abolidos é o pelourinho¹⁴ e junto com ele, o “espetáculo” punitivo. *“Condenados com coleiras de ferro, em vestes multicolores, grilhetas nos pés, trocando com o povo desafios, injúrias, zombarias, pancadas, sinais de rancor ou de cumplicidade”,*¹⁵ estas imagens tiveram o seu fim no final do século XVIII e o ato de punir passa de ser uma cena perccionada diariamente para um ato fora do olho público.

O desvio da violência, até então ligada ao exercício da pena e da tortura, fez desaparecer o corpo como alvo principal de repressão, reaparecendo como instrumento de correção. As marcas que eram diretamente aplicadas sobre o corpo são eliminadas e os castigos transcendem do mundo das sensações ao mundo dos direitos suspensos. O essencial agora é “curar”.¹⁶

Segundo Foucault, a prática punitiva ligada aos suplícios tornara-se púdica aos olhos de uma sociedade que já não via o sofrimento dos condenados como a solução penal adequada, mas na realidade era ainda a representação da barbárie do passado medieval.

O condenado é visto como um ser com direitos, que tem a possibilidade de ser corrigido ao ser colocado num sistema de coação e privação. O objetivo é a perda de um bem ou um direito, que se manifesta na diminuição das penas físicas e na substituição da dor pelo enclausuramento e pelos trabalhos forçados. Ao mesmo tempo, explica que tal substituição era a resposta para encaminhar o preso à reabilitação, na tentativa de o desviar do ato criminal, e “ (...) se a justiça ainda tivesse que manipular e tocar o corpo dos

¹⁴ Coluna levantada em lugar público, onde outrora se expunham e se castigavam os criminosos. In Porto Editora [online] Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pelourinho> [Acedido 09 de maio 2016]

¹⁵ Vaux, Robert, Notices. Citado por: N.K. Teeters, «*They were in prison*», 1937, pp 24. Citado por: Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», op. cit., pp. 12

¹⁶ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», op. cit., pp. 14

*justiçáveis, tal se faria à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando um objetivo bem mais «elevado.»*¹⁷

O corpo mostra-se, assim, não como objeto da pena mas como intermediário e a dor deixa de ser elemento constitutivo da pena. Personagens como o carrasco desaparecem, transformando-se agora em médicos, psiquiatras, guardas, educadores, que representam a justiça perante os condenados como agentes do “não sofrimento” e, portanto, mais humanidade na pena.¹⁸

Igualmente, chega-se à conclusão de que o corpo já não é o objeto sobre o qual se exerce a punição. Mas o que o substitui?

Uma nova entidade não física e abstrata veio ocupar o lugar do corpo, a *alma* — o modo de ser e estar de cada indivíduo. Atingir o coração, o intelecto e a vontade do sujeito com o objetivo de ferir mais a alma do que corpo, deixa para atrás o esarteamento do corpo passando a atuar profundamente sobre este ser e, portanto, atingir o seu aperfeiçoamento.¹⁹

A alma passa a ser julgada juntamente com o objeto do crime. No entanto, o *objeto do crime*²⁰ tem uma menor importância no julgamento, passando a ser preponderante na pena, os factos relativos à vida do indivíduo. Assim, ao mesmo tempo que se pune as transgressões são punidos os instintos — a agressividade, as violações, as perversões, os impulsos e os desejos — assumindo o castigo do “coração” mais essencial que o castigo do corpo, ou seja, ferir mais a alma. A utopia constrói-se e questiona até que ponto a vontade do réu está envolvida no crime.²¹

Modificar as vontades do réu a fim de ser capaz de viver respeitando a lei e suprimir as suas necessidades e desejos, são agora objetivos da prática penal. Pelo que as medidas que acompanham a pena, para além de sancionar o indivíduo, exercem o controle sobre este, conduzindo-o a uma modificação comportamental, tornando-o, igualmente, prisioneiro de múltiplos poderes que o cercam, o castigam e o transformam, impõe-lhe limitações, proibições ou obrigações.²² Subjacente a isto, observa-se que há

¹⁷ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 14

¹⁸ *ibidem*

¹⁹ *op. cit.*, pp. 19

²⁰ Objeto do crime refere-se ao objeto jurídico protegido pela norma penal, por exemplo: num homicídio o objeto jurídico protegido pela norma é a vida e não o homicídio em si. In Enciclopédia Jurídica, Disponível em: <http://www.encyclopedia-juridica.biz14.com/pt/d/objeto-jur%C3%ADdico-do-crime/objeto-jur%C3%ADdico-do-crime.htm> [Acedido 09 de maio 2016]

²¹ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 19

²² *op. cit.*, pp. 21

toda uma política em torno do corpo, o pois embora já não se recorra a castigos violentos é sempre dele que se trata. Se metaforicamente a punição procura fazer um desdobramento da alma, esta que habita o corpo e leva a sua existência, então é nele que recai o castigo, e, portanto, o seu domínio. Só assim funciona o poder sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos.

Muito mais do que penalizar o comportamento, a pena adquire importância no funcionamento da sociedade, aproveitando a vulnerabilidade do corpo e da alma, com a intenção de controlar o sujeito. Tal processo ganha um novo detalhe do seu exercício que visa a construção global de uma sociedade, que não pretende mais do que a criação de um espaço, que, para além de proibir a liberdade, também possa corrigir o comportamento do indivíduo. Não apenas para que faça aquilo que se quer, mas também da forma como se quer, com rapidez e eficácia, tendo regras e obrigações, cuja consequência pela transgressão será a dificuldade da pena.²³

Fruto desse pensamento dá-se a institucionalização da pena que trouxe consigo todo um repensar, tendo daí emergido uma teoria dura sobre as relações de poder sobre o corpo, portanto do Homem. As restantes instituições da sociedade adaptaram-se, de igual forma, a um sistema baseado na conduta e no comportamento dos indivíduos e qualquer instituição passa a funcionar, em essência, como um pequeno mecanismo penal. Este teria leis próprias e sanções específicas, que qualificariam e reprimiriam o comportamento dos submetidos com a finalidade de fazer ver a consequência dos seus crimes.

²³ *op. cit.*, pp. 24-25



#04
Crianças na escola, Henri Cartier, França, 1938

1.3.1 | Da punição à disciplina

“Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica, de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”. Os recrutas são habituados a manter a cabeça ereta e alta; a se manter direito sem curvar as costas, a fazer avançar o ventre, a salientar o peito, e encolher o dorso; e a fim de que se habituem, essa posição lhes será dada apoiando-os contra um muro, de maneira que os calcanhares, a batata da perna, os ombros e a cintura encostem nele, assim como as costas das mãos, virando os braços para fora, sem afastá-los do corpo... ser-lhes-á igualmente ensinado a nunca fixar os olhos na terra, mas a olhar com ousadia aqueles diante de quem eles passam... a ficar imóveis esperando a comando, sem mexer a cabeça, as mãos nem os pés... enfim a marchar com passo firme, com o joelho e a perna esticados, a ponta baixa e para fora (...)”²⁴

Metade do século XVIII foi marcado por grandes mudanças políticas e económicas que alteraram o panorama da Europa bem como as estruturas sociais. Os novos governos e as suas instituições precisavam de ordenar com urgência as multidões urbanas e viabilizar o sistema num todo. Exercer pressão ou simplesmente retirar do convívio social alguns indivíduos que se desviavam da moral cristã, a função da igreja no sistema medieval, já não era mais suficiente. Para haver o controlo social era necessário uma clara submissão dos indivíduos.

Com a passagem da dor para a correção, a sujeição já não é obtida por instrumentos de violência ou agressões físicas, mas não é por isso que deixa de ser corpórea. A sujeição requiere algo que se aproxime a um saber que possa controlar o comportamento do sujeito.²⁵

A instrumentalização do corpo nasce associada à necessidade de julgar o comportamento humano utilizando a punição como mediadora desse julgamento. Porém, com a evolução dos processos penais e o desejo de suavizar violência, tal instrumentalização gerou novos processos e táticas de poder tendo como objetivo compreender como é que a manipulação da alma, do indivíduo e do corpo, se torna objeto de controlo e domínio.

²⁴ L, de Montgommety, «*La Milice français*», edição de 1636, pp. 6. Citado por: Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, 117

²⁵ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, 117

A sociedade de meados do século XVIII descobre o corpo como objeto para exercer esse controlo — “*O corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, e responde*” — acessível e sempre preso a proibições e obrigações. Se a punição procura fazer o desdobramento da alma, então ela é fundamental para reconhecer o poder sobre o corpo.

A pena ganha, deste modo, um funcionamento com base no poder de dominar, mais do que um ato de justiça. O indivíduo é submetido ao medo, que modela as suas atitudes e vontades, a fim de o tornar obediente.

Nesse sentido, o indivíduo passa a enfrentar o julgamento do corpo e torna-se objeto de domínio, ao mesmo tempo que são explorados os efeitos úteis do mesmo. Porém, isto só é possível se o indivíduo estiver preso num *sistema de subjeção*. Tal necessidade desencadeia a formulação de disciplinas para promover a eficácia, economia e controlo dos movimentos do corpo, numa relação de docilidade/ utilidade.

Estes métodos são diferentes da escravidão, pois não se fundamentam na apropriação do corpo e dispensam a violência para obter efeitos de utilidade; “*pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser útil, não fazer uso de armas nem de terror, e, no entanto continuar a ser de ordem física.*”²⁶

No fundo, esta instrumentalização não é mais do que uma estratégia para justificar manobras, táticas e técnicas de funcionamento, não como obrigações ou proibições, mas como pontos que estabelecem relação com a sociedade, a nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos, e dos comportamentos.²⁷

Tal estratégia exigia que a população fosse racionalmente classificada segundo as suas capacidades ou incapacidades, passando a ser educada e transformada em força produtiva e, se necessário, eventualmente punida. No entanto, as punições dolorosas já pouco sentido faziam. Aqueles que precisassem ser afastados da sociedade agora sofriam um processo de reeducação — não mais o encerramento, tortura ou suplício.²⁸

Este novo ordenamento da sociedade dá-se em todos os níveis dos serviços sociais públicos e privados — educação, medicina, sistema penal, processos de produção social, etc. Além de todas as consequências, o novo sistema instaurava uma estratégia de controlo silencioso, onde as hierarquias do poder social passavam a ser definidas, consolidadas, reproduzidas e realimentadas.

²⁶ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 24

²⁷ *op. cit.*, pp. 26

²⁸ *op. cit.*, pp. 63

Deste processo nasce a disciplina, como poder dos novos governos para manter a ordem da sociedade moderna a fim de evitar novas rupturas e ameaças à integridade do estado social.²⁹

Enquanto técnica, a disciplina passa a organizar e definir as relações humanas num exercício de domínio, porém mais eficaz, abrangente, suave e pouco perceptível — não se deixa entender, logo evita que surja resistência que se lhe possa opor.³⁰

Há, no entanto, algo extremamente poderoso em relação à disciplina, — é: o facto de o corpo ser alvo do poder. O processo descobre que o corpo pode ser moldado, treinado e, portanto, submetido para se tornar útil. Tal conceito é incessante, não que esta criação seja inédita, porque age desde sempre nos conventos, nos exércitos, nas oficinas, etc, mas com a modernidade o corpo passa a ser dividido, separado, medido, investigado em cada detalhe. Assim, a disciplina fabrica “*corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”*. *A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos económicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência (...)) a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada*”.³¹

Porém, neste processo, a disciplina encontrou alguns problemas a resolver: os corpos dos homens sem qualquer proveito, desorganizados, confusos, caóticos, os quais não participavam em qualquer processo produtivo da sociedade e, portanto, inúteis. Era necessário tirar proveito deles e reincorporá-los. Nesse sentido, as disciplinas fixaram procedimentos para substituir as aglomerações desorganizadas por repartições controladas. Daí surge a necessidade de utilizar processos de separação, hierarquização e segregação para classificar cada indivíduo pela sua “anormalidade” e, posteriormente, submetê-lo à correção em edifícios institucionais. Dentro de cada edifício são agrupados casos semelhantes em compartimentos específicos.

Por outro lado, a disciplina deve fazer também crescer a “utilidade” de cada membro da sociedade, com meios que sejam pouco custosos, ou seja, utilizando a conjugação dos vários instrumentos, daí o uso de horários, treinamentos coletivos, exercícios. Mas também é preciso fazer crescer o efeito útil desses instrumentos, pelo que são usadas táticas de distribuição dos indivíduos, a diferenciação de capacidades e a coordenação com as tarefas.

Enfim, a disciplina tem de fazer funcionar as tramas de poder juntamente com a operação de instrumentos, da maneira mais discreta. Por isso, atende ao uso de instrumentos mais ou menos “*anónimos e extensivos*” à disciplina, como a vigilância, o registo contínuo, o julgamento e a classificação. Esta nova autonomia de

²⁹ *op. cit.*, pp 143

³⁰ *ibidem*

³¹ *op. cit.*, pp 119

poder regista uma multiplicidade de processos, muitas vezes de origens diferentes, que se imitam ou se apoiam, adaptando-se aos seus vários campos de aplicação. Toma e transforma princípios fundamentais de vários saberes e aplica-os aos poucos, definindo um método geral onde, qualquer que seja o princípio, reflete-se em controlar e corrigir as operações do corpo, ora de submissão e utilização (corpo útil), ora de docilidade.³²

Por outro lado, os sistemas disciplinares funcionam como um “*pequeno mecanismo penal*”, com as suas próprias leis e formas de sanção, pelo que a penalidade se estabelece como parte da função disciplinar. Portanto, tudo o que se afasta da regra é sancionado.³³

Para se fazer exercer, a disciplina exige um espaço onde os indivíduos possam ser vigiados nos seus atos e respetivos comportamentos de maneira a poder medir as suas qualidades ou sanções quando estes não seguem as obrigações impostas.

É, justamente, nas relações entre poder e normas disciplinares que todas as instituições desempenham funções, não só de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir o seu caráter e seu comportamento. Assim, o controlo do indivíduo é feito ao longo de toda a sua vida, pelas diversas instituições por onde ele passa, tornando-se a sociedade disciplinar, ela própria, uma espécie de prisão perpétua que procura manter um sistema. Assim, o corpo é mais uma peça do que máquina de produção, e como qualquer produto de produção em massa, o corpo humano passa por vários estágios até estar acabado: família, escola, quartel, fábrica; ou numa versão moderna: família, escola, faculdade, escritório. Caso alguma coisa dê errada, pode considerar-se: o hospital, hospício, a cadeia.

Mas a disciplina não deve ser identificada como uma instituição nem como um aparelho, “*ela é um tipo de poder*”, técnicas e procedimentos, cujas instituições se servem para um determinado fim. Seja como princípio de funcionamento interior, seja como aparelhos estatais que têm por função fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade. Pode-se então dizer, em suma, que a disciplina intervém na formação de uma sociedade disciplinar que vai desde os mecanismos de encerramento social (escolas, prisões, manicómios, sanatórios, entre outros) até ao mecanismo da vigilância generalizada.³⁴

³² *op. cit.*, pp. 118

³³ *op. cit.*, pp. 149

³⁴ *op. cit.*, pp. 177



#06
Manufacturing 17, Edward Burtynsky 2005



#07
Manufacturing 18, Edward Burtynsky 2005

1.3.2| O propósito da disciplina

Em todas as sociedades o corpo é o objeto alvo de domínio. Ora para ser treinado, modelado, manipulado, ora para ser submisso, dócil e útil, o corpo é prisioneiro de múltiplos poderes que o cercam, o castigam e o transformam. É óbvia a vantagem que este processo traz, não só porque aumenta a habilidades e a sujeição dos indivíduos, mas também porque os torna mais obedientes e mais úteis. Surgem assim, exigências que a disciplina tem de atender: construir uma máquina cujo efeito seja elevado ao máximo e articulado pela combinação das peças elementares de que ela se compõe.

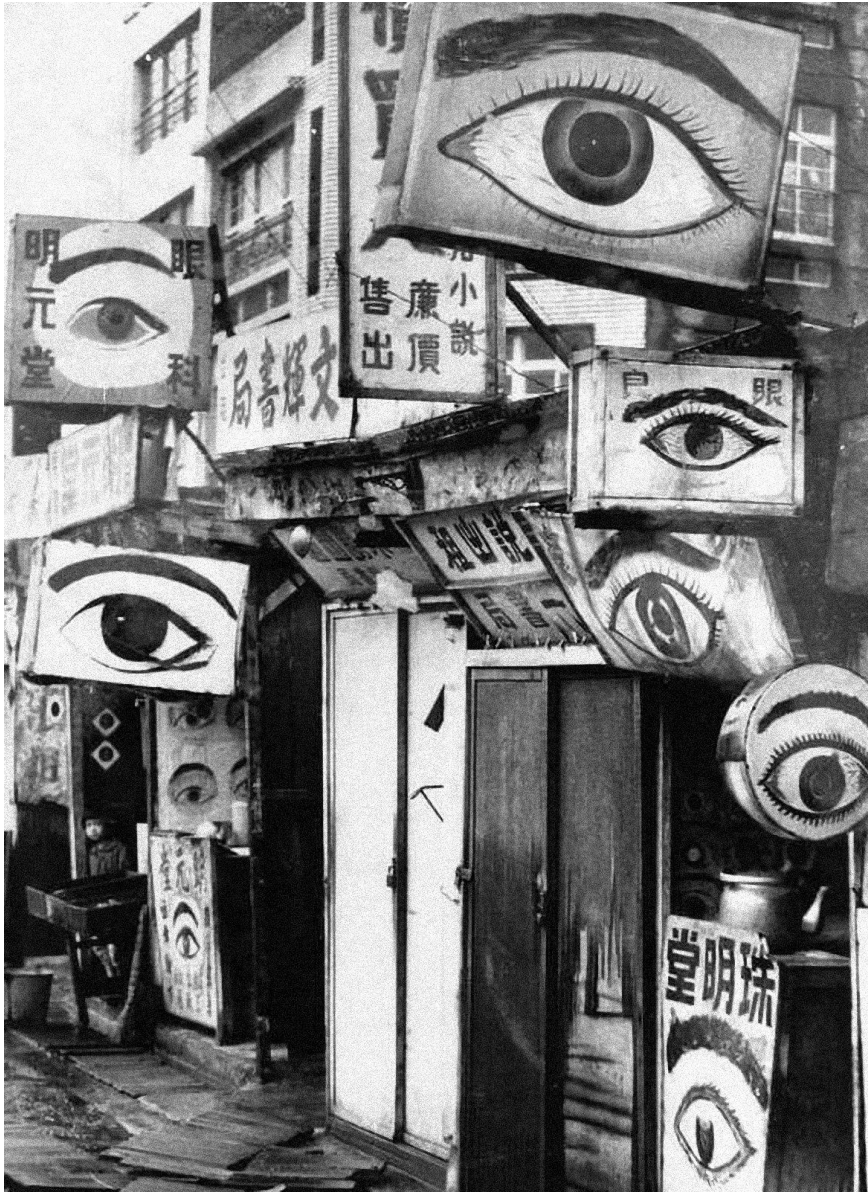
A disciplina não é mais uma arte de repartir corpos e passa a compor forças para obter um aparelho. Tal postura, a de assimilar o corpo a uma máquina, é dada pela consideração em que o corpo é o elemento que se coloca e articula com outros, e a força que o compõe não é mais a capacidade que o define, mas o lugar que ele ocupa, a ordem pela qual ele opera. Tal pensamento reflete-se nos meios disciplinares para distribuir o corpo no espaço. Por um lado, a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, duas características particulares: é celular (pela repartição das forças), é combinatória (pela combinação de forças). Por outro lado, utiliza três grandes técnicas: constrói quadrados, prescreve manobras, impõem exercícios.³⁵

Além de controlar a distribuição dos corpos no espaço, a disciplina tem a função principal de neutralizar os perigos e fixar as populações agitadas de modo a evitar a acumulação sem qualquer controlo. Contudo, tal processo não procura a apropriação das pessoas, mas sim tirar o máximo proveito delas, ligando e multiplicando as forças dentro de um sistema, seja numa escola, uma prisão, ou sanatórios, etc. Assim, as multidões confusas tornaram-se segmentos capazes de se combinar entre si de forma a criar um elemento com uma função maior: algo compreensível quando se observa a disciplina numa fábrica, ao tomar os indivíduos como instrumentos do seu exercício, regulando a atividade através de normas, penas e sanções.³⁶

A arte de construir, com os corpos localizados, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontram melhoradas pela combinação dos corpos é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar de controlo. Nesse saber, os teóricos do século XVIII viram como exemplo a prática militar, desde o controlo ao exercício dos corpos individuais, como táticas disciplinares que poderiam ser úteis para organizar o resto da sociedade.

³⁵ Foucault, Michel, «*Lóeil du pouvoir*», (tr. Es., Varela, Julia e Alvarez-Uría, Fernando, «*Colección Genealogía del poder: El ojo del poder - Bentham en España*», Madrid, La piqueta, 20ª ed., 1979, pp. 145)

³⁶ *op. cit.* pp. 118-118



#08

Ophthalmologists, Wang Shuabgquan, 1962

1.3.3| A vigilância

“Like everyone else you were born into bondage. Into a prison that you cannot taste or see or touch (...).”³⁷

Assim, como os roteiristas Wachowski pulsam na metáfora através da escrita no filme Matrix, também aqui se faz a chamada realidade onipresente a que o ser humano é submetido diariamente, uma imposição invisível que se torna parte do seu cotidiano.

Inicialmente, o poder disciplinar consistia em controlar e adestrar o movimento dos corpos, mas para tal obediência sistemática, supunha a incorporação de um dispositivo de poder capaz de manter a ordem dos corpos distribuídos: a *vigilância*. Tal jogo de poder manifesta-se através de um elemento que olha ou um aparelho que induz tal efeito, sempre visível pelos implicados.

Ao longo do século XVI, houve um grande investimento na construção de dispositivos que incutissem tal efeito. No entanto, estes não tiveram destaque científico, comparado com as outras tecnologias do olhar (óculos, lentes, feixes luminosos), pelo que o seu estudo foi banido no decorrer dos séculos.³⁸

Contudo, este conceito destacou-se em algumas das experiências formuladas pelo Homem, que praticamente modelou o ato de vigiar, não como aparelho mas como *observatório*, e passou a incluir um maior número de observados. Esses observatórios tinham como modelo quase ideal os acampamentos militares, servindo-se da ideia de que *“todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata”*, portanto, este paradigma assentava num poder que era quase inquebrável no exercício interrupto dos olhares entre indivíduos.³⁹

“Na praça d’armas, tiram-se cinco linhas, a primeira fica a 16 pés da segunda; as outras ficam a 8 pés uma da outra; e a última fica a 8 pés dos tabardos. Os tabardos ficam a 10 pés das tendas dos oficiais interiores, precisamente em frente ao primeiro bastão. Uma rua de companhia tem 51 pés de largura... todas as tendas ficam a dois pés umas das outras. As tendas dos subalternos ficam em frente às ruelas de suas companhias. O bastão de trás fica a 8 pés da última tenda dos soldados e a porta olha para a tenda dos capitães... As

³⁷ Filme Matrix, exibido em 31 de março de 1999, minuto 28”

³⁸ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 143-144

³⁹ *ibidem*



#09

May Day V, Andreas Gursky's, 2006

*tendas dos capitães ficam levantadas em frente às ruas de suas companhias. A porta olha para as próprias companhias”.*⁴⁰

Uma vez que o seu funcionamento recai nas relações entre indivíduos, a vigilância funciona como uma máquina, pelo que seu poder se distribui e permanece constante e indiscreto, passando a estar em todo lado e em silêncio.

Como tal, os aparelhos disciplinares fazem funcionar um poder que se auto sustenta por si próprio, pelo jogo e troca de olhares entre os encerrados e o comportamento dos indivíduos, é condicionado pelo receio de estarem a ser vigiados. Nas palavras de Foucault:

*“É com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. A disciplina “fabrica” indivíduos e é a técnica específica de um poder que torna os indivíduos objetos e simultaneamente instrumentos de seu exercício”*⁴¹

A vigilância não se mostra apenas como um processo que controla e organiza, mas que se interpreta extensível a todos os aspetos da vida do indivíduo observado. Assim, constituir um corpo útil e dócil, torna a vigilância necessária, não apenas na prisão, mas também nas instituições disciplinares, como a escola, o hospital, o exército ou a própria família. Como resultado, obtém-se uma ferramenta que condiciona o comportamento dos observados e o modo em que estes cumprem a sua função, sem desvios, dentro do conjunto organizado dos corpos, na tentativa, visivelmente opressora, de manipular a atividade e a maneira de ser de cada um.

Independentemente do resultado obtido, é possível exercer influência direta sobre o Homem caso seja necessário utilizar a força física, substituindo-a pela modelação e conversão do comportamento hostil num comportamento útil para a sociedade com um simples olhar, seja este furtivo ou visivelmente presente. No final, o comportamento do homem nunca há-de ser natural, porque o olhar omnipresente, quase divino, “é a norma” e, portanto, o observado ao não cumprir as regras corre o risco de ser sancionado.

⁴⁰ *Règlement pour l’infanterie prussienne*, (tr. Fr., Ms 1067, f. 144). Citado por: Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 144

⁴¹ *op. cit.*, pp. 143



#10
Forgotten Songs, instalação em Angel Place, Sydney, Michael Hill, 2012

1.4.1 | Da disciplina ao controlo

O processo histórico e evolutivo das sociedades propiciou o abandono dos processos disciplinares que até então as organizavam. Isto quer dizer que os métodos disciplinares de encerramento através de instituições, enquanto técnica de controlo, deixaram de ser predominantes.

Os aparelhos institucionais chocavam com os novos tipos de sanções e com os novos modelos de sistematizar a sociedade. Esta crise não é provocada pelo abandono da ideia, mas pelo aparecimento de novos métodos de sanções, vigilância e controlo, que fez com que as instituições disciplinares- escolas, hospitais, fabrica, prisões — entrassem em crise, sendo necessário adaptarem-se.

Das principais causas que levaram à reformulação dos aparelhos disciplinares destacando-se os conflitos bélicos do século XX que alteraram o cenário mundial bem como a sociedade. O comportamento da ordem social torna vítima a disciplina, em favor do controlo, que já não funciona por encerramento, mas por um controlo contínuo.⁴²

No que concerne à disciplina, percebe-se que esta organiza os indivíduos em instituições de *encerramento*, onde os indivíduos passam de um meio fechado para outro, tendo cada um deles as sua leis e métodos de organizar, seja da família para a escola, depois à fábrica, ou ao hospital, ou eventualmente à prisão, sendo que cada um constitui uma concentração de indivíduos, repartição do espaço e distribuição do tempo.

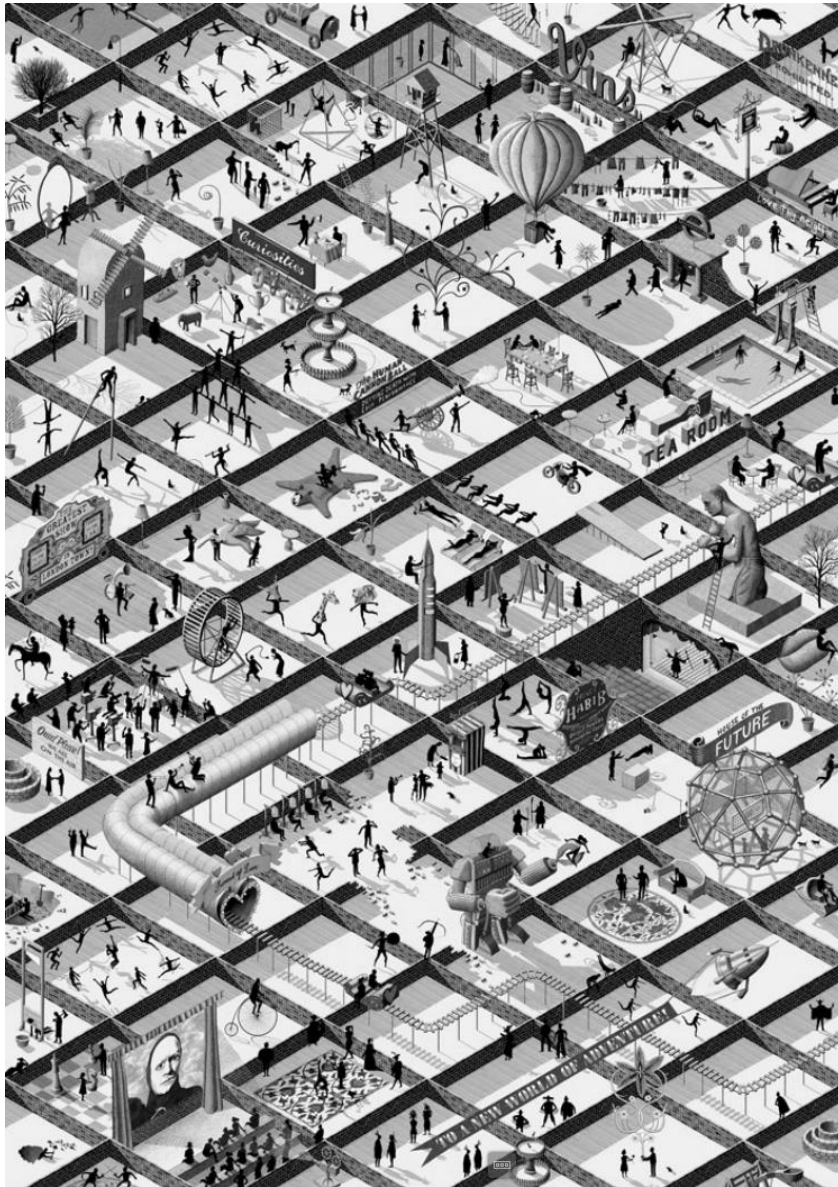
Em oposição, a disciplina passa agora a exercido no meio aberto e a ocupar vários espaços ao mesmo tempo. O seu efeito de domínio é constante e, assim, a diferença entre os moldes dos vários aparelhos de encerramento, que modelam e organizam os sujeitos segundo as regras de cada um, desaparecem. São substituídos por modeladores universais que atuam de igual forma em cada um deles.

Tal padrão facilitou a flexibilidade de meios e a comunicação universal permitindo que a disciplina fosse aplicada tanto dentro de locais fechados como ao ar livre. O enclausuramento já não é limite para o efeito de domínio.

Em relação ao modelo de sociedade referido, consideram-se importantes certos aspetos que levaram a sua transição para a nova ordem. Destacam-se os seguintes:

O mérito. Na sociedade disciplinar existiam ganhos baseados num modelo fixo, posteriormente substituído por um sistema de prémios como princípio modelador. Assim, os indivíduos possuem um agente motivador

⁴² Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 176



#11
Boundary, Adam Simpson, 1989

que os obriga conscientemente a evoluir, superando-se uns aos outros. Esta espécie de rivalidade cria a rutura da ideia de massa homogénia como força de trabalho, levando a que estes se sintam obrigados a destacar dos restantes de modo a serem considerados os melhores.

A identificação. Na sociedade disciplinar, cada indivíduo possui um número que o identifica como unidade e outro que o identifica dentro de um coletivo, ou seja, dentro do conjunto de determinada instituição. Este modelo de cifras é suplantado por uma “password”, a qual dá acesso a toda a informação coletada sobre o indivíduo, logo há uma universalidade de informação que já não se restringe ao espaço encerrado.⁴³

Neste ponto, assistimos a uma transformação da estrutura institucional: *o sujeito já não pertence a uma determinada massa. Ele pertence agora a uma rede global de informação, que recolhe e armazena informação para um sistema unificado. A password passa a indicar a posição de cada indivíduo a uma escala global, junto com os seus gostos, preferências, religião, até o estado de espírito.*

Este modelo de controlo e dominação surge muito a par dos sistemas tecnológicos de uma sociedade moderna que se torna cada vez mais dependente da tecnologia. Este fenómeno, por sua vez, está relacionado com a necessidade do Homem em se conectar com tudo e afirmar-se como ser individual. Este paradigma ditou a evolução dos sistemas de comunicação e o intercâmbio digital. A vigilância tornara-se o principal dispositivo para acumular e armazenar informação através de dispositivos eletrónicos, expondo os sujeitos a uma maior visibilidade, muitas vezes, autorizada por eles próprios.⁴⁴

Salienta-se o quanto insólito pode ser a compressão da atual máquina social que deseja a sua própria subjeção. Surge aqui um paradoxo, dado ao paralelismo do Homem lutar há tanto tempo contra a humilhação, a escravatura e a exploração — construído no momento em que é libertado o controlo das suas fronteiras físicas, e filtrado em todos os aspectos da vida social do Homem.

⁴³ Lavoura, Luís Manuel, «Poder e subjectivação segundo Foucault e Deluze». *Dissertação de Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009, pp. 56-57

⁴⁴ Prior, Helder, «Democracia deliberada e vigilância eletrónica: da participação ao panótico cibernético», Dezembro de 2011, [Online] Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/10/pdf/EC10-2011Dez-20.pdf> [Acedido 08 de Maio 2016], pp. 378



#12

Look Deeper, Brad Evands, 2014

1.4.2| A Vigilância na era da informação

*“Todos nos maravilhamos com o Google Earth, para começar com um exemplo recente e aparentemente simpático. Mas será que queremos mesmo que as nossas casas, as nossas portas, as nossas janelas, os nossos jardins, sejam conhecidos, devassados, pela via cada vez mais simples e acessível da internet, por qualquer pessoa ou entidade no mundo, incluindo, portanto, as políticas nacionais ou estrangeiras, oficiais ou secretas, e os criminosos organizados por contra própria?”*⁴⁵

Atualmente, a sociedade é projetada num estado de vigilância permanente que monitoriza todas as suas ações, por mais insignificantes que sejam, sempre registadas através de aparelhos eletrónicos dignos da sociedade do século XXI.

Já o professor Túlio Lima chamou à sociedade atual de “*pós-disciplinar*”: “*Nesta nova sociedade, a monitorização eletrónica pode ser reconhecida como um desenvolvimento tecnológico da antiga vigilância, mas o poder punitivo já não mais se manifesta por uma sanção normalizadora, mas por um intrincado sistema de registo e reconhecimento. Não mais é função social transformar o “anormal” em “normal” nas instituições disciplinares, mas sim registar e reconhecer o “anormal” para filtrá-lo na sociedade dos normais*”.⁴⁶

Inicialmente, a vigilância relacionava-se com o espaço físico, posta como instrumento da disciplina para ordenar as ações individuais ou coletivas do homem. No entanto, com o avanço das tecnologias, dá-se a passagem do espaço físico para o espaço virtual das câmaras de vigilância, cujo número aumenta continuamente em todo o lado. Assim, o seu poder multiplica-se sobre todos os aspetos do dia a dia do Homem, e liberta a sua influência sem limites físicos. Contudo, esta passagem resultou numa imposição agressiva e invasiva que trouxe conseqüentemente a ruptura da privacidade, assim como o aumento de meios de controlo – telefones, cartões de crédito, SMS’s, infrações viárias, a compra no supermercado, a ida ao shopping, a internet, as redes sociais, entre outros milhares de meios — que representam a base de dados e registo de todas as nossas ações.⁴⁷

Historicamente, a tecnologia levou a que o mundo se tornasse mais confortável. As novidades são acompanhadas de horizontes cada vez mais modernos e tornaram-se o mundo recheado de capacidades

⁴⁵ Trigueiros, Conceição, «*Panóptico, as ordens da vigilância- uma arquitetura moralista*», Casal de Cambra, Caleidoscópio, 1ª ed., 2011, pp. 12

⁴⁶ Vianna, Túlio Lima, «*Transparência pública, opacidade privada – O direito como instrumento de limitação do poder da sociedade de controle*», Rio de Janeiro, Revan, 2007, pp. 83

⁴⁷ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 13

fascinantes, ao mesmo tempo que instalaram um sentimento de inquietude. Esse sentimento destaca-se quando é visível a transgressão de direitos em prol do controle.

Como escreve Conceição Trigueiros: “*Todos aceitamos as vídeo-vigilâncias nas lojas, nos centros comerciais, nas empresas onde trabalhamos, nas zonas da cidade onde a criminalidade é mais intensa, nas estradas e nas autoestradas (...). Mas será que queremos, mesmo em nome da segurança que, as nossas compras, as nossas entradas e saídas, os nossos passos, sejam gravados e arquivados?*”.⁴⁸

Após o 11 de setembro,⁴⁹ a ideia de controle atingiu proporções antes impensáveis, e veio fundamentar a aceitação de regras que, em geral, comprometem a liberdade e os direitos humanos. Tecnicamente, a vida privada desaparece e a informação de cada cidadão é interceptada por centos de câmaras, colocadas nas ruas, metros, escolas, no trabalho, por chamadas telefónicas sob escuta, tecnologia de reconhecimento facial, entre outros aparelhos. Tudo isto na missão de criar segurança. Mas sabemos que não é bem assim. Essas câmaras existem, não para proteger, mas para controlar os usuários.⁵⁰

A verdade é que não há dúvida de que as novas tecnologias permitiram a criação de plataformas de interseção e cruzamento de informação que, facilitando o acesso ao conhecimento, tornam o Homem vulnerável à vigilância eletrónica. Navegar na rede é um processo fácil, mas é difícil não se sentir vigiado, enquanto as nossas informações são imediatamente interceptadas por terceiros. Por exemplo: “*(...) os anúncios personalizados que recebemos na nossa caixa de e-mail resultam de um conjunto de instrumentos tecnológicos que as empresas dispõem para se dirigirem a potenciais consumidores (...); “Empresas de marketing como a CCN, uma companhia britânica que se dedica ao cruzamento de dados com base no correio eletrónico, armazena os dados de mais de 43 milhões de pessoas e mais de 30 milhões de unidades de informação financeira (...).”*⁵¹

⁴⁸ *op. cit.*, pp. 12

⁴⁹ Os ataques de 11 de setembro de 2001, foram vistos oficialmente pelos norte-americanos como uma série de investidas suicidas, coordenadas pela Al-Qaeda, contra alvos estratégicos dos Estados Unidos. Na manhã daquele dia, dezanove terroristas sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros. Os sequestradores colidiram intencionalmente dois dos aviões contra as Torres Gémeas do complexo empresarial do *World Trade Center*, na cidade de Nova Iorque. O terceiro avião de passageiros colidiu contra o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no Condado de Arlington, Virgínia, nos arredores de Washington, D.C. O quarto avião caiu num campo aberto próximo de Shanksville, na Pensilvânia, depois de alguns de seus passageiros e tripulantes terem tentado retomar o controle da aeronave. Não houve sobreviventes em qualquer um dos voos. Quase três mil pessoas morreram durante os ataques, incluindo os 227 civis e os 19 sequestradores a bordo dos aviões. *in* Barrios, Pedro, «*11 de setembro de 2001 - A versão oficial e a outras*», 2008, [Online] Disponível em: http://paginas.unisul.br/agcom/resvistacientifica/artigos_2008b/paulo_barrios.pdf [Acedido 02 de Junho 2016], pp. 5-7

⁵⁰ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 13

⁵¹ Prior, Hélder, *op. cit.*, pp. 379

Ora, é precisamente nesta lógica que se fundamenta a sociedade do controlo. As velhas disciplinas que se detinham nas formas de encerramento — hospitais, escolas, fábricas, etc., como meios de controlo, são progressivamente substituídas por uma lógica de dados virtuais. Enquanto que as sociedades das disciplinas eram organizadas por uma posição dentro de um conjunto de corpos organizados, a sociedade pós-moderna já não se regula por um lugar, nem por uma ordem, mas por uma “palavra passe”⁵² que dá acesso aos dados.

Em *Vigiar e punir* (1975) é descrita a sociedade das disciplinas como sendo o controlo do corpo, com imposições, interdições e obrigações para garantir a eficácia e economia dos movimentos numa relação de docilidade e utilidade. O encerramento do corpo dentro de instituições como escolas, fábricas ou hospitais garantiam a aplicação das disciplinas, assentes na perfeita relação entre vigilância e técnicas arquitetónicas de organização.

Na sociedade do controlo já não estamos na presença do encerramento como meio para exercer controlo, até porque os indivíduos não pertencem a uma determinada massa, pelo contrario, tornaram-se elementos celulares individuais, elementos construídos por dados e cifras que mostram ao pormenor as características específicas de cada um. Neste sentido, um indivíduo pertence a um mundo paralelo onde existe um perfil à face do mundo real; uma réplica daquilo que somos; um perfil que se torna visível. Efetivamente, um perfil para qualquer um, criado, consciente ou inconscientemente, e submetido a triagem para classificar potenciais consumidores ou ameaças.

Recentemente, a evolução dos sistemas operativos, como o caso dos *smartphones* e as redes sociais, têm vindo a intensificar a exposição e visibilidade do sujeito. Com efeito, a nossa participação na rede tem acelerado a recolha de dados, mas inversamente tem criado uma atitude de exposição assumida, onde o sujeito submete-se à vigilância por decisão própria. Essa fome de visibilidade, contrária à ideia de privacidade, é alimentada por uma necessidade inquietante por se mostrar, por expor a sua intimidade pessoal, amorosa, familiar e profissional.⁵³

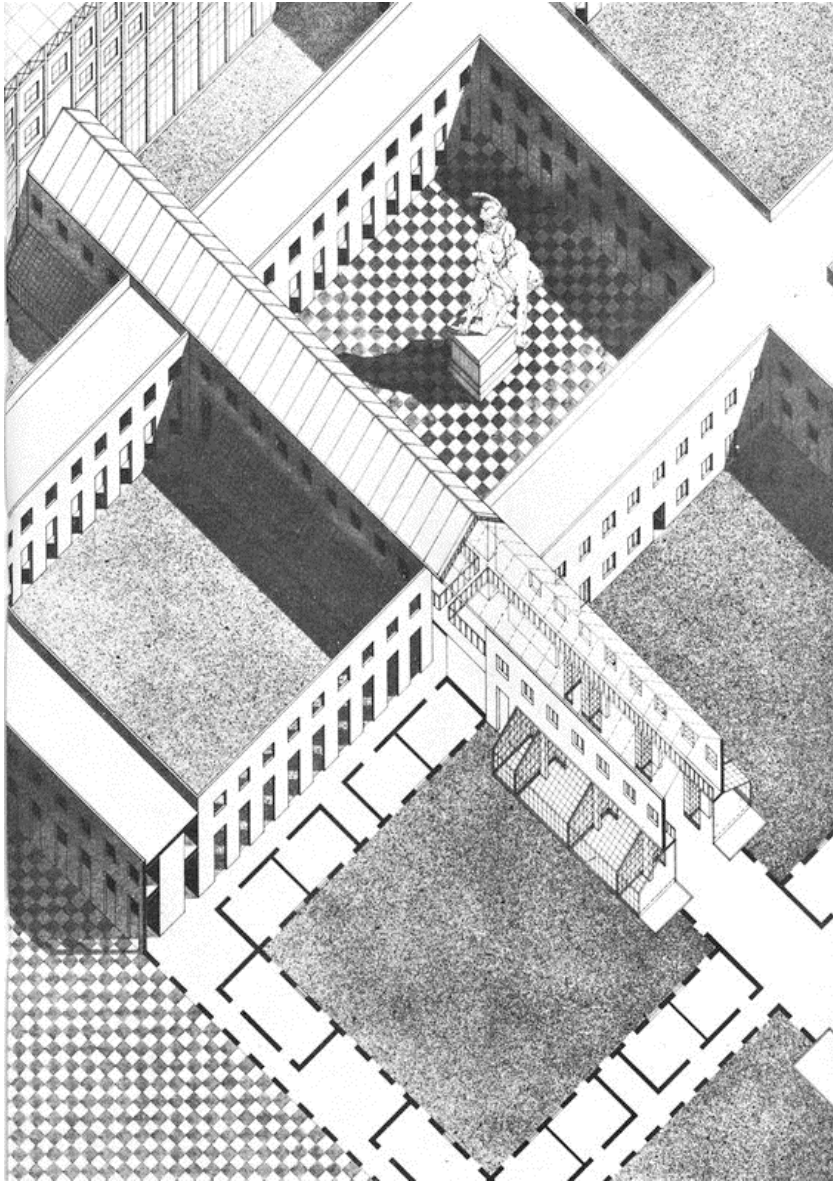
⁵² *op. cit.* pp. 381

⁵³ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 14

Capítulo II



[A disciplina do espaço]



#13
Centro Direzionale, Aldo Rossi, 1977

2| A disciplina do espaço

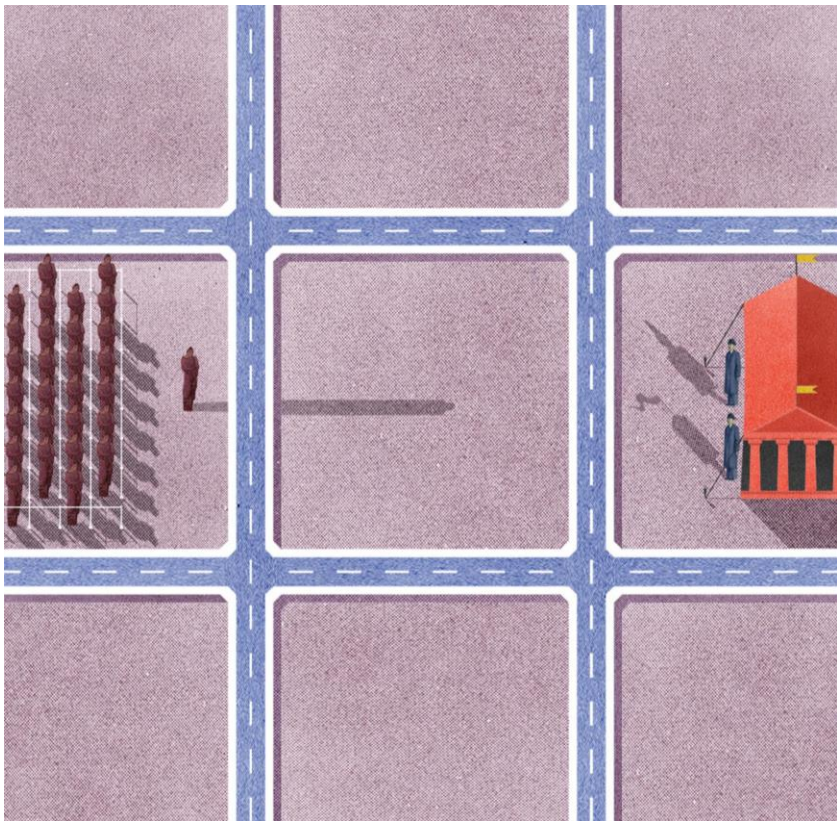
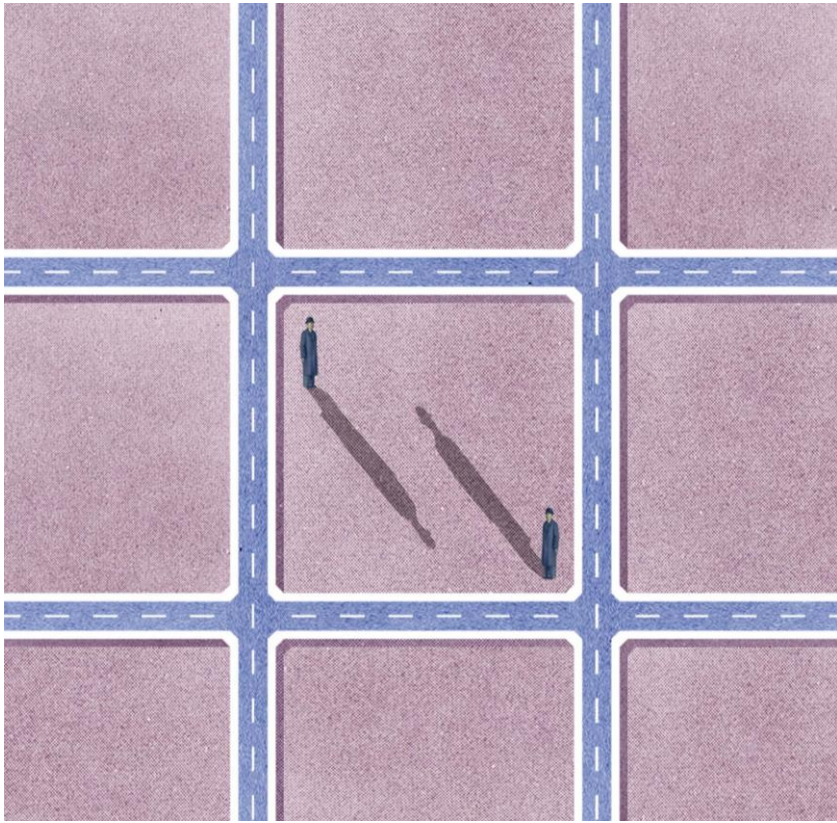
2.1| Introdução

“Assim, todo arquitecto que hoje projecta um edificio de uso publico- um aeroporto, um museo ou um shopping center - deve saber que os espaços e meios de controle são tão importantes que influem no projecto de maneira muito diferente de como faziam até poucas décadas atrás (...). As questões do controlo ocupam um lugar prioritário, e seria quase hipócrita continuar a projectar sem querer reconhecê-lo. Consequentemente, os elementos de controlo são um equipamento a mais nos edificios de uso público, tal como o são o elevador ou as instalações, e os técnicos devem encará-los como um tema a mais de projeto, a fim de resolvê-lo da maneira mais honesta e eficaz possível”.⁵⁴

Com base no capítulo anterior, chegamos à conclusão que a disciplina junto com a vigilância são instrumentos de controlo produto das relações sociais ao organizar o Homem dentro do seu entorno por meio de regras e procedimentos.

No entanto, deparamo-nos na capacidade da disciplina em moldar o comportamento do Homem dentro do espaço. Assim sendo, neste capítulo cabe entender até que ponto o espaço tem a capacidade de controlar, sobretudo, como agente que determina a regra e o comportamento do Homem.

⁵⁴ Montaner, Josep, M.; Muxí, Zadi, «Arquitectura y Política. Ensayos para mundos alternativos», ISBN: 978-85-65985-41-3, («Arquitectura y Política. Ensayos para mundos alternativos», São Paulo, Gustavo Gili, 2014, pp. 39)



#14
Unfinished, 00110, 2016

2.2| Arquitetura do controlo

O final do século XVIII e início do século XIX ficou marcado pelo início do *Estado-Nação*⁵⁵. Tendo como plano a consolidação como a nova representação do poder perante a sociedade, marcou todo o quadro arquitetónico, seja pela sua utilização como meio de exercer influência ou como instrumento de consolidação política.

A influência do controlo na arquitetura é perceptível, quando é alcançado o ordenamento e a manipulação das atividades dos indivíduos, mais precisamente, dos corpos no espaço.

Para Montaner e Muxí, tal processo “concretizou-se em edifícios de transmissão de cultura e de ensino dos novos estados — museus, bibliotecas, teatros, colégios, etc. -, edifícios de produção — fábricas de tecido e açúcar, salinas etc. -, edifícios para a distribuição de bens — alfândegas, matadouros, feiras e mercados —, edifícios para administração — a bolsa, o tesouro público, o parlamento etc. -, e recintos para o controlo e a cura — palácios de justiça, quartéis, presídios, hospícios, leprosórios, hospitais e manicómios. Já não se trata de palácios para príncipes ou de catedrais do catolicismo, edifícios de representação de um poder dominante, longínquo e inacessível, mas de edifícios de um novo poder, mais próximo, que administrava, legislava, controlava e distribuía”.⁵⁶

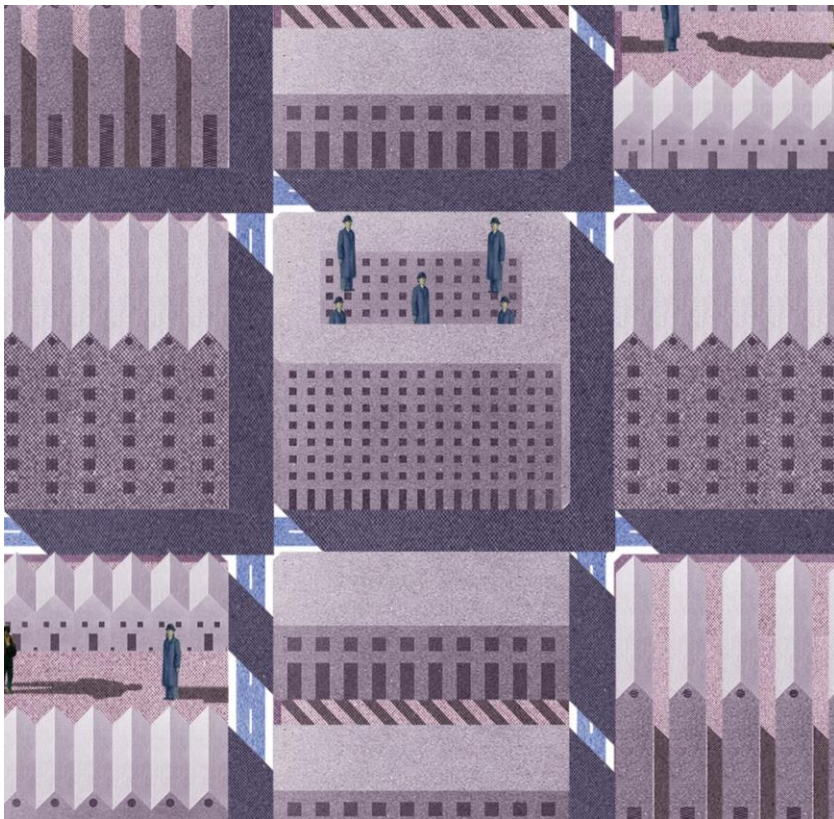
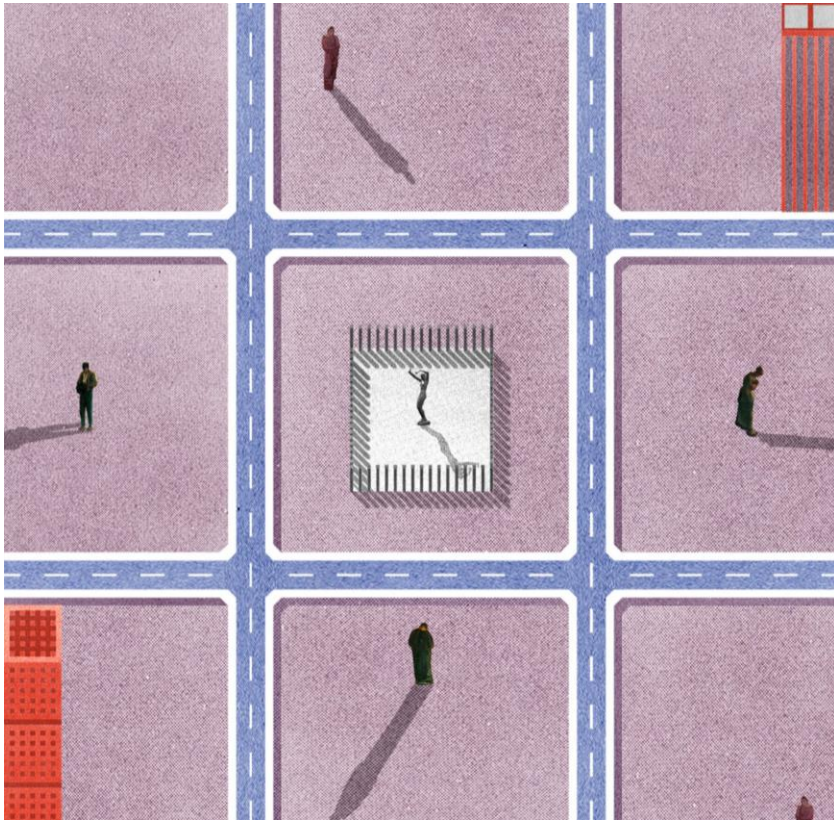
A determinação dessa mudança veio acompanhada pela separação entre o privado e o público, distinguindo os limites entre ambos, “superando estilos de vida medievais em que a escola e o hospital se encontravam dentro da própria casa”,⁵⁷ tudo isto no surgimento do pensamento iluminista, das questões sociais e do conflito de classes do século XVIII.

A este cenário é somada a preocupação de ordenar a sociedade, que precisava de absorver o novo modo de governo. Arquitetos e engenheiros foram encarregados de construir as novas instituições, com novos programas e funções, junto com novos materiais e soluções programáticas a fim de alcançar os novos objetivos políticos e económicos. Ao mesmo tempo, o cenário foi o ideal para perceber a arquitetura como meio para solucionar problemas ligados ao Homem.

⁵⁵ A ideia de Estado-nação na Europa em finais do século XVIII e inícios do século XIX. Provém do conceito “Estado da Razão” do Iluminismo, diferente da “Razão do Estado” dos séculos XVI XVII. A Razão passou a ser a força constituidora da dinâmica do Estado-nação, principalmente ao nível da administração dos povos. O aparecimento do Estado-nação corresponde à fase nacionalista do Ocidente e ao processo de industrialização. *In* Porto Editora [Online] Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$estado-nacao,4](http://www.infopedia.pt/$estado-nacao,4) [Acedido 01 de outubro 2016]

⁵⁶ Montaner, Maria; Muxí, Zadi, *op. cit.*, pp. 27

⁵⁷ *op. cit.*, pp. 28



#15
Unfinished, 00110, 2016

Antes disso, a arte de construir mantinha-se, enquanto instrumento, como objeto para demonstrar e manifestar o poder, a divindade ou a força de alguém socialmente destacável, como foi o caso das igrejas e dos palácios.⁵⁸

A verdade é que a distribuição do espaço tornara-se uma grande preocupação. Essencialmente, a arquitetura começava a ganhar a especialização das suas funções, ao mesmo tempo que dava lugar à organização do espaço para fins de proveito económico e político. Espaços que até então se mantinham sem destaque adquirem especificidades e funcionalidades. Lugares como a casa, refúgio onde o Homem se alimenta, dorme, reside, etc., pouco a pouco assimila funções próprias segundo as táticas do habitar — o quarto para dormir, a cozinha para a confeção dos alimentos, o quarto das crianças, a sala de jantar, entre outros. O espaço ganhara uma maior compartimentação e introduzia ou reelaborava a relação entre arquitetura e os usuários, sendo que todos os lugares onde acontece a vida quotidiana são organizados funcionalmente.⁵⁹

A cultura do poder difundiu-se a um ritmo acelerado na arquitetura, bem como no urbanismo. *“O ponto central passará para o urbanismo, com a abertura de eixos radiais e esquemas diagonais, a fim de potencializar a hierarquia urbana”*. Assim, os limites entre o espaço físico e o controlo trespassam para o meio aberto. Ensaios como o plano de Roma de Sisto V ou o plano de Paris pelo Barão Haussmann, são claros exemplos da necessidade em demarcar poder e visibilidade, em oposição aos labirintos das cidades tardo medievais.⁶⁰

Montaner, em *Arquitectura e Política* (2011), esclarece que a chave para a evolução da arquitetura em prole do controlo é materializada no Panóptico de Bentham (1785). Este sugere que um edifício é capaz de estabelecer e manter um domínio omnipresente sobre os indivíduos através da composição do espaço arquitetónico. Esta conexão definiu os limites entre arquitetura e controlo, e formalizou a ideia do espaço como instrumento que pode gerir as concentrações humanas.⁶¹

Nota-se que a arquitetura é influenciada pelo comportamento da sociedade e respetiva evolução, que demonstra a sua autoridade através de proibições ou ordenações. Parece conveniente dizer que a arquitetura como hoje a conhecemos é consequência da necessidade da sociedade em impor domínio sobre aqueles que a constituem, seja ausente ou vivido, através de espaços e formas, que pouco a pouco vão construindo barreiras e segregação.

⁵⁸ Foucault, Michel, «*L'œil du pouvoir*», op. cit., pp. 11

⁵⁹ op. cit., pp. 12

⁶⁰ op. cit., pp. 31

⁶¹ Montaner, Josep, M.; Muxí, Zadi, op. cit., pp. 30



#16
Thomas, Robert Mapplethorpe, 1987

2.2.2| Pensar o espaço de controlo

Pensar o espaço desde o ponto de vista da sua organização parte dos conceitos das formas e dos volumes, que organizados, não de maneira isolada, criam uma estrutura de relações, que dão a plena noção de que o espaço não é organizado ao acaso — o Homem participa nessa organização.

A relação do Homem, sobretudo, com o mundo das formas artificiais deve-se sobretudo à sua atividade criadora que completa o seu espaço e se identifica com ele. O espaço é usufruído pelo Homem, pelo seu vaguear, que cria a conexão com o seu habitar: *“Deslocando o seu corpo, construindo a sua casa, arroteando um campo, escrevendo uma carta, vestindo-se, conduzindo o seu automóvel, levantando uma ponte, poderíamos dizer — vivendo — o homem organiza o espaço que o cerca, criando formas, umas aparentemente estáticas, outras claramente dinâmicas”*⁶². Assim, o espaço pode ser considerado como uma unidade que rodeia o Homem, uma espécie de território que define fronteiras.

O espaço como *fronteira ou cerca* aparece implícito nos movimentos do corpo e que coloca o Homem no seu centro. A sua existência passa a ser mediada pelo espaço ao longo da sua vida seja no espaço como lugar de ação, lugar de atividade, lugar de interação social ou lugar dos mais variados acontecimentos do quotidiano. O espaço pode ser considerado então, como uma região física que rodeia o Homem, que começa a ser percebida pelas relações espaciais que surgem através da experiência.

*“(...) Organização do espaço é obra de participação de todos os homens, em graus diferentes de intensidade e de responsabilidade (...)”*⁶³

No caso concreto da arquitetura, a organização do espaço é base da sua existência, seja um acontecimento puramente funcional ou artístico, que se limita a dar forma ao espaço. Esta organização modela tanto a forma (exterior) como o conteúdo (interior), sendo que o espaço interior é o conceito fundamental da arquitetura, que tem, necessariamente, de ser vivido e percorrido.

É claro que, desde os primórdios, o Homem vive e se constitui no espaço interior, lugar que tem vindo a ganhar forma, estrutura, função diversificada, e que constitui o seu suporte de propósitos particulares. Este suporte remete a uma relação de interdependência entre ambos, no sentido de que o espaço só existe quando encarado por um observador. O corpo é que qualifica o espaço, que cria cortes, tensões. Em resposta, o espaço projeta possibilidades ou incontingências e relações temporais.

⁶² Távora, Fernando, «*Da organização do espaço*», *Escola Superior de Belas-Artes do Porto, Edições do Curso de arquitectura da E.S.B.A.P., 2ª ed., 1982*, pp. 26

⁶³ *op. cit.*, pp. 31

A partir de agora, o espaço não pode ser só apresentado como a extensão do Homem, mas como meio capaz de o manipular e interferir nas suas ações. É neste ponto que surge a questão do espaço como exercício do controlo, em estreita relação com o ser humano, cuja atividade parte de uma “orientação” do indivíduo a partir da organização espacial.

“O corpo humano entra numa máquina que o esquadrinha, o desarticula e o compõe.”⁶⁴

Seguindo esta ideia e citando Fernando Távora, “(...) o espaço organizado pelo Homem é condicionado na sua organização, mas uma vez organizado passa a ser condicionante de organizações futuras (...)”. A estes fatores ele chamou de *circunstâncias* — “que seriam o conjunto de fatores que envolvem o Homem, que estão à sua volta e, porque ele é o criador de muitos deles (...)”. A circunstância por si só é fundamental para a organização do espaço. Porém, Távora refere a organização do espaço como *produto* de uma circunstância, mas também como *criador* de circunstância. A noção de circunstância permite construir o modo de pensar o espaço de controlo, como sendo causa que submete o sujeito. Nesse sentido, o espaço pode ser trabalhado segundo estratégias, que garantam medir o sujeito que preenche o espaço.

Existe assim um fenómeno, de uma cultura dita de poder ou controlo intrínseca no espaço, visível pelo menos em gerações mais próximas, e que se encontra oculto em todo lado, adaptando-se aos poucos à existência do Homem.

•

Com o processo de modernização da sociedade, e após as revoluções do século XVIII⁶⁵, assiste-se a mudanças nos hábitos sociais. O que antes era regulado pelas instituições medievais — a igreja e a nobreza — agora é regulado por novas estruturas de práticas sociais consolidadas, pelos Estado-Nação. A este cenário soma-se a nova divisão do trabalho, estruturado na produção capitalista e industrial que exigia mão-de-obra, isto, no decorrer acelerado do crescimento das cidades. Claramente, este fenómeno exigiu, com urgência, organizar e classificar as multidões — separar os bons dos maus.⁶⁶

⁶⁴ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 119

⁶⁵ O chamado século das revoluções, também chamadas de Revoluções Burguesas, foi o processo histórico protagonizado pela classe burguesa, ligada ao comércio e às finanças, e que foram fundamentais para que várias sociedades europeias superassem o sistema absolutista. Neste contexto se destaca a Revolução Inglesa do século XVII que propiciou a Revolução na França em 1789 e progressivamente pelo resto da Europa. Ao abandonar o absolutismo, países europeus passavam a se estruturar como estados republica. *In* Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico, Porto: Porto Editora, 2003-2016 [Online] Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$revolucoes-de-1848,3](http://www.infopedia.pt/$revolucoes-de-1848,3), [Acedido 06 de junho 2016]

⁶⁶ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 21-22

Deste modo, todos os espaços que acomodavam a vida cotidiana precisavam de ser organizados em termos funcionais, e os seus limites definidos conforme as exigências políticas e económicas do estado. A experiência e os saberes conjugaram-se para tal efeito e propuseram aspetos que proporcionavam novas soluções para responder a necessidade do enorme crescimento urbano. As soluções refletiram sobre cada espaço, respondendo às exigências, e a função de cada um, gerando uma especialização e funcionalização.

Esta especialização e funcionalização atingiram, sobretudo o espaço coletivo, uma vez que este recebe o acumular de pessoas, que de não serem controladas podem gerar agentes socialmente perigosos: doenças, delinquência, pobreza, entre outros. Portanto, controlar era primordial para evitar, num sentido mais amplo, a desordem física e mental da própria sociedade. Entra-se, assim, num processo em que a arquitetura estabelece uma aliança com o poder e conseqüentemente torna-se portadora de autoridade para “ordenar e proibir”.⁶⁷

Repensar o modo de projetar o espaço, ante a doença, o crime e a loucura e o acumular de pessoas, forçava à realização de experiências que envolvessem várias disciplinas — a arquitetura, a engenharia, a filosofia e a “*ilustração dos seus respetivos laboratórios*”.

Com efeito, as soluções projetaram o espaço construído como instrumento de coação capaz de impor no habitat do Homem uma ideia de lugar. Num sentido mais amplo, o lugar onde o Homem reside, o lugar onde o homem trabalha, o lugar de onde parte e depois regressa, o lugar que delimita e posiciona.

O lugar estrutura uma casa, igualmente compõe a estrutura interna da casa com diversos lugares. Foucault acaba por afirmar que o espaço toma a forma de relações de localização.⁶⁸

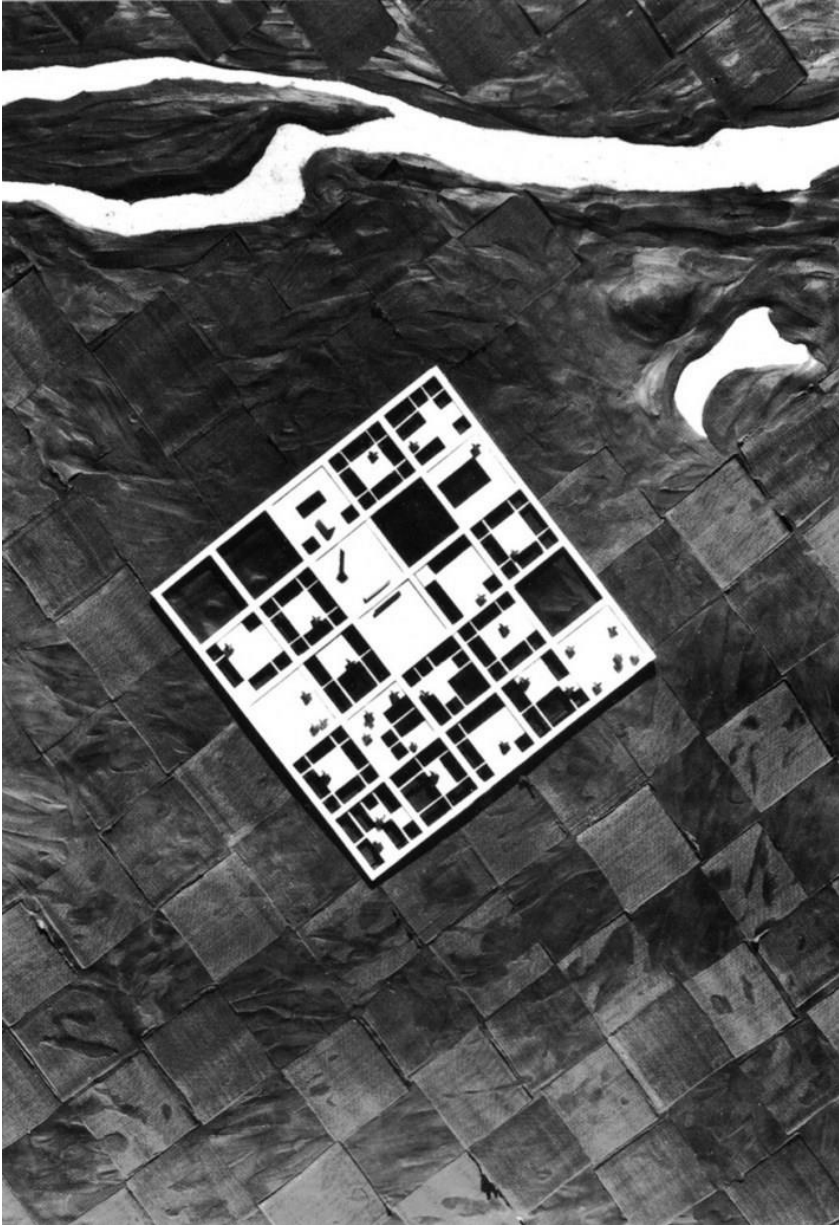
O lugar revela a forma como Homem deve coexistir dentro do meio e entre si — seja o Homem, enquanto ser que se implanta (relação entre diversos climas e regiões); ser que coexiste (com outros homens, com coisas ou animais); ser que reside e habita (condições urbanas); e, por fim, ser que se desloca (propagação de doenças). Ou seja, o espaço construído constitui-se como elemento de suporte que assegura a distribuição de pessoas no espaço, assim como codifica as relações que estas estabelecem entre si.⁶⁹

A referência relacional entre Homem – lugar - localização acaba por surgir partindo da *técnica* — como resultado prático do saber, que permitiu ao homem um domínio progressivo sobre o seu meio. Na relação

⁶⁷ *op. cit.*, pp. 31

⁶⁸ Foucault, Michel, «*Des espaces autres*», conferência no Cercle d'études architecturales, 14 de março de 1967, publicado em *Architecture, ouvement, Continuité*, nº5, outubro 1984, (tr. Fr., Carmela Gross, «*De outros espaços (1967), heterotopias*», pp. 2) [Online] Disponível em: http://ghiraldelli.pro.br/wp-content/uploads/michelfoucaultheterot_carmela.pdf [Acedido 23 de outubro 2016]

⁶⁹ Foucault, Michel, «*L'œil du pouvoir*», *op. cit.*, pp. 13



#17
Agricultural Village, Kisho Kurokawa, 1960

entre técnica e o Homem, há um processo de organização que estabeleceu uma “especialização”. O Homem é encaminhado a ser separado, segundo as suas capacidades ou incapacidades — hierarquias. Junto com a especialização, uma disciplina, um tipo de poder que comporta uma série de instrumentos e procedimentos, que servem essencialmente para um fim determinado — organizar os alunos numa escola, os doentes de um hospital, os recrutas de um centro militar, os polícias da esquadra, ou prisioneiros na prisão, etc.⁷⁰

O Homem e a sua localização no espaço, tem essencialmente uma ligação com o lugar. Os lugares como espaços de habitar. O lugar como espaço construído. Surge então em consequência, uma estruturação do espaço como lugar, conectado e amontoado, onde o corpo é localizado e organizado em relação a outros corpos. Cada pessoa seria educada, corrigida e transformada em força produtiva. Com isso, cada hierarquia criada passa a ser enquadrada em edifícios diferentes e, dentro de cada um, agrupados casos semelhantes em compartimentos específicos. Cada edifício obedeceria a uma ideia de reduto independente, possivelmente mais próximo às relações sociais, para dominar os recursos humanos para um uso mais eficiente. À medida que as técnicas de especialização se tornam mais hierárquicas, também as estruturas se tornam mais complexas.

Assim, interpreta-se o espaço de controlo como sendo uma existência justificada pela sua função de isolar, bem como, localizar o homem no seu próprio meio. Uma estrutura que se limita a segregar os homens do corpo social, diferenciando apenas aqueles que ficam dentro daqueles que ficam fora.

Em *vigiar e punir* Foucault descreve genericamente o espaço do controlo como o lugar fechado sobre si mesmo: “(...) *fechado e cercado por uma muralha (...)*”⁷¹. O espaço, ele é mesmo uma ilha, um convento, uma fortaleza — “(...) *só abrirá as portas à entrada dos operários, e depois que houver soado o sino que anuncia o reinício do trabalho (...)*”⁷². A partir dessa posição, Foucault refere que o desenho do edifício será propiciado pelas relações entre “*indivíduo e meio e entre indivíduos e indivíduos*”.

No entanto, deve insistir-se na capacidade do espaço em possibilitar o controlo dos internos. É por isso que “(...) *nos edifícios, passa a ser necessário proceder a uma subdivisão interna aos muros de delimitação do exterior. Estabelece-se uma diferença entre os lugares que cada classe de indivíduos pode ocupar, e mais ainda, uma definição clara de qual deverá ser a posição relativa entre essas classes de indivíduos, ou entre os seus respetivos compartimentos para que se possa garantir a eficiência da iniciativa*”.⁷³ Cada um desses

⁷⁰ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, 178

⁷¹ *op. cit.*, pp. 122

⁷² *ibidem*

⁷³ *ibidem*



#18

Museu Kanazawa, Sanaa, 2004

compartimentos assume uma determinada posição e função, separados por uma hierarquia que serve para classificar as relações das massas dentro do espaço construído.⁷⁴

Há algo destacável no modo de interpretar este tipo de arquitetura, é que esta não é entendida quanto ao aspeto artístico, compositivo ou plástico, ela chama a atenção a um aspeto anterior à definição física, que justifica a sua essência, assim como a definição do espaço interior. Trata-se da relação que cada um guarda entre si e as relações sociais entre indivíduos, que depois é filtrada numa dimensão compartimentada e esvaziada num “*repertório limitado de formas*”⁷⁵.

Bill Hillier e Julienne Hanson, na sua obra *The social logic of space* (1984) afirmam que a finalidade da arquitetura parte do princípio de representar uma determinada dimensão espacial e não como cenário para as relações sociais, mas consideram importante o seu papel sobre elas. Para explicar tal ideia, utilizam uma série de ordens que subjazem à forma arquitetónica:

- *Leis do objeto* – princípios que governam a forma em si e constituem um padrão espacial;
- *Leis da sociedade para a forma edificada* – a maneira como os sujeitos utilizam e adaptam o edifício segundo as relações sociais, estas passam a ser identificadas na forma edificada.
- *Lei da forma para a sociedade* – o sistema espacial tem efeito sobre os sujeitos, pelo que a forma tem consequências sociais para além daquelas já programadas, ou conscientemente atribuída pela vida social efetivamente operante.⁷⁶

Explicam, através destes conceitos, o funcionamento mais primário da arquitetura: mediadora das relações sociais. Essa afirmação é representada num “edifício” que delimita o exterior do interior, e cuja relação entre dois espaços é uma abertura (porta) que marca a “*interface*” entre os que o habitam e os que o visitam — os primeiros na zona mais distante da porta e os últimos mais próximos da mesma. Qualquer que seja o carácter do edifício e o grau de complexidade programática, basta multiplicar este padrão.

Na mesma lógica, Thomas Markus, em *Buildings and power* (1993), considera os edifícios “*como um dispositivo capaz de classificar usuários através do ordenamento do espaço*”. Uma espécie de taxionomia

⁷⁴ Nascimento, Cristiano, «*O edifício como espaço analítico. Uma discussão das ideias de Foucault sobre a arquitetura*», *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n.093.04, Vitruvius, Fev. 2008, [Online] Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/168> [Acedido 06 de junho de 2016]

⁷⁵ Montaner, Maria; Muxí, Zadi, *op. cit.*, pp. 27

⁷⁶ Nascimento, Cristiano.



#19
Caracas, Herbert List, 1957

suportada pela relação entre Homem e espaço, sobretudo no modo como cada edifício opera as demandas da sociedade, como por exemplo, ordem e hierarquia.⁷⁷

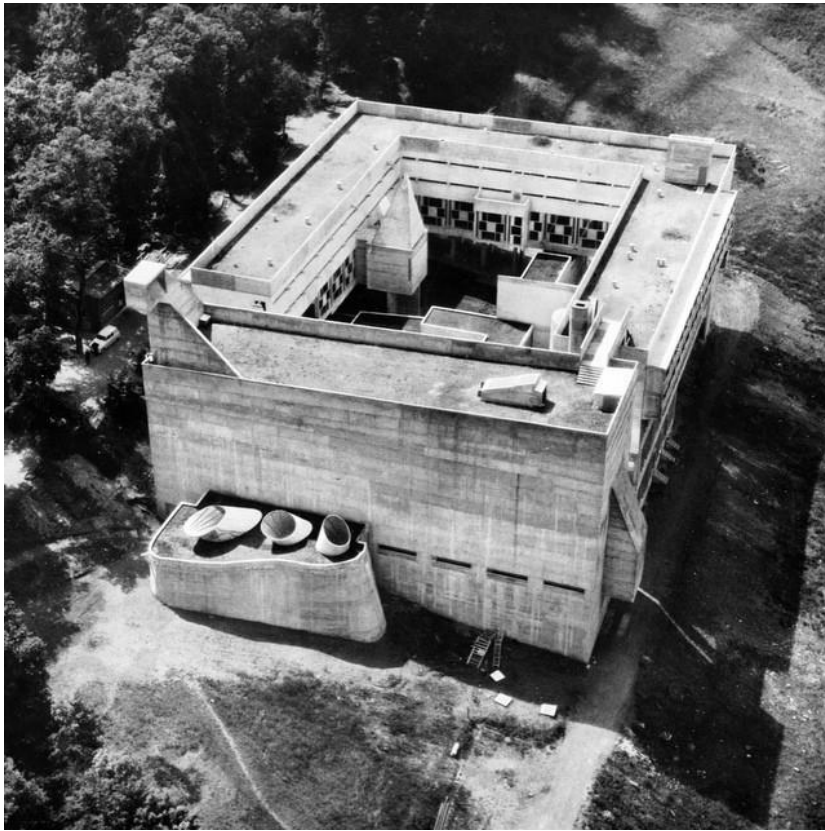
Então, indaga-se até que ponto as relações de controle, vigilância e poder são circunstâncias do espaço? Os autores abordados anteriormente reservam o papel dos edifícios como estruturas criadas a partir de programas e usos que têm a capacidade de potencializar e limitar determinadas utilizações. Ao mesmo tempo, mostram o espaço como instrumento com a capacidade de influenciar o comportamento dos indivíduos que estão confinados a ele. Agora se os espaços adotaram a disciplina, como funcionamento interior, então o espaço ganha um poder abstrato projetado sobre os indivíduos. Não basta ver o espaço de controle desde o ponto de vista da estrutura física, é preciso ver que ele é contentor das relações entre indivíduos que criam regras dentro do próprio espaço e que serão transversais a todos os que nele circulam. Todas as atividades do Homem estão vinculadas a um espaço. Portanto, todas elas atividades do homem estão vinculadas à disciplina e à hierarquia. Logo, o controle é a essência do seu habitar.

“Na escola é proibido falar durante a aula, o aluno tem de se sentar de forma correta, não pode levantar-se da cadeira, é preciso levantar a mão para falar, não deve correr pelos corredores. Os professores não se podem ausentar das aulas, não podem infringir ameaças...”

Para Foucault, o espaço é elemento constituinte da sociedade e ambos vivem um para o outro. Tal razão leva-nos a pensar que um não existe sem o outro ou sobre o outro. Este fenómeno institui uma relação de interdependência contínua entre a estrutura social e o arquitetura, pelo que o espaço não é o mero produto ou cenário das práticas sociais, ele é parte fundamental dessas práticas. Nesse sentido, se os edifícios se revelam como estruturas fechadas e rígidas, assim como agentes do desenrolar da vida do Homem, lidar com as noções de poder e vigiar não ocupa um papel isolado. É uma consequência mútua entre o cenário arquitetónico e o social, portanto uma postura que atende indistintamente aos dois campos.⁷⁸

⁷⁷ *ibidem*

⁷⁸ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 138



#20

Convento Sainte-Marie de la Tourette, Le Corbusier, 1960

2.2.3| O corpo no espaço

No que concerne ao tema do corpo e ao seu controlo, entende-se que o espaço intervém para melhorar e coordenar os seus atos em função de determinados objetivos, respondendo a uma adequada disciplina. Para Foucault, existem técnicas disciplinares para o controlo do corpo no espaço e no território que se tornaram a raiz do comportamento humano, um processo contínuo e silencioso que desencadeou a organização dos indivíduos assim como a sua hierarquização.

O espaço, como já tinha sido planteada anteriormente, nasce de uma relação interdependente entre a sociedade. No entanto, a influência sobre o indivíduo dá-se no momento da apropriação, que depende das possibilidades que este oferece. Não basta unicamente dividir a população em grupos e depois encerrá-los em edifícios específicos, é necessário organizá-los dentro do mesmo. Esta solução respondia a uma única motivação: manter o controlo dos corpos. Seja como corpo encerrado ou corpo distribuído.

A ideia do *corpo encerrado* parece evidente: a atitude de isolar os indivíduos de um corpo social; necessidade de uma estrutura que garanta o confinamento dos sujeitos e um limite ao convívio coletivo. Genericamente, um encerramento que marque a vedação entre aqueles que estão dentro e os que estão fora, ou seja, “*cada classe de indivíduo ocupa uma posição determinada dentro do edifício*”.⁷⁹

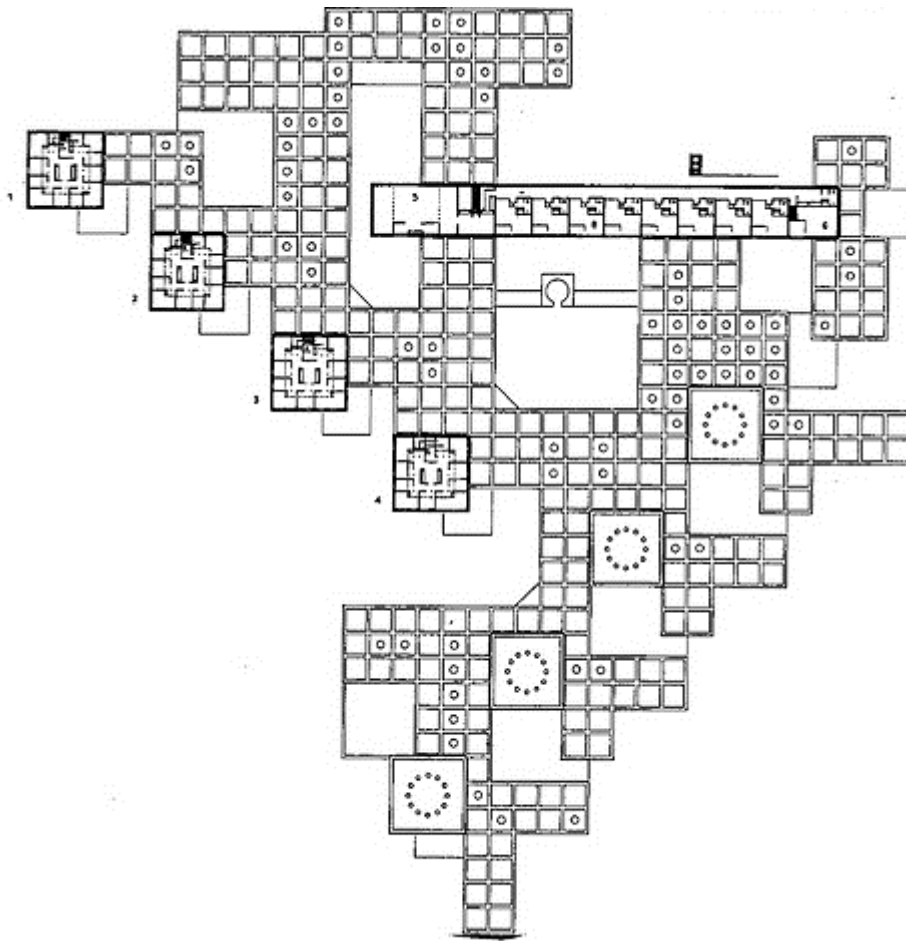
O isolamento do corpo exige o uso da “*cerca*” que, fechada em si mesma, permitia o controlo dos desorganizados. Portanto, o edifício é concebido como uma instituição homogénea, fechado ao exterior, heterogéneo, capaz de manter a ordem e a disciplina de todos os reunidos sob o mesmo teto. Este modelo praticado, quase monástico de enclausuramento, nem sempre foi constante dentro do aparelho das disciplinas sendo que ao longo da história tem vindo a exercer ações mais flexíveis, possivelmente mais próximo das relações e produção industrial.⁸⁰

Essa flexibilidade é dada como resposta à falta de uma correta administração dos corpos, que era insuficiente para manter a ordem dentro do edifício fechado. Era necessário proceder à sedimentação das pessoas acumuladas no interior e à sua distribuição. A partir daqui, o espaço é sedimentado conforme o número de corpos, gerando uma retícula-quadrícula conformada pela sequência de compartimentos, coordenados para o uso eficiente de recursos, de tempo e de energia.

Certamente, o *corpo distribuído* trabalha o espaço de maneira muito mais flexível. Cada corpo é visto como uma unidade individual e não como membro de um todo, “*cada indivíduo no seu lugar; em cada lugar um indivíduo*”. A distribuição ganha o princípio da localização imediata, isto é, a disposição dos corpos no espaço

⁷⁹ *op. cit.*, pp. 120-121

⁸⁰ *op. cit.*, pp. 122



#21

Amsterdam orphanage, Aldo Van Eyck, 1955-1960

permite saber onde cada um se encontra, o que possibilitou controlar as ausências e as presenças e comportamento de cada um, de uma maneira progressiva dentro de cada compartimento. O modelo mais arcaico desta distribuição recai na *cela* dos conventos.⁸¹

No entanto, a organização dos corpos pela quadrícula não é fixa. Os elementos podem ser intercambiados, pois estes não ocupam um lugar definido dentro da malha, o que importa é a sua posição na “*fila*”. A fila é permanente e não desmembrável, percorrendo-se sucessivamente e individualizando os corpos dentro de uma rede de relações. Dentro do edifício, os corpos são mexidos como peões entre linhas, entre postos, entre compartimentos, basicamente, circulam entre indivíduos, substituindo uns por outros.⁸²

*“Haverá em todas as salas de aulas lugares determinados para todos os escolares de todas as classes, de maneira que todos os da mesma classe sejam colocados num mesmo lugar e sempre fixo. Os escolares das aulas mais adiantadas serão colocados nos bancos mais próximos da parede e em seguida os outros segundo a ordem das lições avançando para o meio da sala... Cada um dos alunos terá seu lugar marcado e nenhum o deixará nem trocará sem ordem e o consentimento do inspetor das escolas. (...)”*⁸³

Ambos os processos, isolar-distribuir, organizam a sociedade em verdadeiras máquinas vivas, através da manipulação do espaço, meio para estabelecer a ordem. No entanto, esta perspectiva foi oportuna para tornar o espaço mais eficiente e funcional. No fundo, a arquitetura em geral é disciplinar e celular, seja dentro do espaço hospitalar, dividindo o espaço e repartindo os doentes para controlar as epidemias, nas forças armadas, nas fábricas, nos museus, nas habitações, etc.

⁸¹ *op. cit.*, pp. 123

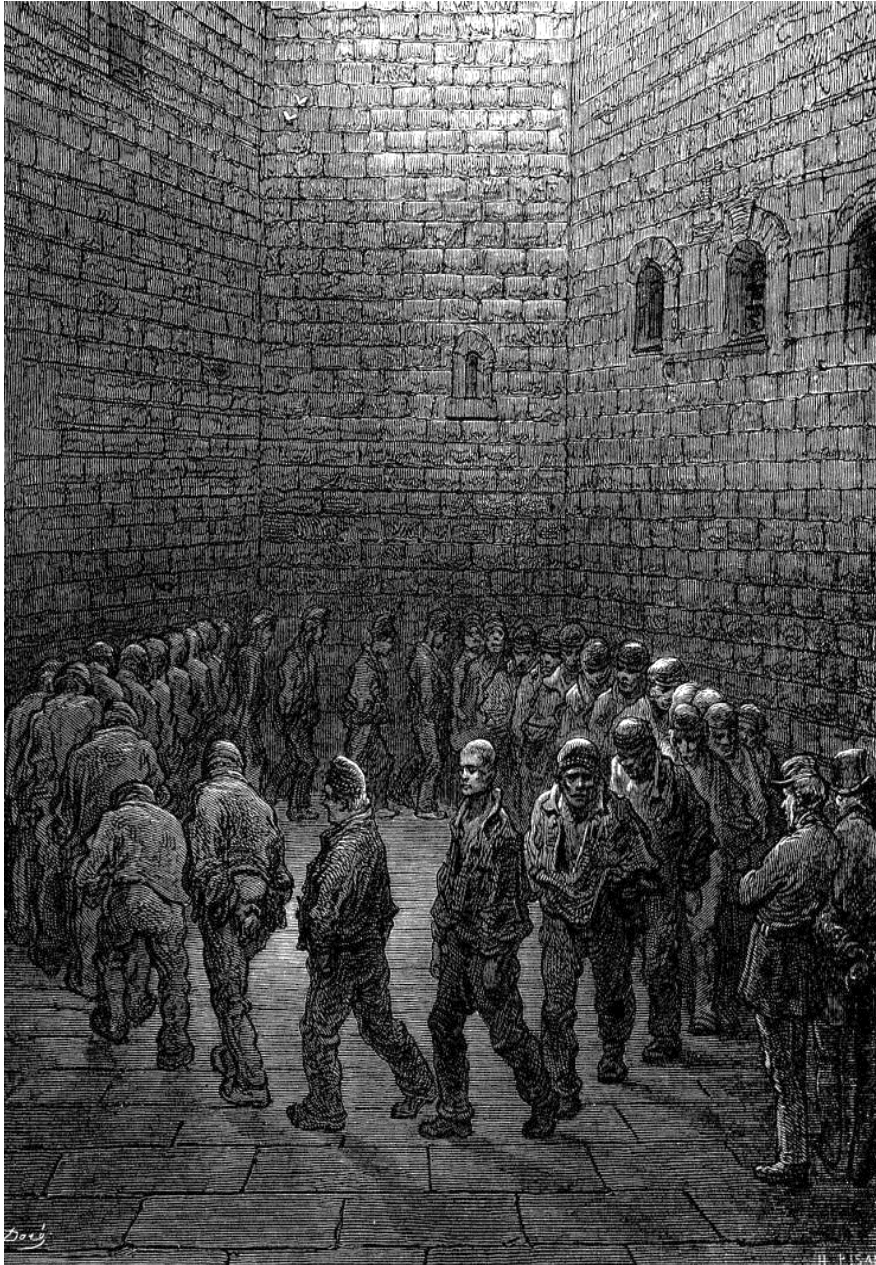
⁸² *op. cit.*, pp. 125

⁸³ *op. cit.*, pp. 127

Capítulo III



[Arquitetura prisional]



#22

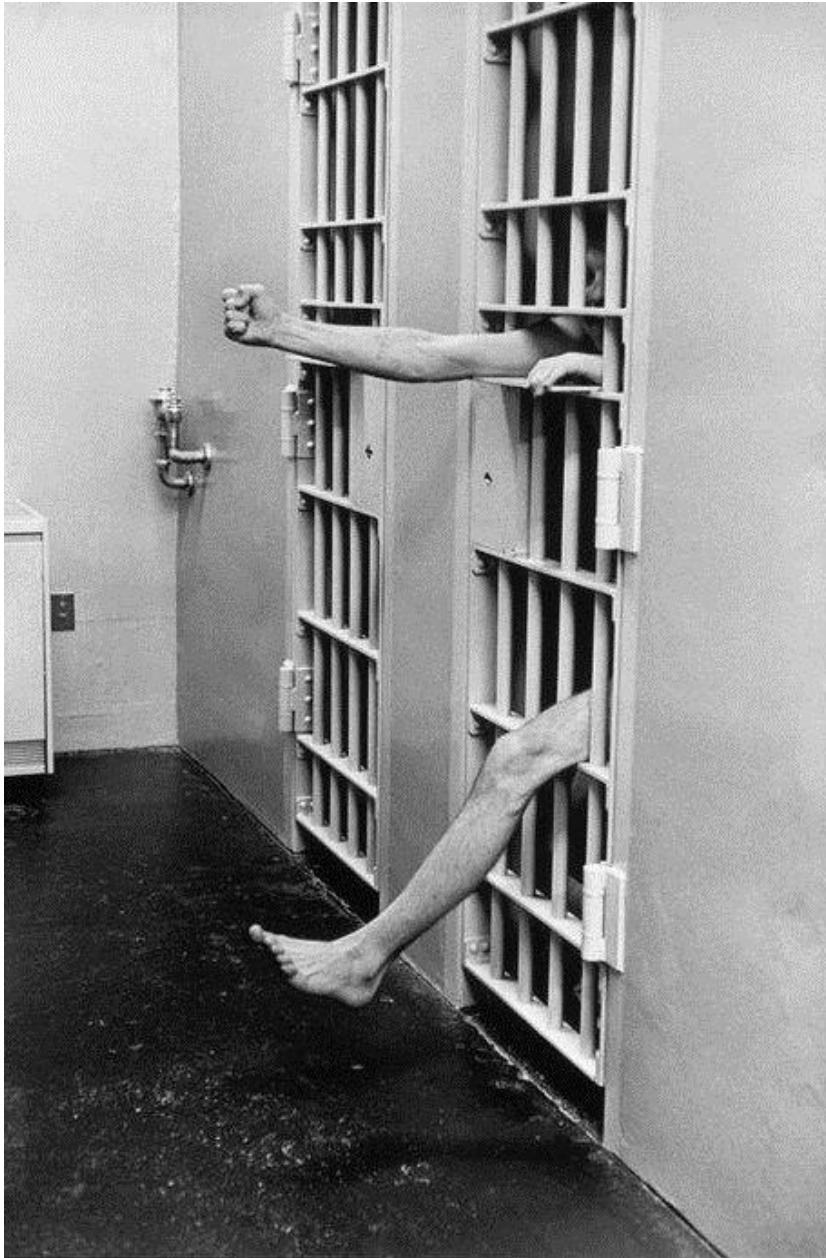
Pátio de exercício, prisão Newgate, Gustave Doré, 1872

3. Arquitetura prisional

3.1 Introdução

Na sequência do capítulo anterior, onde se procurou construir um sentido lógico para a fundamentação da disciplina no espaço prisional, abordaremos neste capítulo o espaço prisional propriamente dito e os seus princípios básicos. Partindo destes fundamentos, inicia-se uma contextualização do edifício prisional e as suas diferentes abordagens ao longo dos anos.

O programa arquitetónico aparece como fundamental neste processo, que encontra uma solução através das mais diversas formas, todas elas bem diferenciadas. Cada uma corresponde a ideias muito próprias, até singulares, que justificam as escolhas efetuadas no âmbito do projeto. Neste caso, confronta-se a construção do imaginar formal dos arquitetos para com o espaço, que não encontrou ainda uma organização específica, porque apesar de sempre responderem á função, o resultado varia de um projeto para outro, seja na forma e na organização, muitas vezes justificada pelo próprio conceito de prisão, que está em constante renovação.



#23

Porão de uma prisão, Henri Cartier, 1975

3.2| Prisão

*“¿Qué debe ser una prisión? Es una mansión en que se priva a ciertos individuos de la libertad de que han abusado, con el fin de prevenir nuevos delitos, y contener a los otros con el terror del ejemplo; y es además una casa de corrección en que se debe tratar de reformar las costumbres de las personas reclusas, para que cuando vuelvan a la libertad no sea esto una desgracia para la sociedad ni para ellas mismas”.*⁸⁴

No fim do século XVII e início do século XIX, “dá-se a passagem da penalidade de tortura para uma penalidade de detenção”, instituindo a prisão como pena de excelência pela lei judicial. Contudo, a sua existência já era anterior às leis penais, pois os indivíduos ficavam encarcerados desde a sua detenção até ao respetivo julgamento.⁸⁵

Com efeito, a passagem da tortura para a detenção constituiu a evolução do conceito de prisão e como refere Foucault, passa a ser executada num lugar específico. É precisamente neste ponto em que o espaço se revela inevitavelmente fundamental para construir a ideia de prisão, agora associada a um edifício específico. De acordo com isto, a prisão organizou-se como tipologia específica virada para o encarceramento do Homem. Claro que este conceito não é novo, como exemplo salientam-se os mosteiros do século XIII. No entanto a primeira obedece a ordenamentos próprios, citando as palavras de Foucault, tem de ser capaz de fixar e controlar os indivíduos — ser instrumento de detenção —, uma máquina que pressupõem a execução da pena a partir da privação da liberdade.⁸⁶

Neste processo revela-se o conceito de arquitetura prisional, fundamentado a partir de bases funcionais claras e regras próprias, que em geral são universais: adestramento, o isolamento, o trabalho e o tempo — esta é a base por trás da organização do espaço, do conceito, da estrutura e da metodologia, e portanto da função.

⁸⁴ Foucault, Michel, «*L'œil du pouvoir*», *op. cit.*, pp. 34-35

⁸⁵ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.* pp. 194

⁸⁶ *op. cit.*, pp. 196



#24
Isolamento
Cena do filme V for vendetta, 2005

Adestramento



Primeiro, a implementação do *adestramento* foi essencial para atingir a docilidade e a correção dos reclusos. A rotina faz parte da imagem do prisioneiro e passa a ocupar um papel integral no seu comportamento: “(...) *concebe-se a potência da educação que, não em só um dia, mas na sucessão dos dias e mesmo dos anos pode regular para o homem o tempo de vigília e do sono, da atividade e do repouso, o numero e a duração das refeições, a qualidade e a ração dos alimentos, a natureza e o produto do trabalho, o tempo da oração, o uso da palavra, e por assim dizer, até o do pensamento, aquela educação que, nos simples e curtos trajetos do refeitório à oficina, da oficina à cela, regula os movimentos do corpo e até nos momentos de repouso determina o horário, aquela educação, em uma palavra, que se apodera do homem inteiro, de todas as faculdades físicas e morais que estão nele (...)*”⁸⁷

Isolamento



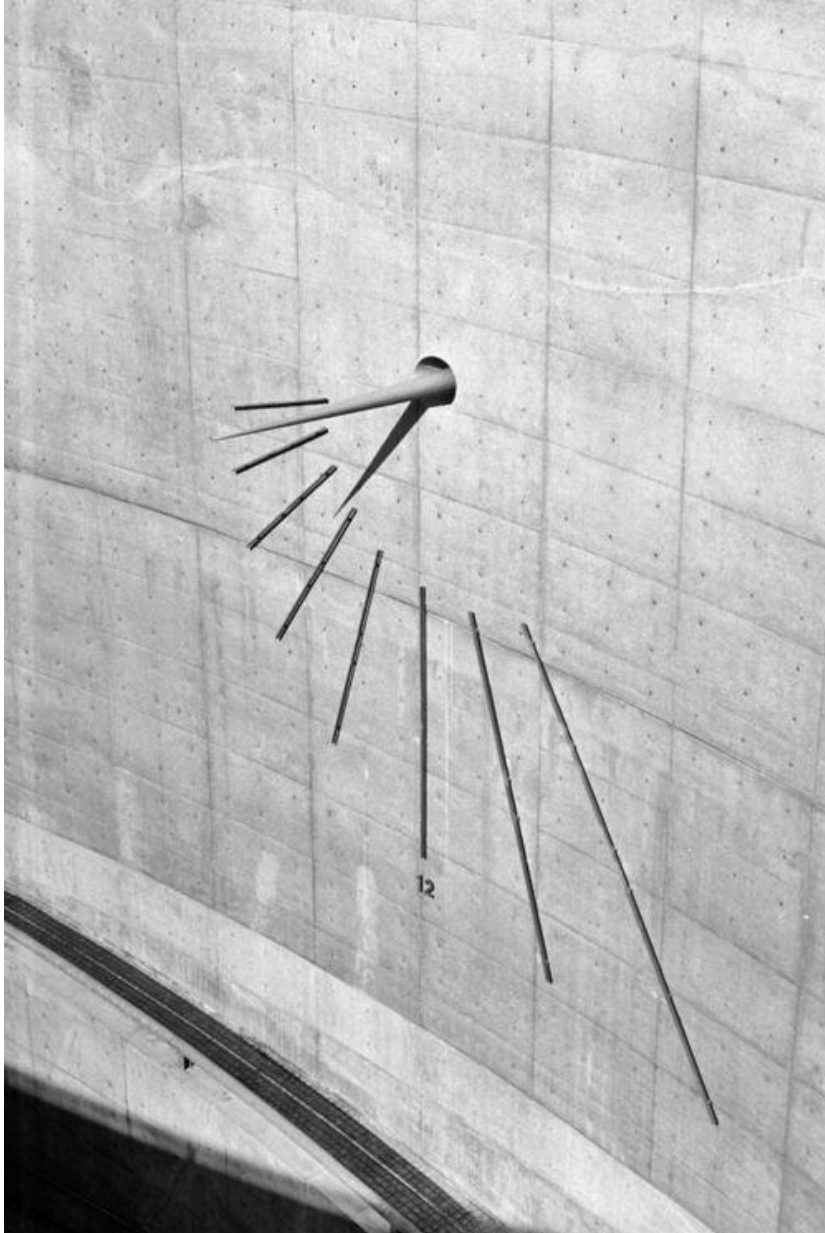
A prisão leva à reflexão sobre *isolamento* e a capacidade do mesmo para um uso mais eficiente do espaço. Obviamente, a própria prisão isola o indivíduo em relação ao mundo exterior, mas o isolamento do indivíduo em relação a outros encerrados também é relevante. Com isso, a distribuição dos internos individualiza cada pessoa, cada caso e cada crime. Embora o isolamento seja a resposta à prática penal, é também testemunho de algo mais profundo. Não se trata do eventual efeito final de uma estrutura que encerra, mas é a consequência desse efeito. Assim, “o isolamento transcende o prisioneiro ao trabalho da sua consciência. *Um processo que submete as suas paixões e a sua moral a um redescobrimto forçado através dos muros físicos*”. O próprio espaço é elemento de expiação.⁸⁸

Na prática, encontra dois modelos: por um lado, um que prescreve o prisioneiro na solidão da cela durante a noite, mas durante o dia realiza atividades em contacto com os outros prisioneiros, como horas da refeição e trabalho; por outro lado, o encerramento absoluto, na tentativa de corrigir o prisioneiro pela sua própria consciência, em contacto consigo próprio. Digamos que aqui a arquitetura exerce um papel importante na moral do sujeito, sem a necessidade de vigias, só o uso dos muros.⁸⁹

⁸⁷ *ibidem*

⁸⁸ *op. cit.*, pp. 199

⁸⁹ *op. cit.*, pp. 200-201



#25

Museu Iwaji Yumebutai, Tadao Ando, Iwaji, Hyogo, 2005

Claro que ambas as abordagens podem não ser sempre válidas. Visões neste sentido surgem e desvalorizam o isolamento enquanto prática, pois nem sempre correspondem às expectativas de todos os agentes sociais — “*religiosos (deve a conversão ser a peça principal da correção?), médicos (o isolamento completo enlouquece?), económicos (onde está o menor custo?) e arquitetural e administrativo (qual a forma que garante a melhor vigilância?*”⁹⁰; no entanto, o isolamento continua a revelar-se como a principal ferramenta para coagir e ordenar as irregularidades sociais na maior parte das instituições.

Tempo



Há um tempo relacionado com a capacidade de tornar duradouro o isolamento. De fazer com que a permanência no edifício responda a um prazo temporal, ou ainda que seja capaz de fundamentar a prática prisional.

O tempo é o mediador entre a pena e a liberdade assim como o mecanismo para ocupar os prisioneiros. Se um sujeito cai na pena prisional, ele deverá questionar-se pelo tempo— o tempo que regula a sua pena, o tempo que o leva à sua correção. Portanto, o tempo cronometra o período de encerramento individual e único a cada indivíduo. Assim, a pena passa a ser determinada por uma variável que contabiliza em dias, meses ou até anos, a duração do castigo. Logo, o tempo é moeda de troca para a liberdade. Em correspondência, surge outro princípio, o *trabalho*, como atividade que ocupa o tempo.

Trabalho



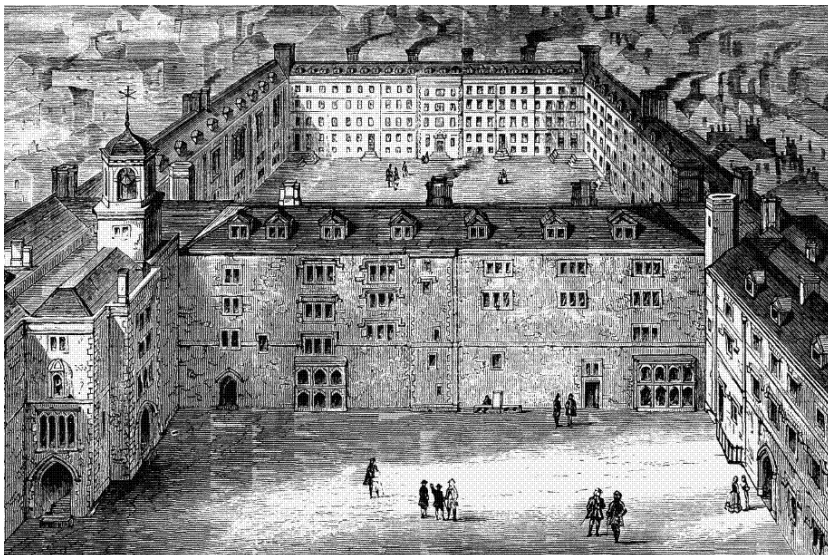
Há um outro tempo que fala de movimento, absorvido pelos internos e gasto em atividades. O tempo é abundante e necessita de ser ocupado, ou melhor gasto, seja na correção, na disciplina, ou melhor ainda, em atividades de proveito.

Não terá um efeito semelhante ao isolamento, sendo que o trabalho é mais um agente de transformação. Um efeito que procura a utilidade, ocupação e regularidade da mente do prisioneiro, enquanto ser encerrado, numa atividade que o torne num sujeito num ativo para a sociedade. Na verdade, o trabalho não participa no processo corretivo no regime da detenção, mas serve, essencialmente, para passar uma boa imagem da prisão ao público, visto esta persistir como instituição repulsiva.

⁹⁰ *ibidem*



#26
Interior de cela, Castelo de São Jorge da Mina, Elmina – Ghana, 1482



#27
House of correction, Bridewell, Londres, 1553

A projeção destas regras no espaço, foi no fundo a maior dificuldade para definir a prisão como programa arquitetónico. No geral, o espaço prisional estabeleceu padrões que definiram a sua regra, através das mais variadas formas, mas que mostram as qualidades particulares que estes lugares têm de responder. Certamente, isolar foi claramente o primeiro conceito a ser transportado para o edifício, que resultou na divisão abstrata entre o interior e o exterior. Uma questão que não se pode ver, mas apenas sentir.

Organizar o espaço como entidade que isola tem mais complicações do que simplesmente encerrar o homem numa cela. Há toda uma esfera política e humanista em volta deste espaço que, durante o século XVIII, se sustentava com desmesurada crueldade.

Durante muito tempo, antes da prisão ser entendida como meio de castigo, permaneceu como objeto de encerramento de escravos, prisioneiros de guerra ou criminosos até o seu julgamento. Os espaços para isolar o preso eram, na maioria, porões e calabouços e sem qualquer tipologia própria. Eram geralmente subterrâneos, embutidos em castelos, com condições imundas, inóspitas e insalubres. Por vezes, eram utilizados outros edifícios para os albergar, por exemplo: antigos quartéis, mosteiros e pousadas.

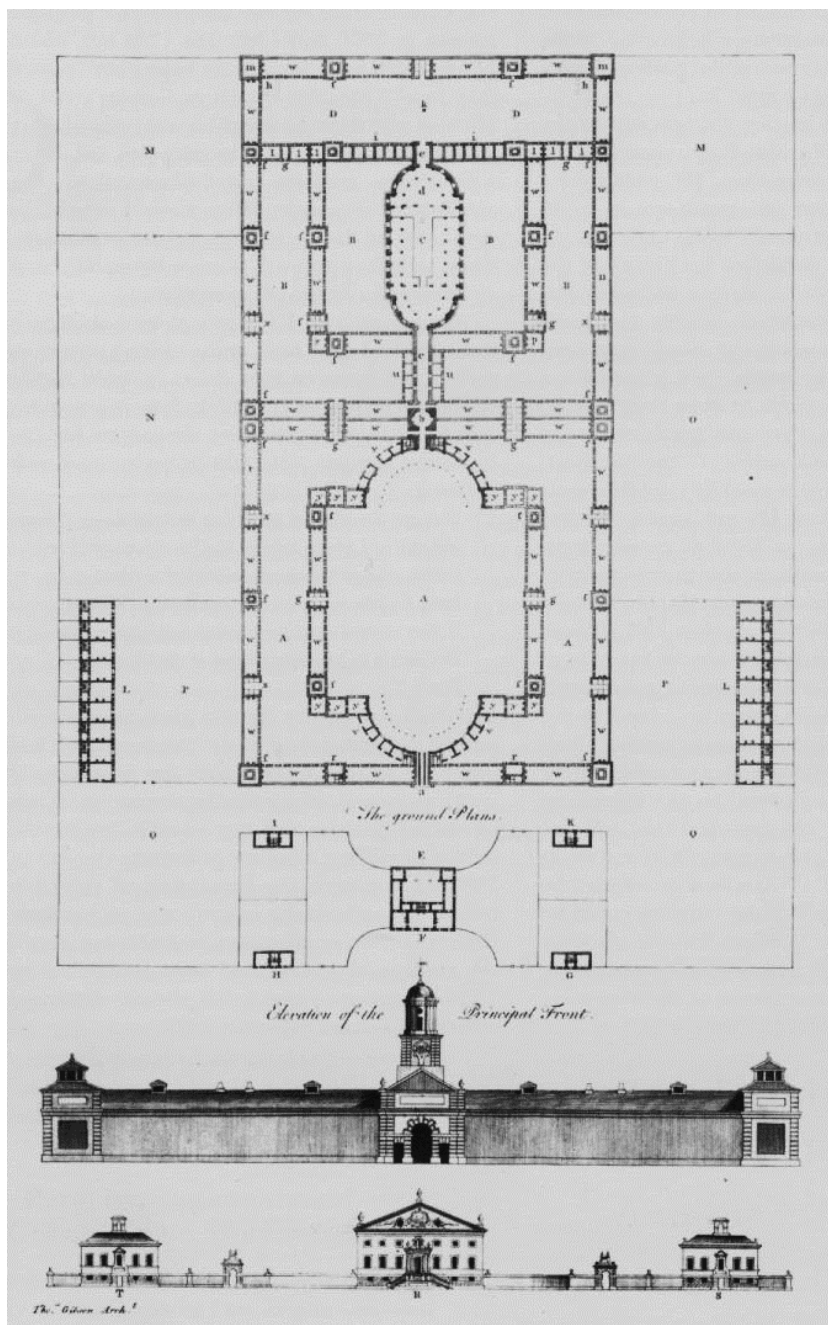
Pensadores, como filósofos, juristas e moralistas manifestaram-se contra aquilo que chamavam ser um *insulto para a humanidade*. Reclamavam pelo melhoramento destes espaços, ao mesmo tempo que exigiam a humanidade do prisioneiro. Programas e reformas para a humanização dos espaços foi uma prioridade e a reforma em termos funcionais foi cada vez mais estudada. O espaço prisional tornara-se um campo muito ativo, onde os projetos abundavam - uns muito racionais, outros, meras utopias. O certo é que, em torno desta instituição, giravam sempre problemas e agitações por representarem o exercício do poder no sentido mais visível de evadir os direitos do Homem.⁹¹

Na Inglaterra é criada a primeira instituição penal, no *Castelo de Bridewell*, baseada no trabalho e disciplina do recluso. É a primeira vez que se aplica a pena restritiva de reclusão e o seu sucesso trouxe a criação das *Houses of correction* ou *Bridewells* na Inglaterra e na Alemanha surgem as *Rasphuis* — casas de correção — que já possuíam arquitetura própria.⁹²

Com o Renascimento, inicia-se a produção de textos focados particularmente na construção de estabelecimentos de reclusão. Teoria que foi relevante quanto à sua utilização, para delinear a forma, função e distribuição espacial. A prisão, pouco a pouco, aparece como tipologia específica, que abre caminho

⁹¹ *op. cit.*, pp. 198

⁹² Caro, Felipe, «*Arquitectura Penitenciaria: desde su génesis a las nuevas tecnologías de investigación criminal*», Crítica.cl: Revista Latinoamericana de ensayo, Santiago de Chile, ano 1997, n.XX, Set. 2011, [Online] Disponível em: <http://critica.cl/otros/arquitectura-penitenciaria-desde-su-genesis-a-las-nuevas-tecnologias-de-investigacion-criminal> [Acedido 01 de Outubro de 2016]



#28

Planta de uma Workhouse em Henry Fielding., Thomas Gibson's, Londres, 1753

a um estudo exaustivo em escritos como *Visita de la Cárcel y los Presos* (1574) de Tomás Cerdán (1530 - 1614) — que propõe a classificação e isolamento dos presos nas suas próprias celas — ou *Architecture Universalis* (1635), de Joseph Futenbach- que apresenta a separação dos presos em celas mas mantém ainda o velho sistema de tortura.⁹³

“À medida que as penas forem mais brandas, quando as prisões não forem a horrível mansão do desespero e da fome, quando a piedade e a humanidade penetrarem nas masmorras, quando enfim os executores impiedosos dos rigores da justiça abrirem os corações à compaixão, as leis poderão contentar-se com indícios mais fracos para ordenar a prisão.”⁹⁴

O interesse do homem na matéria, junto com o desenvolvimento das ciências, trouxe uma nova visão do espaço prisional. O humanismo e a filosofia juntam-se para encontrar uma nova organização espacial, que acabou por expor o corpo como máquina composta de engrenagens que, bem organizadas, funcionam na perfeição. Portanto, o espaço começa a codificar-se, segundo divisões e subdivisões. Pensa-se no espaço do indivíduo e no conjunto dos espaços individuais. Pensa-se nos diversos espaços e nos usos, assim como na hierarquia entre eles e a geometria que resulta do conjunto.

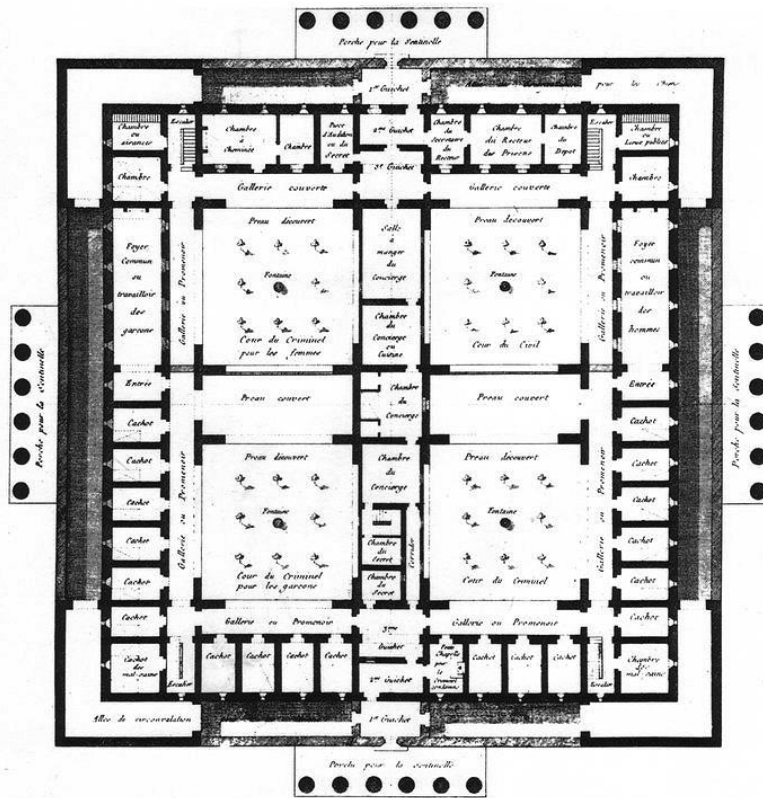
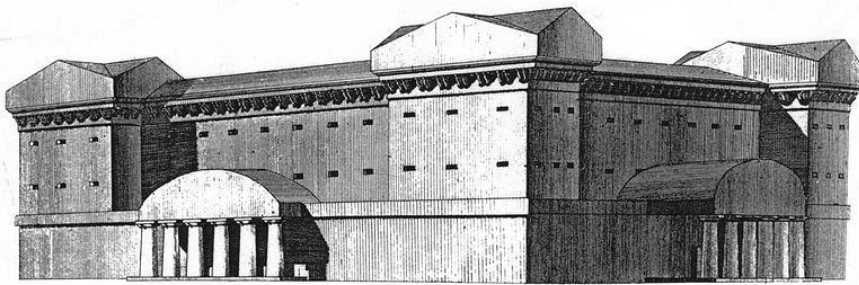
Contudo, a situação prisional manteve ainda em falta uma formalização do sistema de reclusão, devido em parte à falta de códigos e regulamentos que administrassem este tipo de estabelecimentos. Estes nem sequer assumiam a prisão como programa arquitetónico, pelo que os edifícios continuaram arquitetonicamente arcaicos — devido ao não reconhecimento do isolamento como método penal e à ausência de qualquer órgão ou instituição pública que gerisse a prisão como instituição. Neste cenário desfavorável, a credibilidade da justiça tornara-se urgente. Era inevitável uma transformação no sistema penal assim como na sociedade.

Investigações como as de Cesare Beccaria (1739-1794) e John Howard (1726-1790) foram preponderantes para esta reforma. Ambos autores defendiam um o novo conceito de castigo que fugisse ao passado punitivo, sendo que o isolamento era a melhor opção para reabilitar os delinquentes e, portanto, um novo paradigma na construção prisional.⁹⁵

⁹³ *ibidem*

⁹⁴ Beccaria, Cesare, «Dos delitos e das Penas», Ed. Eletrônica: ed. Mores, C. Ridendo, pp. 40, [Online] Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf> [Acedido 28 de Outubro de 2016]

⁹⁵ Cero, Felipe, op. cit.



#29

Desenho para a prisão de Aix-en-provence, Claude Ledoux, 1784

“Mas, qual é a origem das penas, e qual o fundamento do direito de punir? Quais serão as punições aplicáveis aos diferentes crimes? Será a pena de morte verdadeiramente útil, necessária, indispensável para a segurança e a boa ordem da sociedade? Serão justos os tormentos e as torturas? Conduzirão ao fim que as leis se propõem? Quais os melhores meios de prevenir os delitos? Serão as mesmas penas igualmente úteis em todos os tempos? Que influências exercem sobre costumes? Todos esses problemas merecem que se procure resolvê-los com precisão geométrica que triunfa da destreza dos sofismas, das dúvidas tímidas e das seduções da eloquência.”⁹⁶

Nos Finais do século XVIII e princípios do XIX, são construídos na Europa os primeiros edifícios prisionais a partir das investigações realizadas por John Howard⁹⁷. Exibiam as primeiras características espaciais centradas na segurança, inspeção e distribuição, isto no seguimento dos pareceres filosóficos e filantrópicos da época e na resposta a melhores condições. Em apoio surgem publicações como as de Louis-Pierre-Baltard (1724-1846) mais precisamente *Architectonographie des Prisons* (1829), sendo um dos primeiros escritos que sublinha a arquitetura como resposta à função, e questiona até que ponto a função se vê beneficiada ou obstaculizada pelo desenho arquitetónico. Neste ponto, aparece uma diversidade de modelos arquitetónicos que se sucederam uns aos outros ao longo dos séculos, conforme a mudança da estrutura prisional e no modo como a pena operava, na tentativa de assegurar a definição de um edifício, que assegure a sua função.⁹⁸

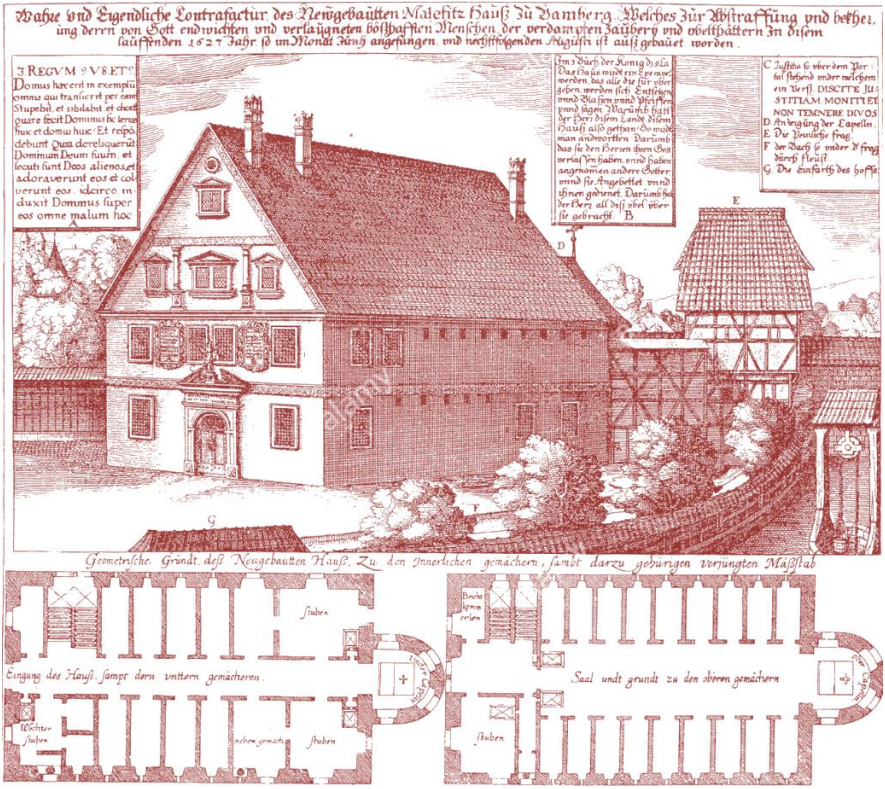
Os próximos subcapítulos ilustram a evolução formal do edifício prisional bem como as condicionantes que a acompanharam. As questões levantadas por Beccaria⁹⁹ e John Howard foram o ponto de partida para arquitetos e engenheiros procurarem a solução de um problema, resposta que rapidamente foi refletida na própria forma — na unidade do século XVIII, focada para o isolamento; no século XX, debruçada na disciplina e na correção do indivíduo — em geral fortemente condicionada pela visão de *encerrar*, mas sobretudo em *vigiar*.

⁹⁶ Beccaria, Cesare, «Dos delitos e das Penas», op. cit., pp, 24

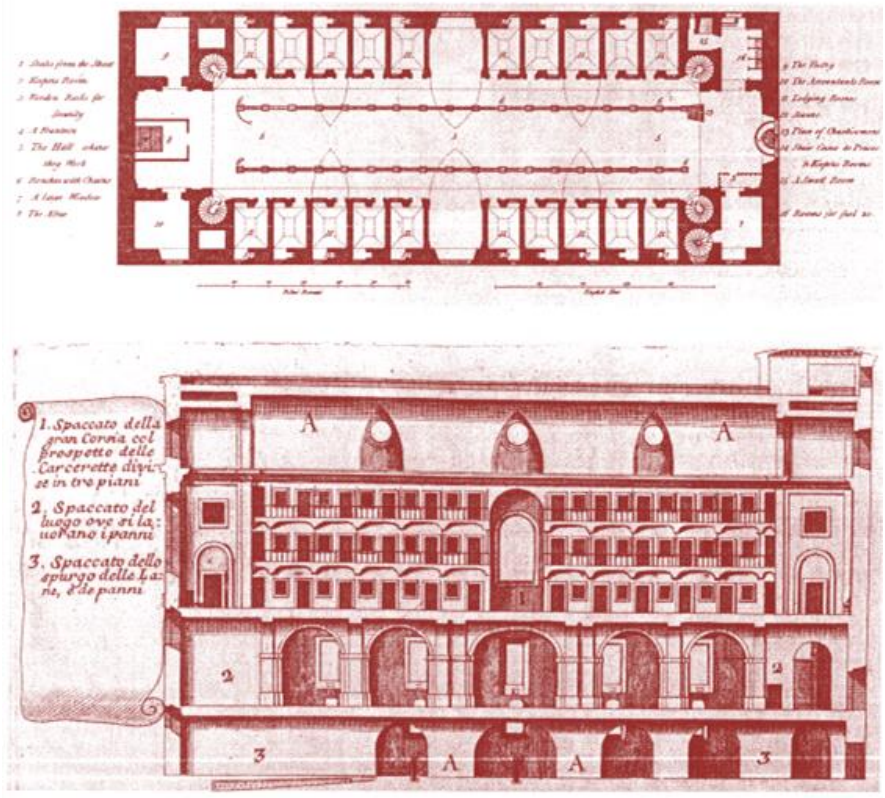
⁹⁷ John Howard, (Londres 1726), foi um filantropo inglês que dedicou a vida ao melhoramento das condições de vida nas prisões, advogando para tal uma ampla reforma penitenciária. Inicialmente as suas ideias não foram praticadas no seu país de origem, devido ao grande esforço orçamental, contudo, a sua obra foi importante na humanização das prisões, in Caro, P, Felipe, «John Howard y su influencia en la reforma penitenciaria europea de finales del siglo XVIII», [online] Disponível em: <http://www.ehu.es/documents/1736829/3202683/10-Caro.pdf> [Acedido 08 de Maio 2016]

⁹⁸ Caro, Felipe, op. cit.

⁹⁹ Cesare Beccaria (Milão 1738), foi um aristocrata milanês que, embutido pelos valores do iluminismo, contestou as condições em que se encontrava a esfera punitiva da época. Ele aspirava penas mais moderadas, certas e rápidas, preconizando a igualdade a legalidade dos delitos e das penas. A sua obra se centrou sobretudo na reforma do direito penal, sendo ainda hoje a base da pena moderna. in Caro, P, Felipe, «John Howard y su influencia en la reforma penitenciaria europea de finales del siglo XVIII», [online] Disponível em: <http://www.ehu.es/documents/1736829/3202683/10-Caro.pdf> [Acedido 08 de Maio 2016]



#30
Prisão Drudenhaus, Alemanha, Bamberg – Alemanha, 1627



#31
Casa de correção San Michele, Carlo Fontana, Roma, 1705

3.3| Tipologías prisionais

| Retangular



Muitos foram os tratados que fizeram críticas aos espaços prisionais, propondo melhoramentos no tratamento dos presos e nas condições sanitárias. A prisão não podia ser mais a masmorra escura.

Uma organização mais racional do espaço permitiu a separação dos presos em categorias por andares, normalmente por sexo e idade. *A separação dos presos em celas substitui a moldura penal do antigo regime*, e define o sistema penal do século XVII. A partir dessa mudança, as prisões são destinadas ao cumprimento das penas em *regime celular contínuo*, ou seja, um regime com absoluta separação entre os condenados, sem comunicação entre eles, e com a realização de trabalhos e atividades sempre dentro da cela.¹⁰⁰

Formalmente, o edifício prisional tinha planta retangular, influência dos castelos e dos mosteiros. Cada uma das celas individuais era provida de janelas gradeadas e uma porta orientada para um corredor central. O corredor, multifuncional, era utilizado como local de trabalho, refeitório e para a realização de missas. São exemplo a *Casa de correção San Michelle (1701) em Roma — primeiro edifício que aplicou o isolamento como castigo —*, a *Prisão Drudenhaus (1627) e Kassel (1720)*, ambas na Alemanha.¹⁰¹

A prisão de Drudenhaus foi o exemplo mais inovador. Organizava o espaço em andares, sendo o primeiro, lugar das divisões de apoio e a sala dos guardas; o segundo abrigava as celas individuais e um corredor central. Em cada pavimento encontravam-se um altar e salas de convívio comum para os presos. Todas as celas tinham janelas para o exterior e sistema de aquecimento.

Certamente, os projetos prestaram atenção à higiene e ao bem-estar, mas em nada contribuiu para a prisão ser considerada como programa arquitetónico nem como meio para executar a pena. Embora a organização tenha melhorado em alguns projetos, a composição em geral em nada se diferenciava de uma escola, um hospital ou um museu.

¹⁰⁰ *ibidem*

¹⁰¹ Viana, Q. Lídia, «A contribuição da arquitetura na concepção de edifícios penais no Rio de Janeiro», Rio de Janeiro: Faculdade de arquitetura e urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, pp. 98-99 [Online] Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp091646.pdf> [Acedido 08 de Outubro de 2016]

A Prisão de *Newgate* (1769) do arquiteto Gorge Dance, na Inglaterra, foi o primeiro edifício a não usar a planta retangular. Em planta cruciforme, um bloco central dava acesso a volumes que configuravam pátios. Esta organização permitia a separação de presos nos vários volumes, cada um com um pátio interno que iluminava e ventilava o espaço interior.¹⁰²

| Central



Com as teorias penais promulgadas por Beccaria e Howard, o retângulo passou a ser visto como uma forma estagnada. De fato, era necessário fugir ao parentesco formal com as outras instituições da época, as quais tinham o retângulo como base.

O iluminismo desenrola um papel incontornável no desenvolvimento deste espírito crítico. A razão e a geometria são valorizadas como ferramentas úteis para a organizar o espaço que aponta para a relação entre forma e a função. Além disso, a expressão renascentista veio popularizar formas mais complexas, como polígonos — sobretudo tudo hexágonos e pentágonos — que depressa fascinaram arquitetos e engenheiros.

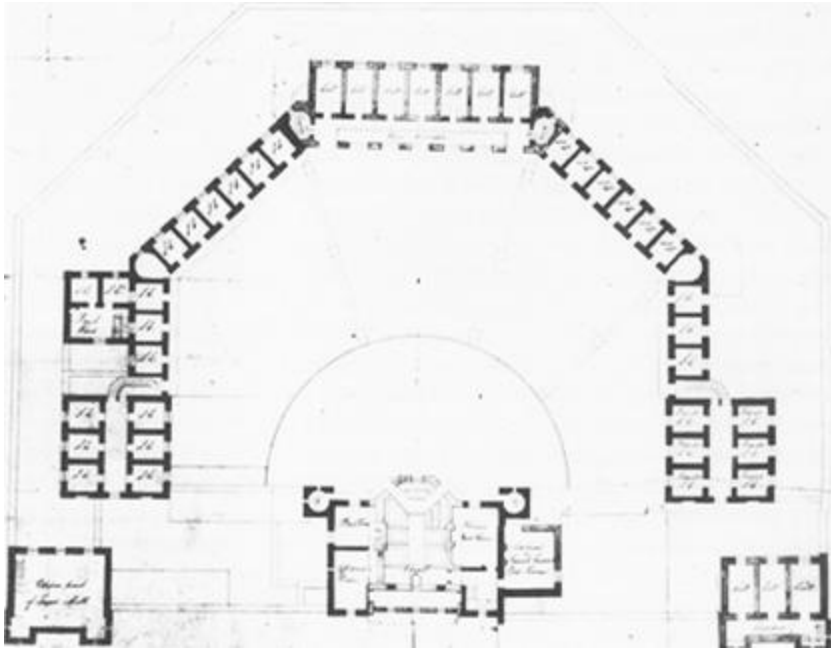
A tipologia, por regra, compunha o edifício a partir de formas agrupadas por um elemento central, onde é localiza a capela, os equipamentos comuns e os acessos para o edifício e os diferentes blocos.

O primeiro projeto é a Prisão Ackerghem (1773), em Ghent, projetada pelo arquiteto Malfaison, com uma configuração de planta octogonal, onde as celas dos internos estão colocadas a volta de um pátio central onde os guardas se encontram a vigiar. A sua maior relevância reflete-se na qualidade da inspeção contínua dos prisioneiros desde uma posição central vantajosa. Howard refere este projeto como sendo a rutura do passado obscuro das masmorras, mas sobretudo, *revela a vigilância constante como ideia inovadora*, que transparece tanto na forma como no funcionamento.¹⁰³

A forma octogonal apresenta um pátio no centro. As diagonais, preenchidas com as celas, formam oito pátios – um para cada ala. Neste caso, as celas não possuem janelas. São colocadas fundo contra fundo para impedir o contacto entre reclusos, o que prejudicava a ventilação.

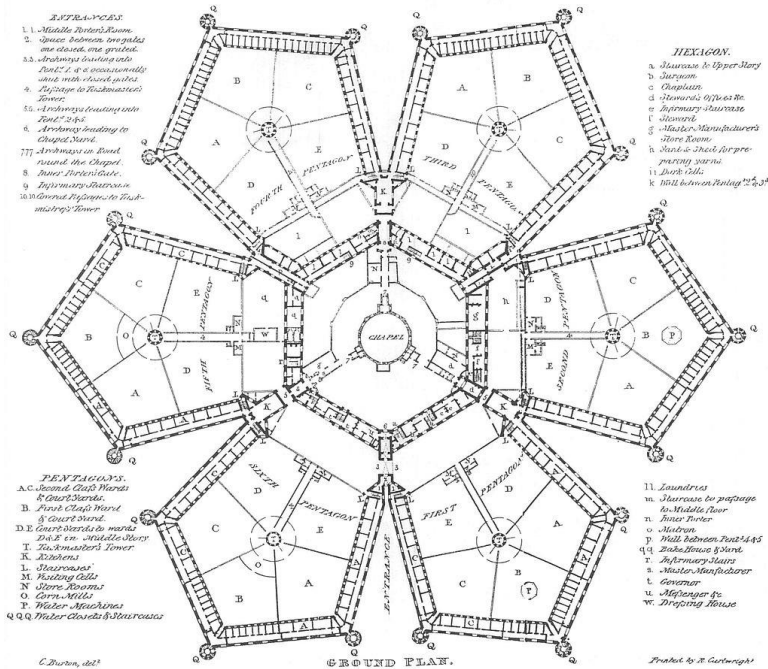
¹⁰² Viana, Q. Lídia, *op. cit.*, pp. 101

¹⁰³ *op. cit.*, pp. 103



#34

Gloucester House of Corrections, William Blackburn, Northleach, 1789



#35

Prisão Millbank, Charles Busby, Londres, 1812

O projeto de *Ghent* foi o ponto de partida para configurações espaciais cada vez mais complexas, organizadas para facilitar a localização, distribuição e vigilância dos presos — objetivo que, fortemente investigado, propagou uma série de textos e modelos construtivos para melhor resolver a tipologia ideal de prisão. A procura por resolver um modelo ideal libertou o Homem para a criação das mais diversas tipologias derivadas do modelo centrado, cada vez mais simplificado, em virtude de padrões racionais e de acordo com a métrica da escala humana. Ora, trouxe conseqüentemente a origem de uma variedade de práticas que fundamentaram o utilitarismo e a economia na arquitetura dita pública, tendo em conta: materiais, método e programa. A ideia de projeto prisional ligado à corrente utilitarista resultou, pouco a pouco, numa arquitetura capaz de exprimir por meio da composição e forma a atividade que ela comportava. Processo que viu utilidade ao uso de plantas circulares ou semicirculares como a forma ideal.

A planta de forma circular, já presente em teatros, igrejas e universidades, cujo perímetro de círculo era utilizado para o espaço de estar, enquanto os olhares eram todos direcionados para o centro — o palco, o altar ou o professor. São exemplos o manicómio Lunatis Tower (1784) em Viena, o Hotel-Dieu (1785) ou o Narrentum de José II no Hospital Geral de Viena (1784) na França. No entanto, a aplicação da forma circular nos projetos prisionais procurou inverter esta noção: *em vez de ser da periferia para o centro, direcionar o olhar do centro para a periferia*. Esta imagem tornou-se base para a maior parte dos projetos do século XIX.¹⁰⁴

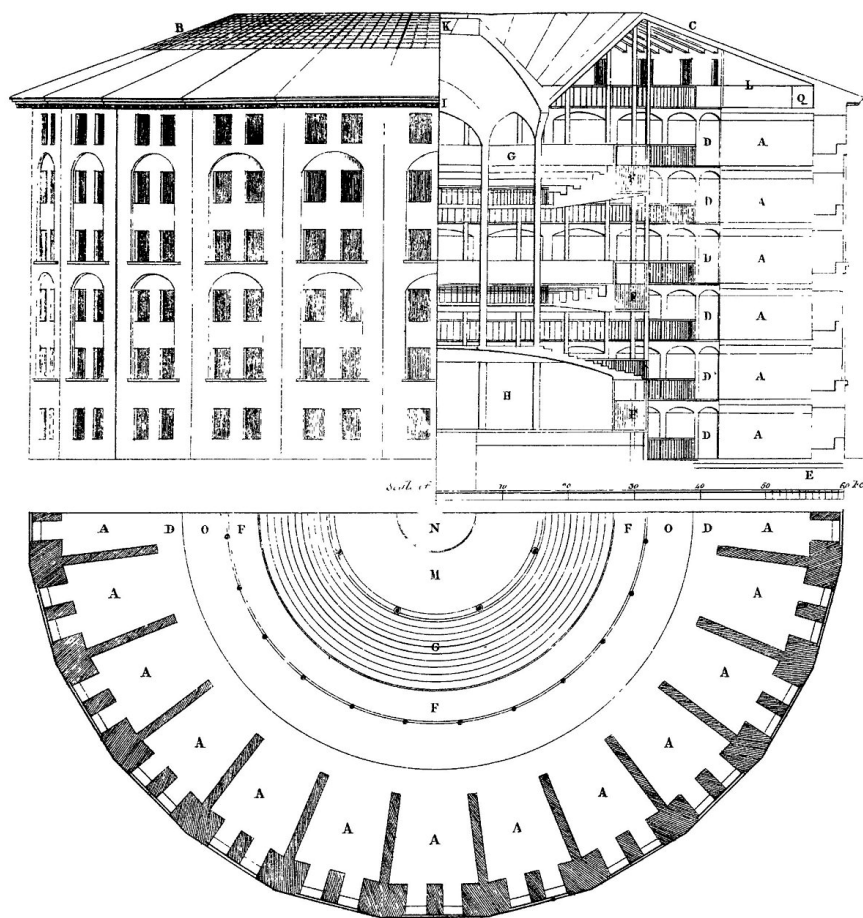
A primeira prisão semicircular construída foi Gloucester House (1789), projetada por William Blackburn. Consistia em cinco blocos de celas individuais com dois andares e uma edificação central, onde se localizava o vigia, a administração e a capela. O acesso ao edifício é realizado pela unidade central que dá acesso a um grande pátio, que é o elemento de circulação e distribuição dos fluxos para as celas. A entrada das celas é realizada a partir do pátio e possui janelas para o exterior, o que facilita a ventilação. O projeto ainda mantém princípios dos primeiros projetos centralizados, que usam a subdivisão por pavilhões e concentram na área central toda a circulação e a capela.¹⁰⁵

A prisão de Millbank (1812), na Inglaterra, é um dos poucos exemplos desta tipologia. Neste caso, os pavilhões de vivência têm forma de pentágono, unidos no centro por um hexágono central. No centro localizam-se as unidades administrativas, coletivas, de apoio e a capela. Em cada ponta de cada hexágono são contruídas torres de vigilância. Esta composição prejudicava a vigilância fase ao modelo de Gent. A circulação pelos corredores angulosos, junto a face externa dos hexágonos, obrigava a uma maior presença de guardas.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 40-43

¹⁰⁵ Viana, Q. Lídia, *op. cit.*, pp. 108

¹⁰⁶ Viana, Q. Lídia, *op. cit.*, pp. 104-105



#36
Esquema Panóptico, J. Bentahm, 1791

| Panóptico



É conveniente, antes de se abordar este subcapítulo, começar por referir que o *Panóptico* é o desenho arquitetónico mais mediático e paradigmático até hoje. Este destaque é constatado fundamentalmente pela relação que faz entre arquitetura e poder. Não um poder visível, mas abstrato e invisível que só pode ser sentido.¹⁰⁷

Mas o que implica o panóptico? “*Vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência*”.¹⁰⁸ Tal definição apresenta um princípio próprio do exercício disciplinar entre o Homem e um olhar vigilante. A verdade é que a ideia de *um olhar que espia*, domina, vigia, observa e regista os atos de cada observado, é resumida numa: “*imitação de deus*”¹⁰⁹

O *Panóptico* foi proposto pelo filósofo inglês Jeremy Bentham em 1785 e publicado em 1791 na sua obra *The Panopticon*. Surge como projeto para uma prisão, que paralelamente exibiu um princípio de construção, *um dispositivo universal para as concentrações humanas cuja configuração servia tanto para as prisões, como para as escolas, fábricas, hospitais, etc.*¹¹⁰

Inicialmente, Bentham estava preso ao aspeto exterior do edifício, enquanto o espaço como função não representava uma preocupação. Como era costume na época, o espaço exterior, diga-se o alçado, era o elemento de leitura de um edifício. O programa arquitetónico tinha de ser sempre enquadrado num tipo específico de alçado, com características bem definidas e diferenciadoras. Neste sentido, Bentham concedeu grande importância ao exterior do edifício como o meio que representasse a ideia de enclausuramento:

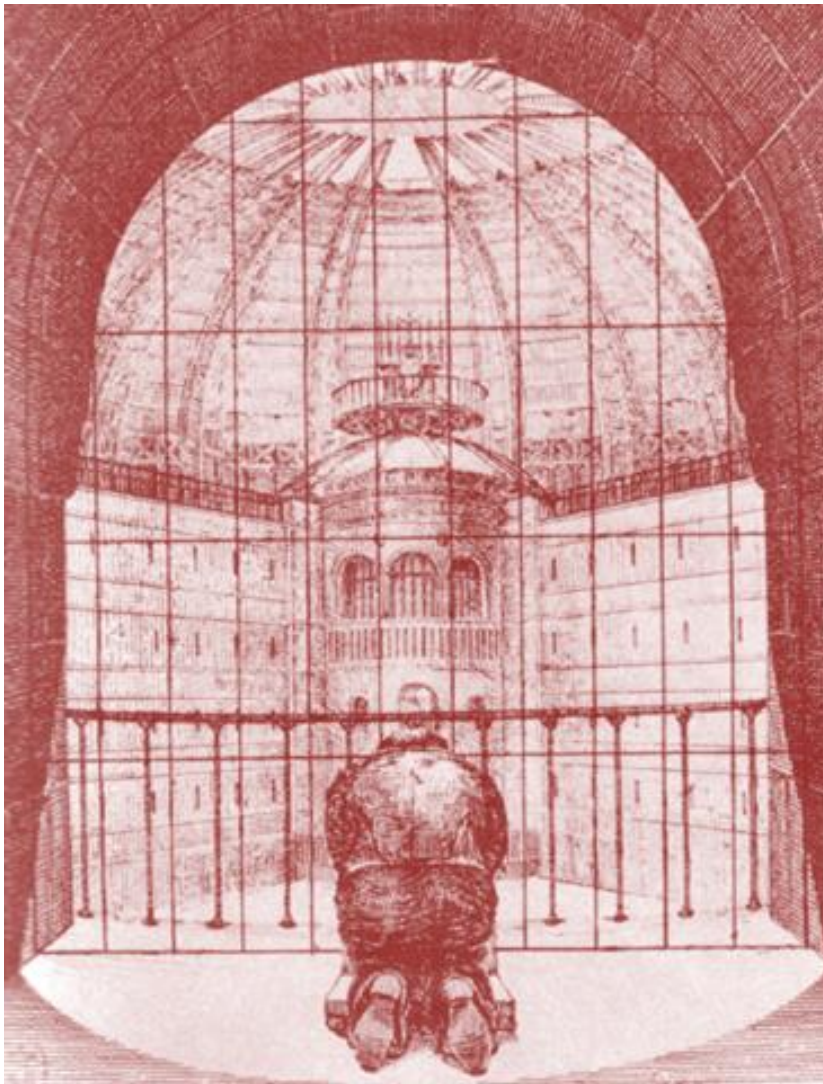
“(...) eis aqui a morada do crime — serão acrescentados emblemas do crime. Um tigre, uma serpente, uma fuinha (...) representando os instintos malignos, certamente uma decoração conveniente.”

¹⁰⁷ Montaner, Josep, M.; Muxí, Zaida, *op. cit.*, 28

¹⁰⁸ Foucault, Michel, «*Surveiller et punir*», *op. cit.*, pp. 209

¹⁰⁹ Miller, J. Alain, *op. cit.*, pp. 91

¹¹⁰ *op. cit.*, pp. 89



#37

Ilustração do interior do Panóptico, N. Harou - Romain, 1840

Num processo de reflexão, ele apercebe-se que tinha de existir mais alguma coisa e conclui que nenhum desses elementos simbólicos acrescenta aproveitamento ao espaço.¹¹¹

Foi numa visita à fábrica do seu irmão Samuel¹¹² em S. Petersburgo, que Bentham teve a ideia de criar um espaço que fosse capaz de observar constantemente os indivíduos. Deu-lhe o nome de Panóptico ou “*O olho que tudo observa*”, e aproveitou a simplicidade do círculo para resolver o mau aproveitamento espacial das prisões.

O engenho e simplicidade de Bentham aplicaram-se num desenho versátil que vingou pela segurança e economia de recursos. Formalmente, a composição partia de “*(...) uma forma circular em forma de anel e uma torre central com janelas que se abrem para o interior do anel. A periferia do anel é dividida em celas concêntricas. Cada cela tem duas janelas, uma que dá para o interior do edifício, correspondendo com as janelas da torre central, e outra, para o exterior, o que permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. O acesso seria garantido por uma porta no gradeamento interno, através de uma galeria concêntrica à composição. Bastava colocar um vigilante na torre e um condenado em cada cela para que o dispositivo funcionasse*”.¹¹³

“Todo este edificio es como una colmena, cuyas celdillas todas pueden verse desde un punto central. Invisible el inspector reina como un espíritu; pero en caso de necesidad puede este espíritu dar inmediatamente la prueba de su presencia real. Esta casa de penitencia podría llamarse Panóptico para expresar con una sola palabra su utilidad esencial, que es la facultad de ver con una mirada todo cuanto se hace en ella”.¹¹⁴

Bentham serve-se da arquitetura para introduzir um saber que se manifesta na própria distribuição do espaço. Uma ideia que não começava colocando o vigilante no centro da configuração, mas no próprio projeto. Portanto, o objeto é modelado de modo a dotá-lo de características que lhe serão intrínsecas, em virtude de dois princípios arquitetónicos: o *círculo* e a *transparência*. Ambos funcionam para transparecer o projeto de uma prisão, mas antes disso, a que talvez seria a primeira arquitetura funcional, isto, dois séculos antes da famosa frase de L. Sullivan:

¹¹¹ Perrot, Michelle, «*O inspector Bentham*», tr., Louro, Guacira (“*O Panóptico. Jeremy Bentham*”, org., Tadeu, Tomaz, tr., Louro, Guacira, M. D. Magno; Tadeu, Tomaz, “*Panopticon*”, Belo Horizonte, Autêntica, 2ª ed., 2008, pp. 140)

¹¹² Samuel Bentham trabalha na Rússia para o príncipe Potemkin em 1780, onde dirige o projeto para uma fábrica em Zadobras, Krichev. Entretanto os trabalhadores vindos da Inglaterra eram insubordinados, por vezes era necessária a intervenção da tropa. Neste altercado, Samuel desenha um projeto de um edifício, em colaboração com o seu irmão Jeremy, que, com o mínimo de gasto, era capaz de manter controlado os 2.000 trabalhadores. In Perrot, Michelle, «*O inspector Bentham*», *op. cit.*, pp. 141

¹¹³ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 33

¹¹⁴ Foucault, Michel, «*L'œil du pouvoir*», *op. cit.*, pp. 36-37

“Form follows function”.¹¹⁵

A prisão panóptica não era muito diferente das suas antecessoras. Os prisioneiros são alojados em celas que garantem as condições mínimas de higiene, ventilação e iluminação e, permanecem sob uma disciplina severa e são obrigados a trabalhar. Contudo, Bentham sugeria que cada recluso deveria ser observado ininterruptamente, por uma torre de controlo central. Com uma construção circular, garantia uma visão perfeita que partia desde o centro, onde o inspetor era o olho espia, que domina os internos nas suas celas sem a necessidade de deslocamentos. Aqui, a sala central funciona como pivô do sistema e garante uma vigilância exata, fácil e imediata, pelo que não será necessário procurar a segurança, na solidez das construções. A partir dessa base, consolidaram-se três aspetos importantes no panóptico: a *vigilância absoluta* ou *princípio de inspeção* dos presos — que suprimiu o antigo regime de castigos físicos em troca do controlo dos corpos que não têm como escapar à influência constante do ambiente; a legibilidade dos espaços; e a transparência.¹¹⁶

O *princípio de inspeção*, por uma só pessoa, não traz nada de novo: as torres dos castelos e palácios sobre as populações, os minaretes, os púlpitos das igrejas, etc., todos eram elementos que simbolizavam a vigilância que, embora não comportassem um inspetor, representavam de igual forma a autoridade. No panóptico, a substituição do vigilante por uma representação física tinha dois efeitos claramente perceptíveis: primeiro, o encobrimento do vigilante aos olhos do vigiado que insinua uma vigilância psicológica à qual não havia escapatória; Segundo, uma vez que o vigilante é simbolizado pela sala central, instala-se na consciência do vigiado. A importância do princípio não cai no olhar mas sim na vigilância abstrata que impunha automaticamente um regime de autodisciplina, sem a necessidade da força. Ambos os efeitos eram assegurados pela iluminação e pelos sistemas de ocultação.¹¹⁷

A iluminação dos espaços parte da própria conceção arquitetónica. *“O edifício, com muitas janelas, filtrava a luz para o corpo central. Consequentemente os prisioneiros, fortemente iluminados, não conseguiam ver através da escuridão do edifício central. Para obter esta característica direcional, seriam colocadas venezianas nas janelas da torre”*¹¹⁸. Esta configuração tinha o propósito de separar duas realidades: o visível e o

¹¹⁵ A forma segue a função é uma das elaborações mais famosas no *design* e na arquitetura, como proposta e sistema de legitimação para a elaboração e validação dos projetos das disciplinas do fazer. A codificação que resultou neste mote é da autoria de Louis Sullivan, um arquiteto estadunidense do final do século XIX. In Martins, Fábio, «*A Forma e A Função. Um Sistema de Legitimação no Modernismo*», Porto: Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, 2010, pp. 5 [Online] Disponível em: http://biblioteca.fba.up.pt/docs/Fabio_Martins/tese_formafuncao_final.pdf [Acedido 11 de Outubro de 2016]

¹¹⁶Perrot, Michelle, «*O inspetor Bentham*», tr., Louro, Guacira (“*O Panóptico. Jeremy Bentham*”, org., Tadeu, Tomaz, tr., Louro, Guacira, M. D. Magno; Tadeu, Tomaz, “*Panopticon*”, Belo Horizonte, Autêntica, 2ª ed., 2008, pp. 154)

¹¹⁷ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 48

¹¹⁸ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 77

invisível. Esta separação, dentro do edifício fechado em si mesmo, delimita o lugar inspecionado (as celas) no anel da fachada curvilínea e o lugar inspetor no centro do anel. Dessa forma, desde o ponto central, o espaço fechado é visível — a transparência é perfeita. Nos pontos situados na circunferência, tudo é impercetível — impossível comunicar com o vizinho, impossível olhar com clareza o ponto central.

A *transparência* é assegurada através do uso cuidadoso da luz. A composição mergulha os prisioneiros no efeito de feixes luminosos, e a contraluz que recorta as silhuetas dos prisioneiros dentro das celas, torna os seus movimentos claros para os guardas escondidos na torre. Consequentemente, o espaço interior do edifício, por estar submerso num fecho de luminosidade, dificulta a percepção, sobretudo num só sentido: o vigilante, colocado no sentido oposto da luz, consegue ver sem ser visto; já para o prisioneiro, a situação é inversa. É assim que a visibilidade se transforma numa armadilha. Esta configuração instaura uma brutal desigualdade da visibilidade, onde o espaço é só planificado para um único olho.

No entanto, o onnipresente sistema de inspeção não passa unicamente por vigiar os internos, indo mais longe. A solução de Bentham explorava até a exaustão este poder. Com as suas hierarquias e divisões espaciais, transfere para o edifício um conceito quase obcecado em vigiar, onde qualquer um, seja prisioneiro ou não, não escapa. Aqui, o governador observa os seus subordinados, os subordinados vigiam os prisioneiros, os prisioneiros espiam-se uns aos outros, todos se observam, todos expiam, todos vigiam. Basicamente, todos têm a mesma função: vigiar e ser vigiado. Nas palavras de Trigueiros:

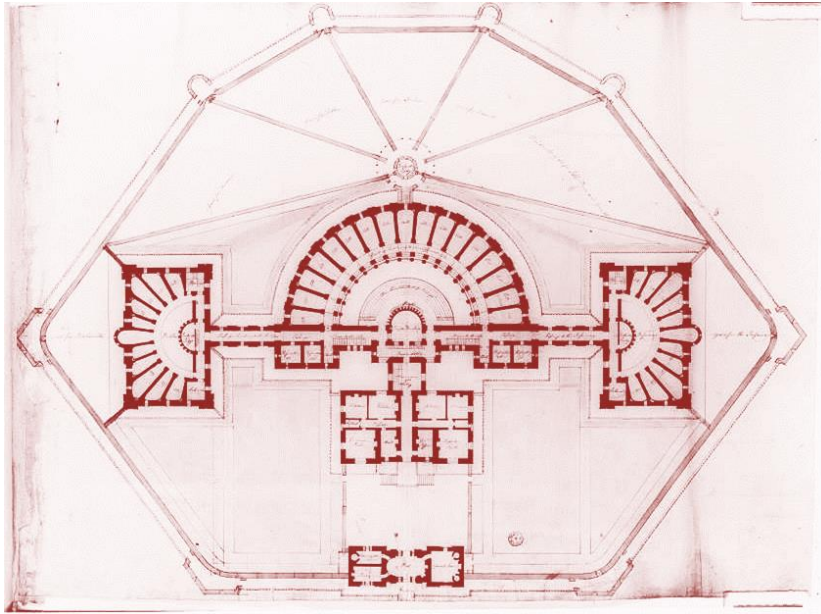
“Um autêntico jogo do gato e do rato”.¹¹⁹

Neste jogo, Bentham não só queria manter subjugados os prisioneiros, como também os guardas e o diretor, atuando como fiscalizadores uns dos outros, para assim segurar o bom comportamento global dentro da prisão. É por esta razão que Foucault vê o panóptico como uma *conceção cruel*, que subjuga o espírito humano e o transforma, mas Trigueiros mostra o panóptico como uma utopia que procura o conceito de sociedade ideal concebida por Thomas More no seu livro *Utopia* (1516). Dentro do panóptico o Homem abandona os males e o trabalho obrigatório, mais do que um castigo é o meio de recuperação para o tornar elemento útil para a sociedade e com hábitos honestos.¹²⁰

O panóptico, mais do que um paradoxo de uma sociedade ideal, constitui-se como hipótese para a sobrevivência da sociedade, isolando e exercendo controlo sobre os transgressores das leis sociais. Não só por esta razão, mas também por outras, que o panóptico ainda hoje representa um mote do nosso tempo,

¹¹⁹ *op. cit.*, pp. 48

¹²⁰ *op. cit.*, pp. 88



#38
Projeto da prisão de Bridewell, Robert Adam, Edinburgh, 1795



#39
Stateville Correctional Center, Crest, Illinois, USA, 1925

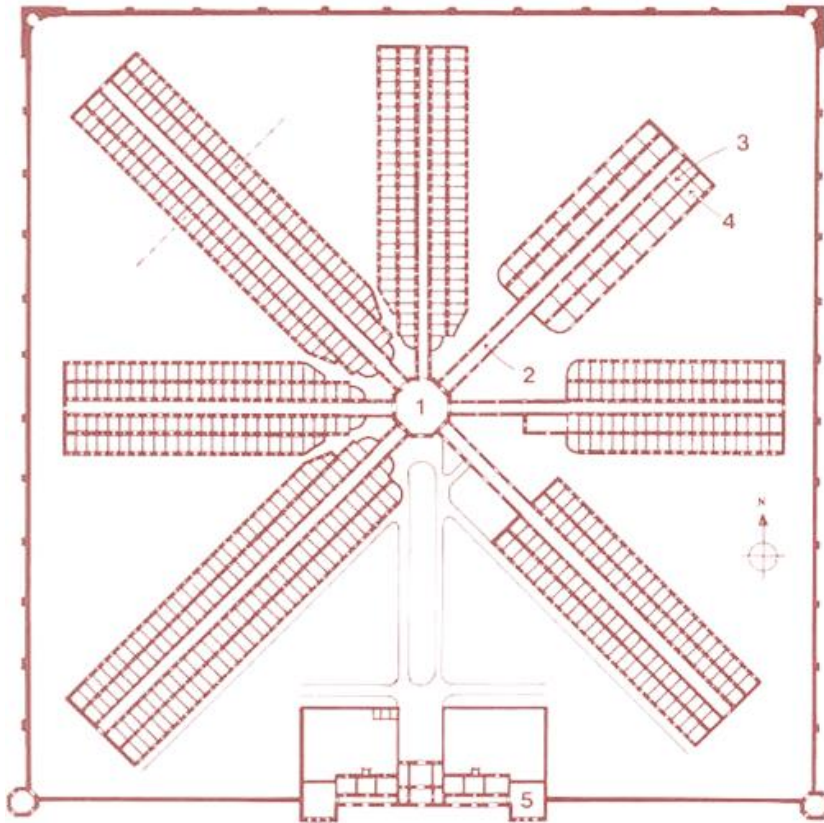
um tempo crescente de informação em que ele se transforma num sistema global, diluído numa rede de informação invisível. Trata-se de um processo em que o princípio da vigilância constante e omnipresente se desvincula do próprio edifício e passa a ser exercido pelo olho da câmara. De qualquer forma, o olho que tudo vê continua presente, mas pelas mãos da vigilância eletrónica, resultando que o consumo tecnológico se *sobreponha* à arquitetura.

Em termos formais e funcionais, o panóptico foi uma influência determinante nos programas penitenciários ao longo de todo o século XIX, como também hospitalares, educativos, psiquiátricos e até mesmo comerciais, nas quais a estrutura circular foi amplamente explorada. Contudo, o projeto de Bentham não teve apoio dos organismos para ser executado pois viam-no muito sistematizado, apesar de, ainda assim, se tornar referência obrigatória na maior parte dos projetos prisionais até o século XX.

A primeira prisão construída depois da publicação do panóptico foi *Bridewell* (1795) por Robert Adam's em Endinburgh. Utilizando o semicírculo, coloca as celas na fase exterior do mesmo viradas para um pátio. As celas ficam à vista da torre central. Todas as unidades administrativas e de apoio localizam-se no bloco retangular, que dá acesso às celas e ao pátio. Para Bentham, foi uma decepção, pois *Bridewell* foi o único desenho que se aproximava do panóptico mas que, no entanto, acabava na prática por não cumprir os seus princípios.¹²¹

Contudo, o princípio das inspeções teve relevância na prática do encarceramento. Fora do seu tempo, a ideia do panóptico fez-se sentir em concepções mais contemporâneas. Em finais do século XIX, foram construídas na Holanda três prisões panópticas: *Breda* e *Arnheim* em 1886 e *Haarlem* em 1901. Porém o exemplo mais célebre foi o de *Stateville* (1925) em Crest Hill, Illinois, nos Estados Unidos. Aqui, embora extremamente semelhante ao panóptico, o princípio da inspeção invisível não foi atingido. Os prisioneiros tinham completa visão dos guardas localizados na torre central.

¹²¹ *op. cit.*, pp. 69-71



#040

Eastern State Penitentiary's ou Cherry Hill, John Haviland, Philadelphia, USA, 1971



#41

Vista interior de um dos corredores da prisão de Cherry Hill, 1971

| Radial



Devido à dificuldade em aplicar o panóptico é desenvolvido um outro modelo, denominado radial. Este consta de um número de blocos que irradiam de um bloco central, que abriga o posto de vigilância, em suma, o elemento central da composição. Este é quase uma derivação do tipo centralizado, mas a diferença é que este permite abrigar um maior número de prisioneiros.

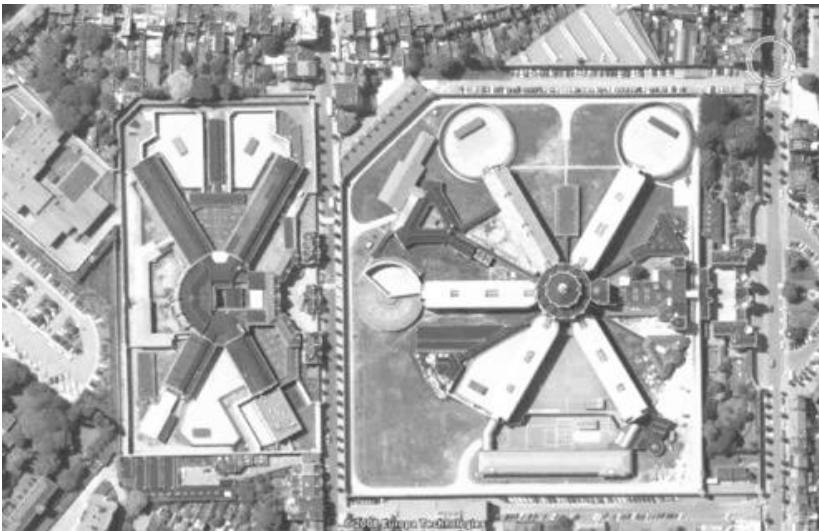
O *Modelo Radial* é proposta do arquiteto inglês John Haviland (1792-1852) para o edifício prisional *Cherry Hill* na Filadélfia (1821). A visão geral do arquiteto centrava-se em localizar as celas em edifícios paralelepípedos específicos que depois convergiam radialmente para uma estrutura central circular, desde onde os guardas podiam vigiar. Este modelo facilitava trabalhos como a vigilância e, ao mesmo tempo, separava cada prisioneiro na sua própria cela e em blocos específicos. A separação dos internos permitia que cada situação fosse tratada segundo o delito de cada um.¹²²

A opção de extensos corredores, além de beneficiar a ventilação, permitia que o ar interno se renovasse constantemente, graças as janelas nos topos de cada corredor. A bloco das celas integrava pátios individuais para banhos de sol e na porta das celas havia uma pequena janela — “olho mágico” — que permite os guardas observar os presos, além de um “passa-prato” para passar os alimentos e outros objetos sem a necessidade de abrir a porta.

O seu método foi amplamente adotado na Europa, sendo construídos vários exemplos na Grã Bretanha, França e Espanha, com diversas variações — como são o caso de *Carcere di San Vittore* em Milão (1867), a *Prisão de Santé* em Paris (1864), *Baden*, *Berlim*, *Munster* e *Breslau* na Alemanha (1848-1852), *Millbank* (1835) na Inglaterra, *Termonde* (1812), *Saint Gilles* (1862) na Bélgica e a *Penitenciária central de Lisboa* (1885) em Portugal — mas sempre com alusão ao plano ideal imaginado por Bentham:

“(...) a vigilância será perfeita se, de uma sala central, o diretor ou o guarda, puderem ver, sem mudar de lugar e sem ser visto, não somente a entrada de todas as celas, mas também no interior do maior

¹²² Miller, J. Alai, “*O Panóptico. Jeremy Bentham*”, (org., Tadeu, Tomaz, tr., Louro, Guacira, M. D. Magno; Tadeu, Tomaz, “*Panopticon*”, Belo Horizonte, Autêntica, 2ª ed., 2008, pp. 153)



#42
Prisão de Saint Gilles, Joseph Jonas Dumont, Bruxelas, Bélgica, 1884

*número possível de celas, quando a porta estiver totalmente aberta, mas também os vigilantes dedicados à guarda dos prisioneiros e em todos os andares (...). Com a fórmula das prisões circulares ou semicirculares parece possível ver de um centro único, todos os prisioneiros nas suas celas (...)."*¹²³

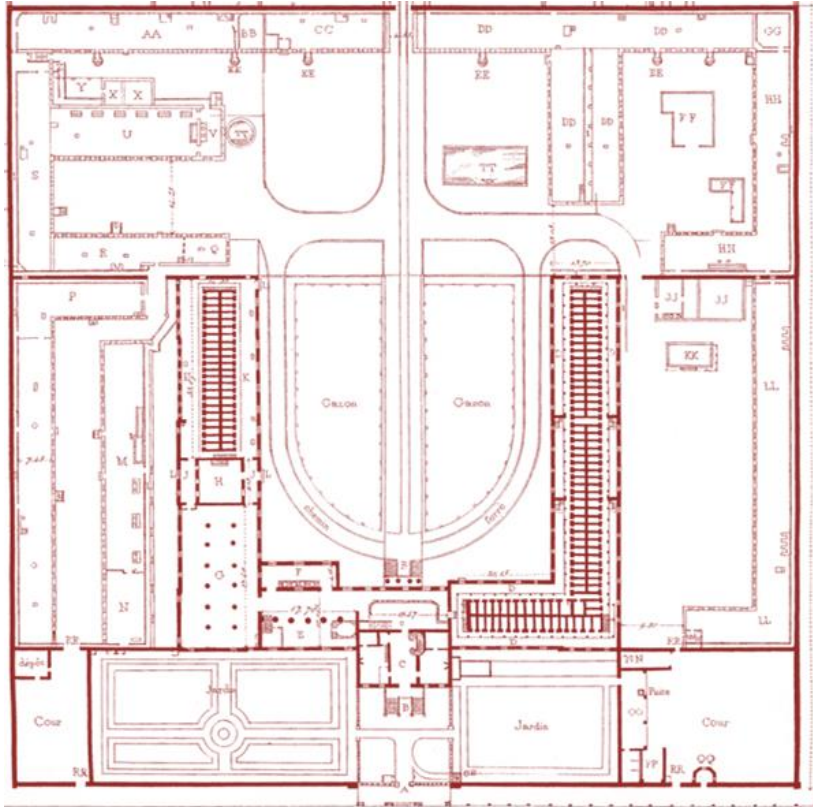
É precisamente sobre controlo e vigilância que o modelo radial nasce na perseguição do panóptico de Bentham e que, no entanto, responde à limitação do desenho, pois ao ser a vigilância proporcional à distância entre a torre e as celas, a circunferência do panóptico não podia ser ampliada. Neste aspeto, o modelo radial foi superior, por ter a capacidade de se expandir. Contudo, a proposta falha pela disposição dos edifícios — os inspetores têm de se deslocar pelas galerias, observando individualmente cada cela. No panóptico bastava só girar 360º para impor o controlo.

Nos finais do século XIX, o sistema celular¹²⁴ fracassa e substitui a ideia da cela como alojamento individual para o alojamento coletivo, ao mesmo tempo que é substituído isolamento permanente do preso. As atividades prisionais começam a ser coletivas e o modelo radial tornou-se obsoleto, pois as suas configurações não ajudavam à circulação dos internos entre as diferentes alas.

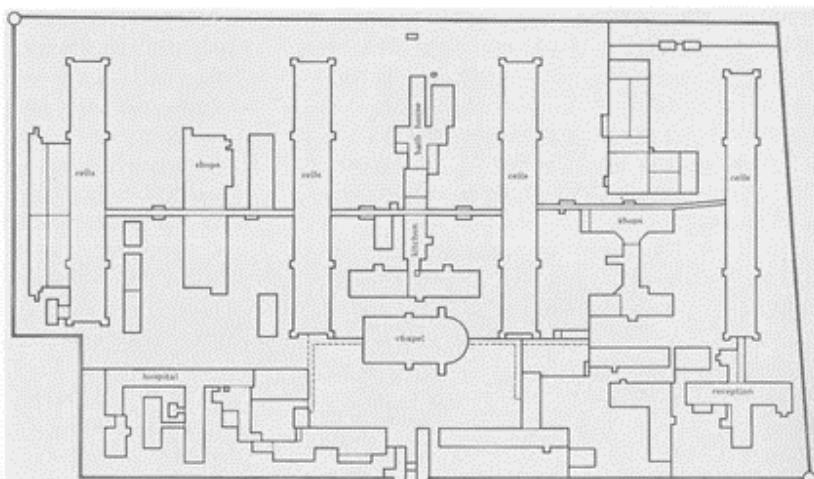
Embora as ideias do modelo tenham sido postas em causa foram o ponto de partida para novas conceções, que para além de terem em conta o programa de prisão — *isolar e vigiar* — tiveram em conta a partição e execução da pena. Os edifícios foram adotados para absorver os diferentes estágios da pena e as circulações necessárias dos prisioneiros entre isolamento e trabalho.

¹²³ Trigueiros, Conceição, *op. cit.*, pp. 77

¹²⁴ Em 1790 a opinião pública fez com que as autoridades iniciassem o processo que organizou o sistema penal baseado no isolamento do prisioneiro numa cela — *“isolamento em um cela, a oração e a abstinência total de bebidas alcoólicas deveriam criar os meios para salvar tantas criaturas infelizes”*. Esta lei pretendia atenuar a dureza da legislação penal inglesa tornando-a menos violenta e limitando a pena de morte unicamente ao crime de homicídio. *In Neto, Pedro R.G., «A prisão e o sistema penitenciário», Canoas, Ulbra, 2000, pp., 50-52*



#043
Plano Auburn, Wiliam Brittim , 1837



#044
Wormwood Scrub Prison, Sir Edmund Du Cane, Londres - Inghilterra, 1874

| Bloco



A rutura do desenho radial e a questão do controlo do indivíduo aparece na cena prisional. A vigilância e o controlo vão dando lugar à observação do comportamento de cada preso por separado, bem como a realização de atividades coletivas. O ponto central da inspeção, que mantinha o espaço unificado, perde fundamento na composição arquitetónica e fragmenta o programa em vários blocos. Os prisioneiros passam a ser utilizados como mão-de-obra, e o trabalho como instrumento para a sua reforma. Assim, pena e produção associaram-se e os edifícios prisionais incorporaram unidades fabris e de produção, visto que as celas eram muito pequenas e com espaço insuficiente para a realização dos trabalhos. O espaço é pensado para o isolamento noturno em celas e o trabalho e ensino durante o dia, em espaços comuns e amplos.

Entre as primeiras experiências encontra-se as tipologias do tipo *Skylight*. A Prisão de *Auburn* (1816) construída por William Britton, organizava o espaço numa planta em forma de U. As celas, em galeria, eram colocadas fundo contra fundo e só tinham a abertura da porta. A iluminação era realizada através de uma claraboia no teto, daí o nome. As galerias abriam para um grande pátio que dava acesso às áreas de trabalho. Por outro lado, a *Penitenciária de Ohio* (1834), muito semelhante a *Auburn*, organizava o projeto a partir de blocos lineares, todos eles separados, dispostos a volta de um pátio quadrado central. Ambos os modelos administravam o acesso ao edifício a partir de um bloco no centro da composição, tendo também as circulações extremamente simplificadas o que obrigava os prisioneiros circularem pelo exterior.¹²⁵

Em resposta às dificuldades de circulação, os blocos começaram a ser organizados paralelamente ao longo de um eixo. O modelo mais difundido foi o *telefone-pole* ou espinha de peixe, caracterizado por blocos ligados a um corredor central perpendicular. A sua origem advém das unidades hospitalares, que já aplicavam esta composição. *Wormwood Scrub Prison* (1874), na Inglaterra, foi a primeira prisão a aplicar este modelo.¹²⁶

A decomposição formal permitiu a integração de novas estruturas no interior — como o centro médico ou áreas de atendimento psicológico — que trouxeram a ampliação da infraestrutura e do programa e, conseqüentemente, mais diversidade.

¹²⁵ Viana, Q. Lídia, *op. cit.*, pp. 120-121

¹²⁶ Miller, J. Alain, *Op. cit.*, pp. 157



#45
Arizona State Prison, Elinor Vargas, Kingman, Arizona



#46
California State Prison, Centinela, California

| Campus



A progressiva transformação da sociedade começa a constatar as virtudes da tecnologia. Por isso, o desenvolvimento de novas técnicas construtivas, como betão armado e as estruturas metálicas, permitiram facilitar a construção de estruturas mais extensas. Assim, o espírito moderno reflete-se na arquitetura para progredir sem enganos, simplificando na forma mas não na estrutura.

Novas configurações são derivadas da tipologia *telephone-pole*, porém com mais número de blocos mas desta vez separados. O edifício surge agora fragmentado em vários blocos, com funções específicas. Trata-se de edifícios mais complexos e com um maior número de unidades, dentro de parcelas bem delimitadas — num plano do tipo *campus* — onde enormes unidades prisionais passaram a ser construídas, muitas vezes conectadas por passarelas e/ou corredores ao ar livre. Esta fragmentação permitiu uma maior dimensão dos equipamentos e áreas de convívio, bem como uma certa flexibilidade para futuras ampliações, mas desvalorizou questões que no passado lhe eram intrínsecas. A vigilância passa a não ser tomada em conta enquanto circunstância da forma passando a ser substituída por câmaras de vigilância, caso contrário seria necessário um maior número de vigias.

A *Prisão de Feltham* (1975) na Inglaterra ou a *Correcional Federal de Phoenix* (1985), são exemplo destas unidades.¹²⁷

¹²⁷ *op. cit.*, pp. 140-141

Capítulo IV



[re-pensar a vigilância]



#47

Estudo para um enriquecimento interior. Helena Almeida, 1977

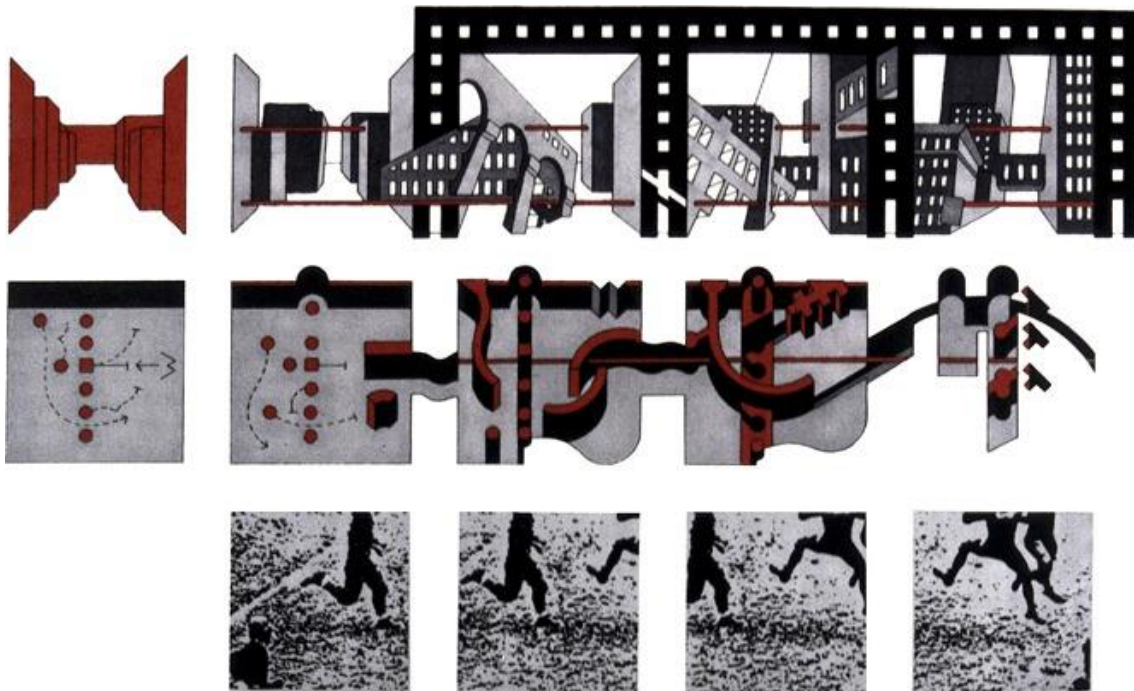
4| (Re)pensar a vigilância

4.1. Introdução

Criar um projeto é um processo moroso. Tem a ver com a intuição que desvenda um resultado objetivo e autêntico que justifica a sua forma para coma a sua função.

Aquando do desenvolvimento desta dissertação, adveio a necessidade de provir o trabalho de algo que legitimasse a ideia de repensar a questão da vigilância no espaço prisional e que tivesse um carácter de evidente e experimentação prática. Após a reflexão do capítulo anterior, foram retiradas as premissas para constituir a panóplia de condicionantes que foram tomadas em conta nesta fase do trabalho.

Enquanto projeto, parte-se de exigências de carácter funcional que o edifício deve cumprir e que se configuram a partir da forma, material e escala. Estas exigências serão abordadas em duas fases: uma primeira, que aborda o assunto desde um ponto de vista conceptual na procura de formular um esquema — uma ideia —, que terá por base responder à exigência abordada ao longo do trabalho — a vigilância; a segunda fase, que se refere à aplicação da ideia numa constatação projectual num determinado lugar.



48 **The Manhattan Transcripts**, Bernard Tschumi, 1976-1981

Bernard Tschumi apresenta uma série de desenhos arquitetônicos que, na medida, não são desenhos reais. Ele propõe uma interpretação arquitetônica da realidade. Para isso, ele mistura “eventos” ao mesmo tempo que indica os movimentos dos diferentes protagonistas que se interpõem no plano arquitetônico. Os desenhos tentam descrever as complexas relações entre o espaço e o seu uso, entre o tipo e o programa, entre objetos e eventos.

4.2| Encontro entre a arquitetura prisional e a vigilância

A simbiose entre a arquitetura prisional e a vigilância é um fenómeno interrupto. A experiência da vigilância começa logo que entramos em contacto com o espaço: os olhos vigilantes dos guardas e dos prisioneiros são constantes na medida que confrontamos o espaço — de tal modo que, o arquiteto não é o responsável por colocar os vigias, mas tem o papel de facilitar a conexões desses olhares através do próprio espaço. Mas no final como é que se estabelece este confronto entre espaço arquitetónico e o mundo abstrato da vigilância?

“(...) puede el cuerpo, con su capacidad de acción, con sus energías, puede crear el espacio? Sin duda, pero no en el sentido en que la ocupación “fabricaría” la espacialidad, sino más bien en el sentido de una relación inmediata entre el cuerpo y su espacio, entre el despliegue corporal en el espacio y la ocupación del espacio. (...)”¹²⁸

Como já foi referido em capítulos anteriores, o corpo é fundamental para que a arquitetura exista. É a experiência do corpo que revela o propósito de cada objeto construído, pelo que a arquitetura acaba por ser representativamente o contentor das relações entre os corpos. Este contentor tão presente na vida do Homem procura gerir a suas experiências e emoções e, por isso, o Homem é capaz de identificar-se com essa realidade construída. Dessa experimentação, nasce a ligação entre corpo e objeto, que se eleva através da imposição de escalas, perceções e/ou pensamentos, que revela um novo espaço dentro do espaço construído baseado na estimulação física e mental e moldado pela imaginação. Como consequência, a realidade vivida pelos corpos não segue as regras descritas pelo espaço físico e revela, para além deste, um espaço construído de experiências e memórias. É nesta linha de pensamento que se revela um segundo espaço, o espaço dito abstrato e virtual, ou seja, o espaço vigiado construído pelos corpos através do seu contacto.

Assim, o espaço surge como abrigo das relações humanas e o principal mediador entre elas, ao mesmo tempo que participa na sua organização, ultrapassando a ideia de espaço tridimensional, e criando experiências corporais, traduzidas em experiências espaciais. Assim sendo, o espaço da vigilância passa por ser a experiência virtual criada pelo corpo que não é implícita ao espaço, mas sim ao sistema de relações entre indivíduos. Tendo por bases os olhares, introduz ao espaço qualidades que vão definindo esquemas e perceções relativas ao contacto com o espaço interior, desta forma, o espaço vazio ganha uma nova dimensão preceptiva.

¹²⁸ Lefebvre, Henri, «*La production de l'espace*» (tr., es. Gutiérrez, Emilio Martínez, «*La producción del espacio*», Madrid, Capitán Swing, 2013, pp. 218)



#49
Stateville Correctional Center, Crest, Illinois, USA, 1925

Policías a vigiar as celas, Fotografias tiradas em 1948.

Neste seguimento, toda a arquitetura prisional parte da criação do espaço interno, espaço percorrido e vivido. O indivíduo incorpora-se e altera as suas características, ao mesmo tempo que se acomoda às condições que ele concede, de modo que a vigilância acaba por ser uma qualidade que o Homem transfere para o espaço nesse processo. Se a forma arquitetónica é condicionada pela circunstância, então o indivíduo cria igualmente circunstância. Portanto a vigilância tornasse circunstância das formas.

Sendo a arquitetura a arte do espaço, esta pode ser moldada das mais diversas maneiras, mas é o Homem que cria a experiência e a sensação de estar vigiado. Isto não significa que a vigilância tenha de estar intrinsecamente ligada a uma forma arquitetónica, mas é com base na percepção do Homem que pode ser revelada. O espaço, ao ter a capacidade de moldar o corpo através da combinação de agentes, tem a capacidade de exercer influências sobre o corpo humano e, assim, o indivíduo que cria o espaço ganha significado, ligado diretamente a uma experiência singular, que não só se define pelo encerramento, mas também pela vigilância. O indivíduo percebe esse mundo que se instala dentro da sua mente e conseqüentemente o traduz numa experiência espacial diretamente ligada ao espaço. Embora cada indivíduo desenvolva diferentes experiências espaciais, a vigilância faz sempre parte dessa experiência, por mais diferenciada que seja, por ser o agente que mais influencia o comportamento do Homem dentro do espaço prisional.

Por outro lado, a vigilância pode ser entendida como um sistema fundamental na vida social e pessoal do Homem. Se os indivíduos completam o espaço através da sua experiência móvel, definindo percursos, a vigilância serve para condicionar essa experiência. Assim, o movimento é controlado evitando percursos erráticos, pois ao contrário de outros espaços, no espaço prisional os corpos têm de seguir as regras cuidadosamente estabelecidas pelo pensamento arquitetónico, razão de cair em fórmulas funcionalistas e formas precisas que confrontassem o movimento dos corpos. Neste caso, o corpo não gera qualidades ao espaço, é o espaço que gera qualidades sobre o corpo, através de barreiras ao movimento. Embora a liberdade de movimento de cada corpo nunca deixe de existir, o espaço prisional controla as trajetórias impondo limites espaciais que limitam o movimento, passando de ser espontâneo a ser induzido. O espaço torna-se lugar de controlo. Aqui os indivíduos jogam um papel crucial nesta imposição, pois não só o espaço obriga a um determinado deslocamento ou experiência espacial, como a própria relação entre indivíduos impõe muitas vezes esses limites. Dentro desta suposição, a vigilância criada entre indivíduos tem a capacidade de evitar movimentos não pressupostos pelo que a experiência fica limitada a uma única perspectiva, a da disciplina. É em todos os sentidos que a experiência construída dentro do espaço prisional é maioritariamente disciplinar.



#50
Boden, Wand, Ecke, Raum. Klaus Rinkle, Georges Meguerditchian, 1970

4.3| Resumo

O projeto de arquitetura possui variantes essenciais para a sua definição, sendo o programa uma das principais. Como ferramenta projetual, aparece como uma espécie de lista de exigências específicas que funcionam como ponto de partida na organização do espaço. Esta organização procura hipóteses de articulação espacial para formular previsões, que vão lidar com o contexto social dos indivíduos. Este processo estrutura o espaço, mas não de forma definitiva, pois no projeto arquitetónico há uma constante reestruturação do espaço com o surgimento de novas variações, pelo que geralmente sofre mutações significativas ao longo do tempo. Rapidamente as necessidades vão reformulando a solicitação inicial sobre o espaço: se o programa arquitetónico é entendido como uma lista de necessidades, os espaços interiores são formulados por tendências sociais.

Pensar a arquitetura prisional implica pensar nas relações e eventos que ocorrem no seu interior. Não importa a forma que ela possua, mas sim o que ela faz. Um espaço diferencia-se de outros consoante os eventos que ocorrem dentro dele, portanto em termos formais é de destacar não só a forma mas também o efeito. Esta ideia está por detrás da identidade do edifício, assim como em todos os corpos que o percorrem. O arquiteto responsável por pensar o espaço possui a função de tentar subordinar a maior parte dos corpos a movimentarem-se consoante determinados princípios de orientação. É aí que sugere o que está correto e o que é ideal. É neste ponto que confrontamos a arquitetura nos seus mais múltiplos conteúdos, refletida nas mais diversas experiências consequentes da resposta a um programa.

Na generalidade, o espaço segue um processo de especialização funcional caracterizada pela rigidez programática que faz perder ao espaço capacidade de adaptação e inclusão de diferentes funções, razão pela qual o espaço prisional tem sofrido diversas alterações formais ao longo do tempo. Este processo surge como um fenómeno de adaptação formal e exclusão funcional. Neste ponto, os esquemas suportam as mais diversas variações, quer na sua organização volumétrica e proporções quer ao nível dos elementos compositivos e de pormenor. Estes esquemas formais ajudaram a explicar tipos particulares, que foram no seu tempo constantes. Esta tendência definiu edifícios com as mesmas regras formais, não no sentido plástico e artístico da imagem, mas sim na racionalização de determinada ideia de espaço, que está na base da concretização espacial e formal do programa arquitetónico.

Por outro lado, quando falamos de tipos particulares, temos que ter em conta o que realmente significa “*tipo*” em arquitetura. A noção de tipo, na definição de Giulio Argan, remete para a ideia genérica ou quase platónica de um elemento, ou seja, a regra por traz da sua conceção.

“... un tipo es una idea general de la forma del edificio, y permite cualquier posibilidad de variación, naturalmente dentro del ámbito del esquema general del tipo. Por ejemplo, podemos fijar el tipo del

*templo circular períptero; en el ámbito de este tipo podemos cambiar el numero de columnas, las proporciones y las relaciones, las distancias entre columna y columna, la curvatura de la cúpula, pero quedaremos siempre en el ámbito del tipo del templo circular períptero.*¹²⁹

Agora bem, se tratamos de compreender o que é o *tipo*, é importante perceber o que significa “*modelo*”. Existe uma grande diferença entre os dois termos. Aldo Rossi no seu livro “*A arquitectura da cidade*”, e utilizando como referência o teórico Quatremere de Quincy, explica que o *tipo* não representa uma imitação perfeita de uma imagem, ele corresponde a uma ideia que deve servir de modelo. Em contrapartida, o *modelo* é algo que se imita, que se pode repetir como um carimbo que possui caracteres recorrentes. Enquanto que no *tipo* tudo é vago, no *modelo* tudo é dado e preciso. Mas há uma tendência a complicar estas noções porque um “*modelo não implica a condição de cópia idêntica*”. Um modelo seria como reconhecer no objeto arquitetónico o facto de haver uma regra que não está presente na sua forma, mas sim nele próprio.¹³⁰

*“El tipo resultara de un proceso de selección mediante el cual separo todas las características que se repiten en todos los ejemplos de la serie, y que lógicamente puedo considerar como constantes del tipo. De manera que he realizado la siguiente operación: observe lo antiguo y dibuje un esquema.”*¹³¹

Todavía, são diversos os projetos que partem de um *tipo* como referência e que se impõem como modelo ou arquétipo para resolver um problema num determinado período histórico. Assim, o tipo passa a ser avaliado a partir dessa obra específica, que expressa perfeitamente a ideia. Consequentemente, as demais variantes do tipo passam a ser avaliadas a partir desse modelo. É por isso que na arquitetura prisional são relevantes alguns esquemas formais como ponto de partida para o estudo sobre respetivas variantes. Ao observar cada caso, é evidente, sobretudo, a relação com determinados princípios distributivos. Se pegamos, por exemplo, no tipo central encontramos infinitos modos de ação, mas todos mantem o mesmo esquema de colocar as celas dos prisioneiros em volta de um pátio central. Na verdade, a escolha do tipo não vem da procura de uma concretização plástica, mas sim de relacionar a distribuição dos elementos no espaço conforme a função, que depois se dará uma plástica através da forma o que resulta por vezes em objetos bem diferenciados. O caso do panóptico de Bentham, parte de um esquema central, por ser aquele que melhor responde à função de prisão, e posteriormente, propõem a definição plástica e formal. Agora

¹²⁹ Argan, Giulio Carlo, «*El concepto del espacio Arquitectónico desde el Barroco a nuestros días*», Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1973, pp. 29-30

¹³⁰ A Rossi, Aldo, «*L'architettura della città*», (tr., pt., Brandão, Eduardo, «*A arquitectura da cidade*», 2da edição, São Paulo, Martins Fontes, 2011, pp. 25

¹³¹ op. Cit., 34

através da sua formalização, nota-se que o edifício atingiu uma definição e forma específica, que corresponde ao esquema de *tipo* diferente — as celas em volta de uma torre.

Dar resposta a determinadas exigências é a causa pela qual foram vários os modelos que se impuseram na história da arquitetura prisional. Pelo que um tipo não é fator determinante na conceção arquitetónica, cada um deles foi produto de um estudo que visa dar resposta ao programa prisional no sentido mais adequado. Porém não significa que estejam intrinsecamente ligados ao programa, já que os tipos são constantes à própria ideia de arquitetura.¹³²

“ (...) por ejemplo, podemos concebir un tipo de planta, una planta longitudinal que posea simetría bilateral, o una planta central que posea una simetría radial; no es indispensable que a estos dos tipos de planta corresponda necesariamente una función particular del edificio. Se puede tener un edificio de planta central - o sea con todas sus partes distribuidas según una simetría radial alrededor de un eje vertical - en un templo circular, en un “tepidarium” o en la sala de una terma, (...) en una “basílica” o en la sala de un palacio.”¹³³

Desde este ponto, convém tratar de entender quais os tipos mais comuns na arquitetura prisional, partindo do princípio que estes correspondem a esquemas de distribuição espacial. No entanto, não nos podemos esquecer que, ainda assim, eles respondem a relações funcionais. Em termos genéricos, os tipos variam conforme a distribuição das celas, no espaço. O primeiro esquema vinculado aos edifícios prisionais foi o “*tipo retangular*” cuja regra consiste numa distribuição dos elementos – as celas – ao longo de um corredor central. Este foi rapidamente substituído. Como foi indicado anteriormente, a alteração dos tipos não vem, por vezes, associada a factos funcionais, mas também históricos e sociais, razões que produziram definições específicas em determinados períodos históricos. Produto desta circunstância acomoda-se o tipo central, influencia do Renascimento, cuja ideia base era a de agrupar vários elementos, neste caso blocos de celas, a um corpo central. Deste tipo deriva o panóptico de Bentham cuja regra dita a distribuição das celas á volta de uma torre. Bentham adota um tipo diferente porque precisava de responder determinadas exigências, como era o caso da vigilância. Na procura de responder á mesma exigência, surge o modelo radial, onde diferentes objetos irradiam de um centro comum. Quase que todos os tipos têm em comum um elemento central que organiza a composição.

Na mesma linha, surge o modelo Bloco cujo elemento central é um corredor, mas neste caso os restantes elementos são distribuídos perpendicularmente ao longo do mesmo. Posteriormente, e contradizendo toda

¹³²Pires, Amílcar de Gil, «Os conceitos de tipo e de modelo em arquitectura», [online] Disponível em: <http://lafis.fa.utl.pt/ci/aud/res/paper/CONC-TIPO-MODELO.pdf> [Acedido 08 de Agosto de 2017]

¹³³ Argan, Giulio Carlo, «El concepto del espacio Arquitectónico desde el Barroco a nuestros días», op. Cit., pp. 30



[1] Retangular

De planta retangular, organiza as celas frente a frente com um corredor ao meio.
- A organização dos espaços ficou limitada quando foram introduzidas novas funções.



[2] Central

De planta retangular, organiza as celas em torno de um pátio central
- Esta composição era muito semelhante a maior parte dos edifícios institucionais da época. Arquitetos e teóricos procuraram uma nova organização que se identificasse com a função.



[3] Radial

Composição que organiza as celas em blocos que convergem para um centro comum.
- Esta composição representava um risco a nível da segurança, pois os blocos das celas desafogavam para o mesmo ponto.



[4] Panóptico

Composição que organizava as celas entorno de uma torre central.
- Esta composição, por manter uma estreita relação entre a distancia da torra com as celas, não podia ser ampliada.



[5] Bloco

Composição que organizava as celas em blocos dispostos perpendicularmente a um corredor central.
- Esta composição representava um risco a nível da segurança, pois os blocos das celas desafogavam para o mesmo corredor. Contudo, hoje continua a ser o modelo mais reproduzido.



[6] Campus

Composição que organiza vários blocos dentro de um espaço fechado. Cada bloco é autónomo e são conectados através de caminhos e corredores ao ar livre.
- Esta distribuição obriga a criar muitos pontos de vigilância dispersos pelo conjunto.

esta lógica de organização, surge o modelo campus, produto da modernidade, fundamentado pela ideia de fragmentação, ou seja, não há qualquer elemento central na composição, são distribuídos dentro de um perímetro de terreno. Mas no que concerne à organização espacial desses elementos, na maior parte das vezes responde ao tipo central.

Neste conjunto de modelos observa-se, sobretudo, regras de distribuição do espaço tendo por base uma ideia central, de maneira que não existe uma única visão para organizar um programa arquitetónico, e espaço é visto como algo flexível que se pode adaptar aos mais diversos esquemas, pelo que o programa acaba por não ser um impedimento na composição espacial.

É evidente que cada um dos tipos explicados anteriormente responderam às exigências do seu tempo e, embora fossem sucessivamente substituídos, não chegaram a ser completamente banidos. Ainda hoje permanecem como referências ou “modelos” que servem como exemplo de estudo dentro da sua família tipo, que se revela com um ciclo não estagnado, mas sim evolutivo. Quase pelas palavras de Alberto Baeza: “(...) assim como as formas passam, se destroem, as ideias permanecem, são indestrutíveis. (...) é uma história de ideias construtivas, de formas que materializam e põem em pé essas ideias. Pois sem ideia, as formas são vazias. Sem ideias a arquitetura é Vã, seria pura forma vazia”¹³⁴.

¹³⁴ Baeza, Campo, «*La idea construída*» (tr., pr., Silva, Anabela, «A ideia construída», 5ta edição, Casal de Cambra, caledoscópio, 2013, pp. 50



#52
desenho do autor, 2017

4.4| Definição do módulo

| A ideia



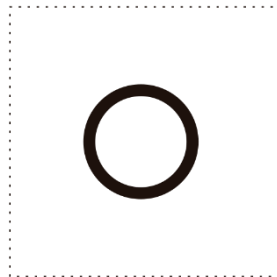
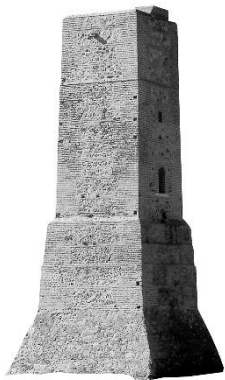
Com o objetivo de realizar um estudo prático sobre o espaço arquitetônico prisional, no sentido de responder ao principal objetivo desta dissertação — r(e)pensar a vigilância — propõe-se e no seguimento da linha de pensamento do tipo e do modelo, desenvolver um esquema espacial como resultado dessa reflexão. Mas porquê um modelo? Quando se fala em modelo, não é no sentido de impor determinado esquema como sendo o mais correto, já que esta questão pode ser discutível. Também não se pretende rejeitar os atuais modelos, pelo contrário estes fazem parte de todo o processo de estudo.

A ideia surge no seguimento da lógica arquitetónica em que se pretende, a partir de um programa, estipular uma regra que responda às exigências do mesmo, neste caso particular seria mais uma exigência funcional, mais do que programática, virada para a vigilância. Esta vontade parte da necessidade de fazer uma separação entre o que seria a forma e a ideia. Uma forma sem uma ideia é um objeto vazio, nas palavras de Campo Baeza “*as formas devem traduzir ideias*”¹³⁵, por isso organiza-se um esquema mental que parte de nada mais do que da vigilância. Destacam-se as palavras de Juan António Cortés, quando afirma que a “arquitetura pode desenvolver-se a partir de uma ideia, de um conceito, sem ter de depender de um contexto”¹³⁶. Isto é uma questão que levanta muitas duvidas, já que as escola de arquitetura sempre ensina a ter em conta o lugar como uma das principais condicionantes do projeto. Neste caso específico, demonstra o poder dos objetos, que se podem sustentar por si próprios, ao superar a realidade física para transmitir uma condição fundamental a ela própria.

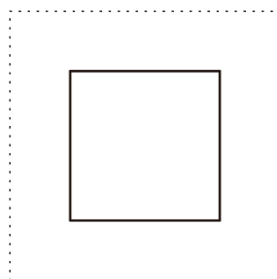
Esta condição fundamental leva-nos a pensar, de maneira mais pausada, qual o objetivo que se pretende atingir. Como já foi referido, é o repensar a vigilância, a questão mais inquietante e a razão que levou à escolha do tema, isto é, como conceber vigilância como elemento fundamental da ideia arquitetónica. Assim, questiona-se que maneira se pode realizar a simbiose entre ambas questões, arquitetura e vigilância? Isto, numa sátira ao atual desdobramento sobre desenhos que em nada respondem a esta exigência, deixando um buraco que acaba por ser preenchido com os recursos tecnológicos.

¹³⁵ Baeza, Campo, «*La ideia construída*», op. cit., pp. 28

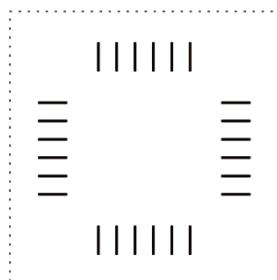
¹³⁶ Cortés, Juan Antonio, «*Afinadas discordâncias: La arquitectura de Valerio Olgiati*», in *El croquis*, n. 156, «*Valerio Olgiati 1996-2011*», Madrid, 2011, pp. 40



[TORRE]



[PÁTIO]



[CELA]

#53

Os três pontos da ideia: 1 torre, 1 pátio, 1 conjunto de celas, desenho do autor, 2017

Sabe-se que a arquitetura avança apoiada nas tecnologias, mas não significa que tenham de substituir algo tão essencial a um edifício prisional como é a vigilância. Assim, e numa resposta que contrarie esta definição, projeta-se um módulo como ideia de espaço prisional e de vigilância, estruturado a partir da composição de vários elementos, que juntos, são capazes de transmitir sobre o corpo aprisionado a sensação de estar a ser vigiado.

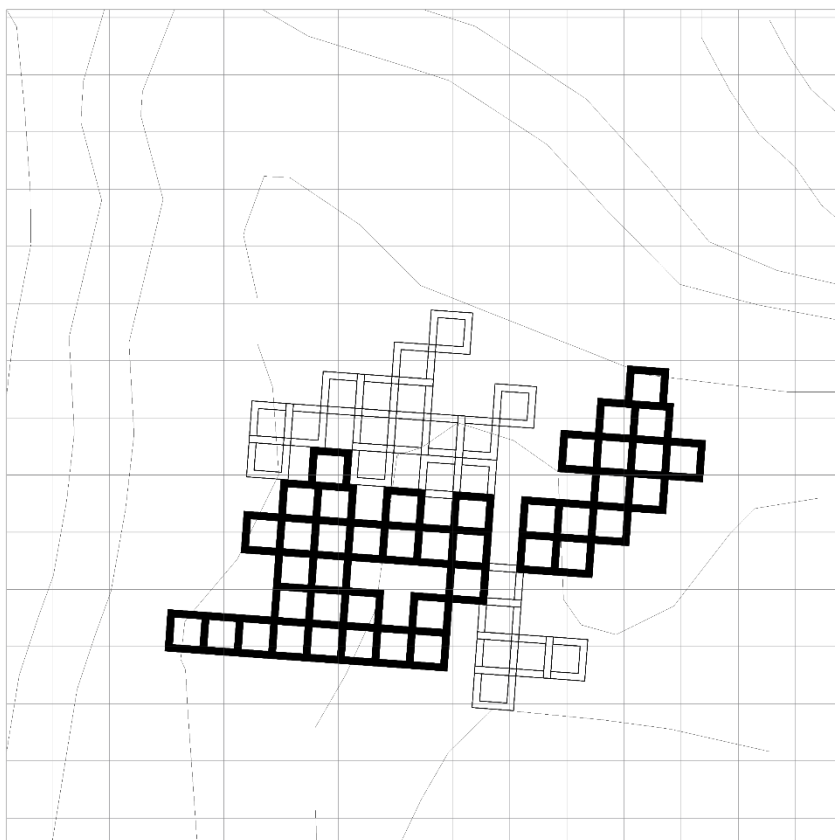
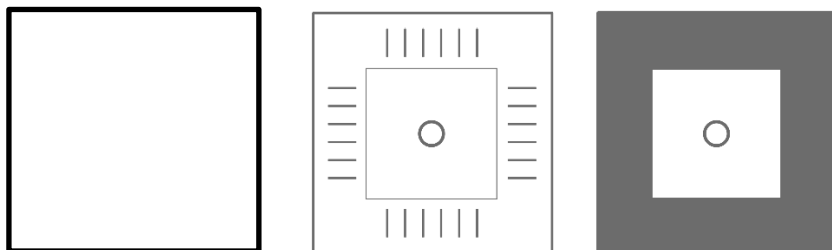
Nesta idealização, destacam-se três pontos essenciais à ideia. Estes pontos são traduzidos em formas elementares que visam construir a ideia sobre o espaço, mais do que pelo carácter essencial das formas, através da percepção. Estes elementos são:

A TORRE — A vigilância noutros exemplos de arquitetura prisional é apresentada como o elemento central, que se impõem não de forma direta, mas de forma a identificar-se no espaço — seja por exemplo nos edifícios de tipo radial ou central através de um corpo para onde convergem todas os olhares. Porém, o panóptico é o tipo que explora ao máximo o conceito de torre vigia. Aqui a vigilância não permanece no mundo abstrato dos corpos, ela ganha a forma de uma torre que, colocada no centro, submete os indivíduos para a sensação de serem vigiados. Claro que esta forma de representação não é novidade, já que a torre sempre se apresentou como o ponto de observação em muitos edifícios — os castelos medievais que usavam a torres para vigiar os seus territórios por exemplo. Este objeto é o ponto de partida do nosso esquema mental: um objeto que represente, no espaço, a sensação de vigilância constante.

O PÁTIO — O pátio é o espaço que marca a transição entre o indivíduo e a torre, bem como o lugar onde assenta a torre. Também, se percebe o pátio como o plano horizontal que estabiliza o modelo. O pátio seria a pausa entre elementos e o definidor da geometria precisa e da forma.

CELAS — Poderiam ser consideradas como óbvias em todo esquema, mas é grande relevância saber onde são colocadas e como. Então, a sua localização em volta do pátio, especificamente na periferia do mesmo. A cela vive para o pátio como vive para a torre. Se a torre é a representação da vigilância, é necessário ter o cuidado de virar o indivíduo para ela, assim ela atinge a sua consciência.

O conjunto dos três elementos constitui uma rede de tensões no espaço. Estes passam a ser devidamente organizados pelas suas formas numa geometria precisa que reforça o efeito de uma ordem e conexão entre funções, de modo que, os três com a sua função constituem também o suporte de relações dentro do espaço.



#54

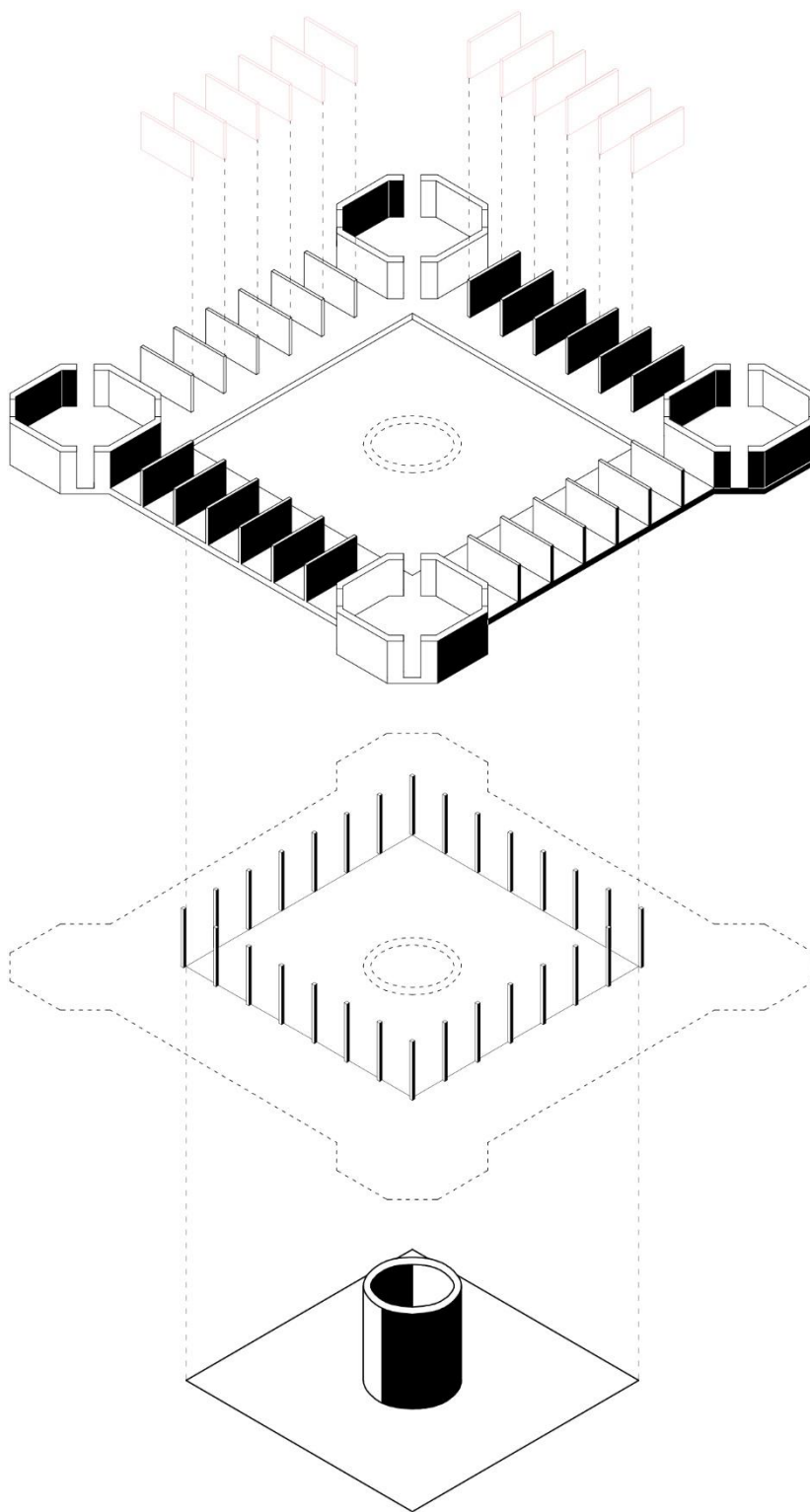
O quadrado, desenho do autor, 2017

O quadrado permite fazer a articulação entre vários módulos, o que pode dar a origem a uma grande estrutura.

Estes três pontos são o ponto de partida para a construção do modelo. De certa forma, são os pontos essenciais que anuncia Bentham no seu panóptico, pelo que não se pode negar que este autor tenha sido a maior referência durante todo o processo criativo, apesar de servir para perceber quais foram os “erros” que ele cometeu. É aqui que nos deparamos com o maior problema dos edifícios prisionais: a constante necessidade de ampliação.

O ato mais comum dos arquitetos é projetar edifícios formalmente consolidados sem ter em conta que estes edifícios podem ter a necessidade de serem ampliados, o que conseqüentemente resulta na proliferação de construções novas do mesmo tipo. Por esta razão, e ao contrario de Bentham, usamos o quadrado como elemental para superar essa inquietude. A preferência por esta forma não tem quaisquer motivos filosóficos, simplesmente porque permite criar múltiplas combinações que se podem articular até ao infinito bem como a percepção e maior clareza do espaço.

O quadrado encerra, assim, a construção do módulo juntamente com os três pontos mencionados. A composição dos três revela-se simples, mas sobretudo essencial, correspondendo à torre no centro da unidade e celas na periferia, o espaço que sobra entre ambos, o pátio, tudo confinado à forma de um quadrado. Agora, imagine-se o conjunto integrado numa retícula que se pode multiplicar, todas elas amarradas uma ao lado da outra. Só o território é o limite.



▶ [Nível 1]
Unidade prisional
(celas)

▶ [Nível 0]
Unidade comum

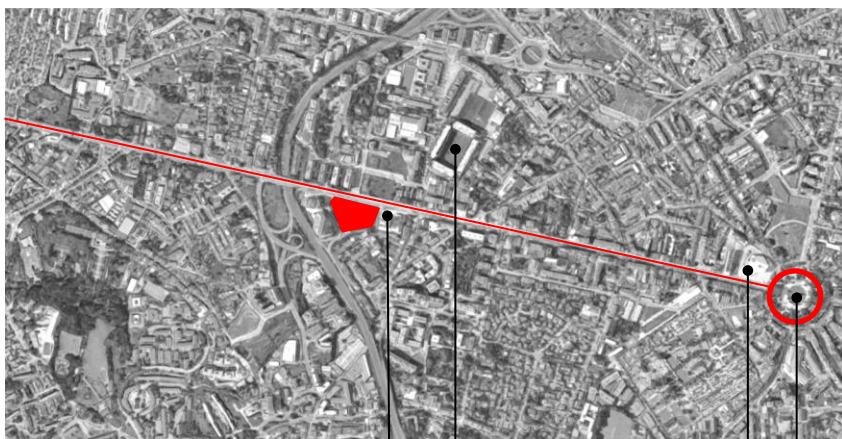
#55

O módulo, desenho do autor, 2017

Ao associar-se a estrutura a um padrão espacial, permite-se articular mais do que um módulo, uma vez que a estrutura responde de igual forma para todos. Assim, nos vértices do quadrado que define o módulo, são destacados os pontos de tangência entre os módulos que permitem a conexão entre eles. Estes pontos são os nós de contacto, visíveis unicamente no nível superior. Consequentemente, a articulação permite uma nova ocorrência em favor à vigilância, pois ao se articularem vários módulos, as torres conseguem estabelecer a observação sobre as celas dos módulos adjacentes. Isto reforça a presença e o poder de observação sobre os reclusos.

A articulação em relação ao nível inferior configura-se de maneira diferente. Sucede através dos pátios, e conforme as dimensões das funções a introduzir no espaço, vai sendo subtraída área do pátio, unificando o espaço sob uma mesma regra. Esta característica permite introduzir uma certa flexibilidade ao módulo tornando-o variável e possível de se adequar a várias situações e adotar diversas configurações entre si. De esta maneira, logra-se a construção de um esquema com qualidade física baseada na relação entre vários elementos como material de projeto e que converge à definição de um ideal.

O processo revela-se simples e sem complicações, como ponto de partida de uma ideia que pode ser concretizada num local com referências geográficas e sociais. Deste modo, o próximo passo seria testar a possibilidade de aplicação da ideia num lugar específico, de forma a perceber como pode responder às exigências do local.



4

3

2

1

#57

Localização do terreno – Cidade do porto, desenho do autor, 2017

[1. Rotunda da Boavista], [2. Casa da Musica], [3. Estádio do Bessa], [4. Torre do Burgo]

4.5| Verificação do modelo — caso pratico

| O local



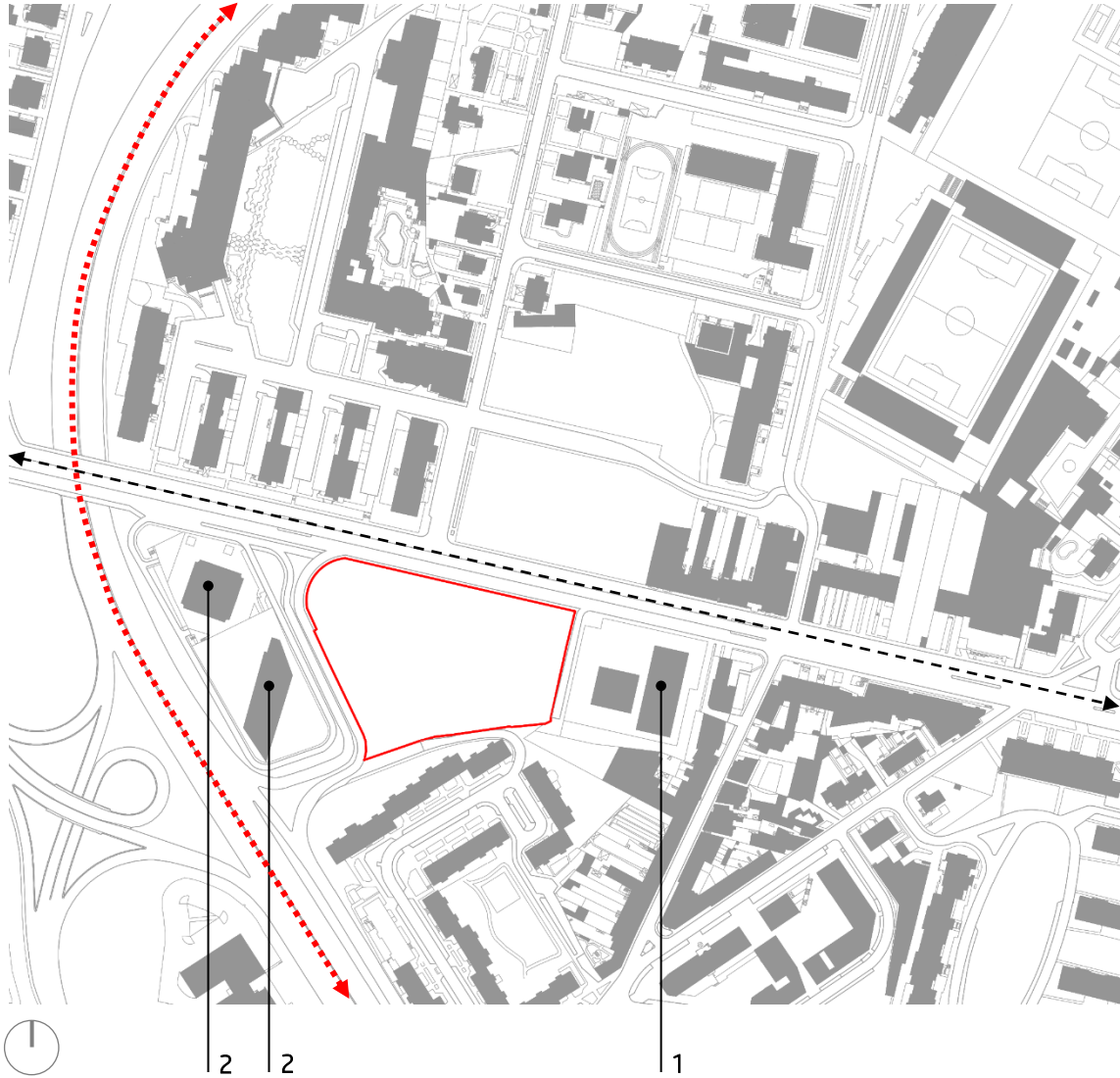
A ideia que sustenta o modelo não teve a compressão de um contexto, mas sim de um propósito que resultou num objeto definido em si mesmo. Por esta a razão, a procura de um lugar para realizar o caso prático foi, em parte, uma tarefa difícil. Em primeiro lugar, a dimensão do programa exigia uma área bastante ampla; e em segundo lugar, pretendia-se criar oposição à ideia prática de implantar este tipo de edifícios isolados das áreas urbanas.

Provavelmente, a segunda razão foi a mais influente na escolha do local. Houve uma certa necessidade de contrariar esta ideia, porque uma coisa que se tem de perceber é que estes espaços não podem continuar a ser vistos como locais isolados e separados, mas sim como lugares de reabilitação e correção. Por esta razão, territórios intensamente urbanizados seriam a escolha ideal, sobretudo porque possuem condicionantes mais contrastantes que influenciariam a construção da forma do projeto.

Esta instância pode ser vista quase como utopia, mas se formos á procura de referências do passado podemos verificar que as cadeias se localizavam, muitas vezes, nos centros das cidades, pois representavam, juntamente com outras instituições, o poder do estado. Hoje em dia, esse afastamento não significa que elas tenham perdido a ideia de poder, simplesmente com a evolução das cidades e o rompimento dos centros urbanos consolidados para cidades cada vez mais ramificadas, estes edifícios foram se isolando cada vez mais.

O local escolhido acabou por ser a Cidade do Porto, como contexto densamente urbanizado e pela facilidade de visita, para a realização da experiencia, com o intuito de responder aos objetivos deste trabalho.

Na generalidade, e um pouco para situar o tema no território da cidade, sabe-se que a cidade conta com dois conjuntos prisionais - o estabelecimento prisional do Porto, e o estabelecimento prisional feminino Santa cruz do Bispo, ambos localizados na periferia da cidade. Também é de referir a permanência do edifício da antiga cadeia da cidade, em pleno centro da cidade, junto ao Jardim da Cordoaria e da Torre dos clérigos. Hoje, o edifício alberga o Centro Português de Fotografia. Este edifício serve de referência de como estes edifícios podem ser próximos ao contexto urbano das cidades.



← - - - - - → VCI

← - - - - - → Avenida da Boavista

[1. Torre do Burgo]

[2. Torre de escritórios e habitação]

#58

Localização do terreno, desenho do autor, 2017

Especificamente, procurava-se um terreno que fosse bastante amplo, preferencialmente, uma área por volta dos 10 000m², isto porque não faz sentido projetar um edifício deste tipo com pequenas dimensões, uma vez que exige o albergue do maior número de pessoas possível para o tornar justificável. Esta dimensão de referência foi determinada a partir de a média aproximada do estabelecimento prisional do Porto.

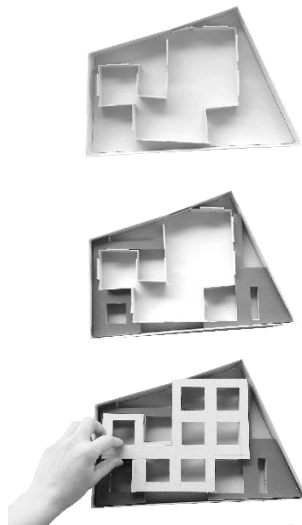
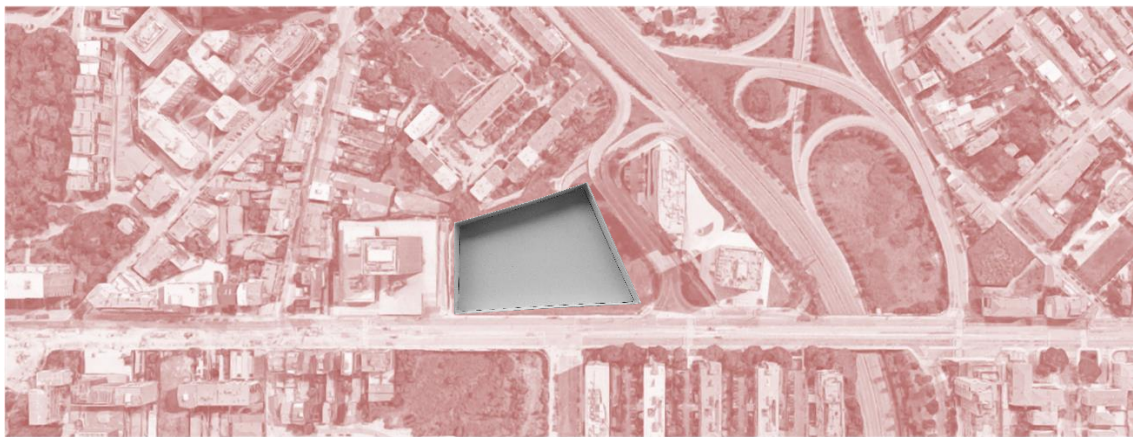
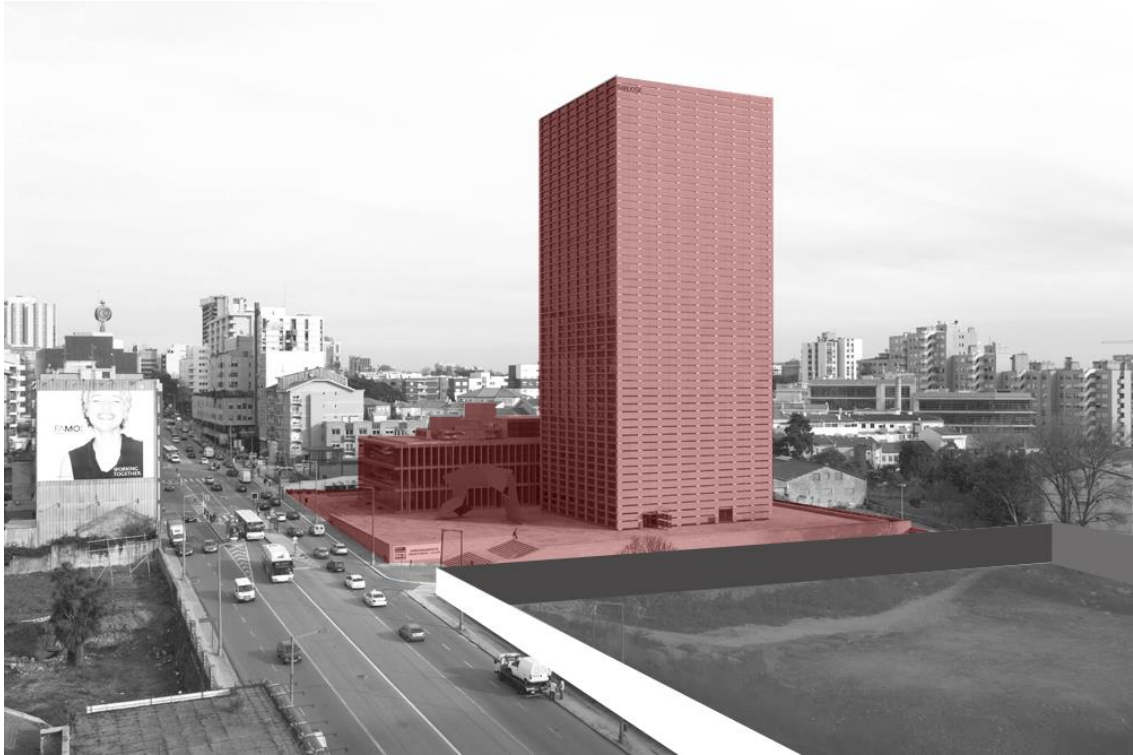
Especificamente, o terreno localiza-se na zona da Boavista, ao lado da Avenida da Boavista, junto à Torre do Burgo. O local responde a três pontos importantes como: a superfície necessária (17 201 088m²), uma área densamente urbanizada e acessibilidades.

A escolha do local levanta em si muitas questões, sobretudo porque o contexto não corresponde ao tipo de programa. Porém a escolha do lugar assume-se como mero resultado da necessidade de encontrar um local que se corresponde às exigências anteriormente referidas, não tendo em conta protocolos urbanos nem sociais. Neste sentido, não se vê a escolha do local como uma provocação, mas pode ser o ponto de partida para uma reflexão, e com isso, para que a sociedade possa reavaliar os seus valores e dar abertura a novas possibilidades.

Quanto ao contexto, o lote insere-se num território bastante dinâmico, estando ladeado a norte por uma das avenidas mais movimentadas da cidade – A Boavista, que une o centro da Zona da Boavista a Matosinhos. A perceção desde a avenida é descendente em direção a Matosinhos. A sul, o terreno está limitado por outro lote que se encontra a uma cota superior. A este, encontra-se limita com a saída da VCI e duas torres de oficinas e habitação, uma com 16 pisos e outra com 18 pisos. A oeste, limita com a Torre do burgo, com 17 pisos.

Morfologicamente, o terreno insere-se a uma cota mais baixa em relação à avenida da Boavista, e não é plano, apresentando diferentes variações de cotas, especialmente um ligeiro declive descendente desde o lado este para oeste. O ponto mais baixo do terreno corresponde ao lado oeste com cerca de 4 metros abaixo do nível da avenida.

O espaço circundante conta com diversos equipamentos e serviços e edifícios de habitação. Observa-se, também, que a zona é dominada por edifícios altos, dado que a maioria dos edifícios apresentam alturas superiores aos 4 pisos. Destes edifícios, três dos mais altos cercam o lote do terreno a este e oeste. Esta imposição de altura em relação ao terreno exerce um enorme contraste à leitura que se faz ao lote desde a avenida.



#59

A ideia: composição do objeto dentro dos limites do terreno, desenho do autor, 2017

| A ideia



As condicionantes impostas pelo contexto são notórias. Deparamo-nos, sobretudo, com o enorme contraste de alturas que provoca a sensação de que à mais mínima intensão de procurar a verticalidade, a proposta será completamente esmagada visualmente pelas pré-existências. Até porque a verticalidade é quase como a procura de marcar uma referência no espaço, e neste caso, referência não é uma prioridade. Esta imposição de escalas, bastante contrastante, obriga a procurar uma solução mais horizontal que possa integrar formalmente a proposta ao contexto.

O ponto de partida é rejeitar a verticalidade em todo sentido, afirmando o projeto no espaço através da horizontalidade, de maneira que a sua perceção ao longo da avenida da Boavista seja constante e sem mutações. Para isso, interpreta-se a implantação através da ideia de monólito que ocupa todo o terreno como objeto maciço que naturalmente nasce do local. O bloco é quase todo ele cego à exceção de duas pequenas aberturas do lado poente que são as únicas entradas para o interior. O pódio da Torre do Burgo é a referência para estabelecer a altura do bloco e, portanto, referência para dar continuidade ao contexto.

O pódio, projetado por Souto de Moura, foi a forma de estabilizar o projeto da Torre do Burgo perante o plano inclinado da avenida, mas também a forma para marcar os limites entre o projeto e a dinâmica da avenida. Assim sendo, é importante dar continuidade e reforço à ideia através da construção de um segundo pódio ao lado do primeiro, como sendo o elemento que alberga a proposta e que a ancora fortemente ao terreno.

Formalmente, a ideia ilustra nitidamente a ideia do estereotómico que A. Campo Baeza descreve:

“Entendamos por arquitectura estereotómica aquela em que a gravidade se transmite de uma forma continua, através de um sistema estrutural continuo onde a continuidade construída é completa. É a arquitectura maciça, pétreo, pesada. A que assenta sobre a terra como se dela nascesse. É a arquitectura do podium, do embasamento. A arquitectura do estilóbato. Em suma, a arquitectura da caverna.”¹³⁷

Mas mais do que um pódio, a proposta procura a ideia de muro que nasce e filtra o exterior e o interior. Que assume todo o lote como sendo a barreira que separa a paisagem exterior da nova paisagem interior. Esse muro, de materialidade única e constante, encerra e unifica as funções voltadas para o seu interior,

¹³⁷ Baeza, Campo, «La ideia construída» (tr., pr., Silva, Anabela, «A ideia construída», op. cit., pp. 28



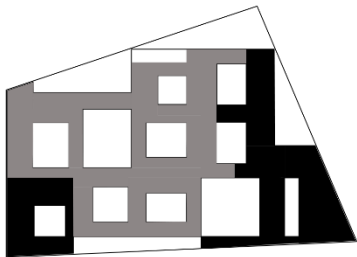
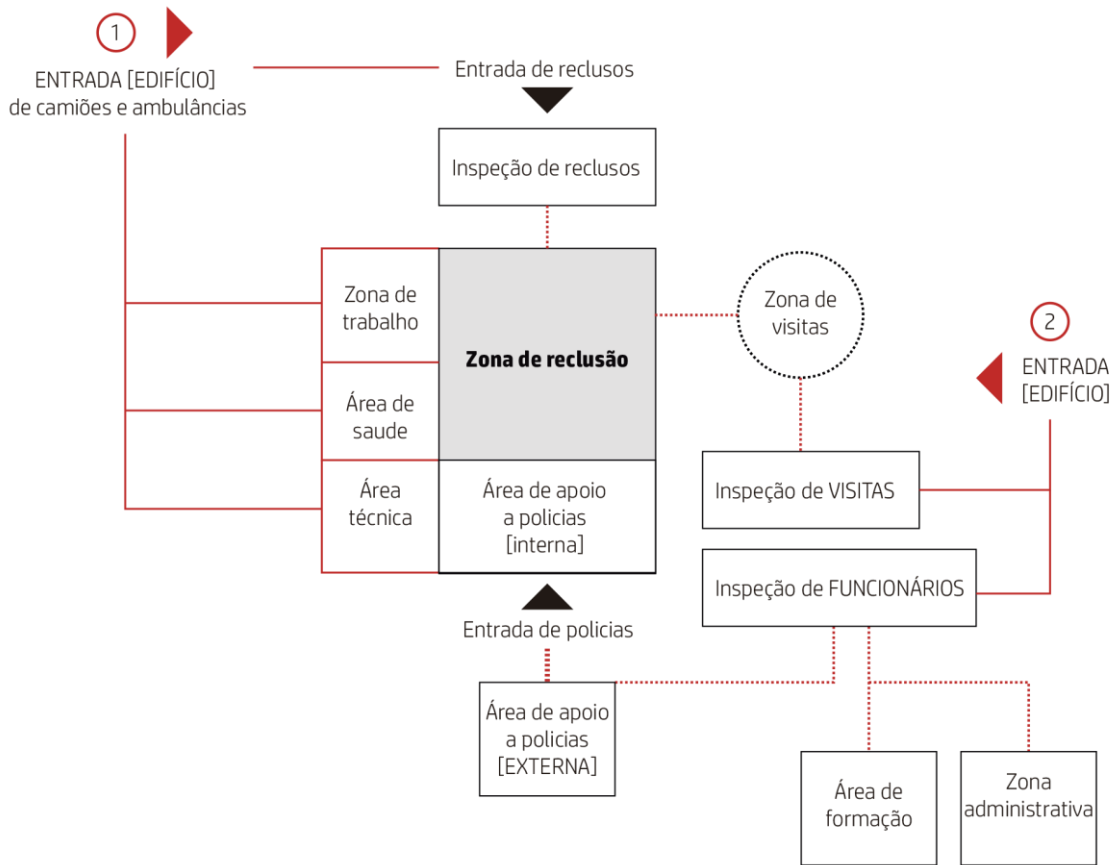
#60
Implantação, desenho do autor, 2017

- [1. O muro]
- [2. O espaço prisional]
- [3. Os pátios]
- [4. Os interstícios],

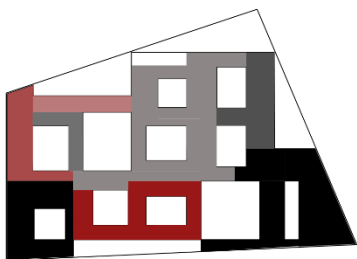
que, através do uso da geometria, cria uma rede de tensões e continências espaciais entre forma e os espaços encerrados, e entre cheios e vazios.

Dentro do muro a questão complica-se. Se por um lado nos encontramos limitados à geometria do muro exterior, a construção de um segundo complica ainda mais. Constrói-se um segundo muro — uma caixa — no interior do primeiro que em nada corresponde a geometria do primeiro muro. A geometria da caixa responde à ideia do modelo proposto, portanto a combinação de 7 quadrados dita a forma do muro. Como resultado, o espaço intersticial entre ambos muros alberga as funções de apoio. Os vazios não ocupados seriam pontos de conexão, de apoio e de pausa.

O vazio no interior do muro e o encerramento para o exterior abre a proposta para um plano ligado ao céu, que gera uma maior profundidade e extensão espacial. como resultado, o corpo que penetra o muro cria uma ligação com os elementos básicos da natureza: a luz, a noite, a chuva, o curso das estações, etc., numa lógica que confronta o construído e o natural contido no espaço da caixa. O corpo integra-se a uma experiência espacial diferente, pois aqui a geometria marca o encontro entre o natural e o artificial e os limites entre os dois.



[1]
Esquema da volumetria
 Volume com um nível [black bar]
 Volume com dois níveis [grey bar]



[2]
PISO 0 = Distribuição das funções
 Área técnica [light red bar]
 Área de visitas [dark grey bar]
 Área administrativa [dark red bar]
 Área de apoio aos guardas [black bar]
 Área de reclusão [grey bar]



[3]
PISO 1 = Distribuição das funções
 Celas [red bar]

| Programa e organização



“Creo que toda cosa bien hecha presenta un sistema de organización que se adecua a ella, que determina su forma y pertenece a su esencia”¹³⁸

Programa

O terreno de implantação possui aproximadamente 17 201 088m² para uma média aproximada de 12 283 724m², complementada por uma área exterior para estacionamento — com 33 lugares — e para o alargamento do passeio público.

É importante referir que a organização do programa foi na generalidade intuitiva, visto que não existe informação disponível por questões de segurança. Assim, a interpretação do programa e das respetivas funções, centrou-se sobre tudo em conectar as várias zonas do programa com utilizadores. Dessa maneira, o projeto é organizado a pensar nos usuários e nas funções a que se associam, diferenciando as funções em zonas particulares ao utilizador.

Assim sendo, o programa parte da lógica proposta pelo modelo ao separar o programa em dois níveis distintos: a função e a vivencia. Quanto à função, no nível um, configuram-se os espaços de encerramento, e no nível zero, os espaços de atividades comuns e serviços de apoio. Quanto a vivencia, o nível superior destina-se ao isolamento e à intimidade enquanto que o nível inferior ao espaço de contacto, dito mais social.

No nível zero, as funções são divididas segundo 5 zonas: zona de reclusão, zona administrativa, zona de apoio aos guardas, zona de visitas e zonas técnicas. Estas zonas encontram-se distribuídas em volta de 11 pátios que permitem filtrar a luz para o interior dos espaços e criar aberturas ao volume. Oito dos quais pertencem à zona de reclusão, e os outros às restantes zonas. O vazio resultante entre o volume e o muro exterior relaciona-se com uma das duas aberturas do muro, por onde acedem as viaturas, o prisioneiro, o funcionário e o visitante.

Na zona que corresponde à reclusão, encontram-se espaços dedicados às atividades comuns dos reclusos. Esta zona é composta por áreas de trabalho, refeição, saúde, ensino e atividade física. Cada um deles é organizado ao longo de um sistema de circulação coordenado com os pátios e os acessos a cada zona. Os

¹³⁸ Zumthor, Peter, «Architektur Denken» (tr. Pt., Grabow, Astrid, «Pensar arquitectura», Gustavo Gili, 2ª ed, Barcelona, 2009, pp. 64)

acessos são de dois tipos, entre espaços interiores e entre espaços exteriores. Entre espaços exteriores são cinco: o primeiro para a entrada do recluso; o segundo para a entrada do guarda; o terceiro para cargas e descargas da cozinha; o quarto para cargas e descargas área de trabalho; e por último, o quinto na área de saúde. Os acessos interiores são os acessos entre o nível zero e o nível um que são feitos através de escadas localizadas nos pátios.

É importante referir que ambas as aberturas do muro, que ligam o exterior com o interior, se localizam a oeste, sendo uma dedicada ao visitante e ao funcionário, que acede ao interior do muro através de uma rampa que o encaminha para um pátio que faz a distribuição para a zona de vistas ou a zona de apoio aos guardas. A segunda entrada, de maior dimensão, serve para a entrada de viaturas, para cargas e descargas de apoio à cozinha, a área de trabalho, e manutenções técnicas.

A zona administrativa é destinada aos espaços de gestão e organização da prisão. Esta encontra-se no lado nordeste do muro. É composta por espaços destinadas às seguintes funções: Salas de reuniões, escritórios, instalações sanitárias e arquivos. Os espaços são organizados em volta de um pátio. Conjuntamente, esta conecta-se com a zona de apoio aos guardas através de um corredor exterior, permitindo assim a articulação entre as duas zonas já que o acesso às duas é feito a partir de uma receção comum a ambas zonas.

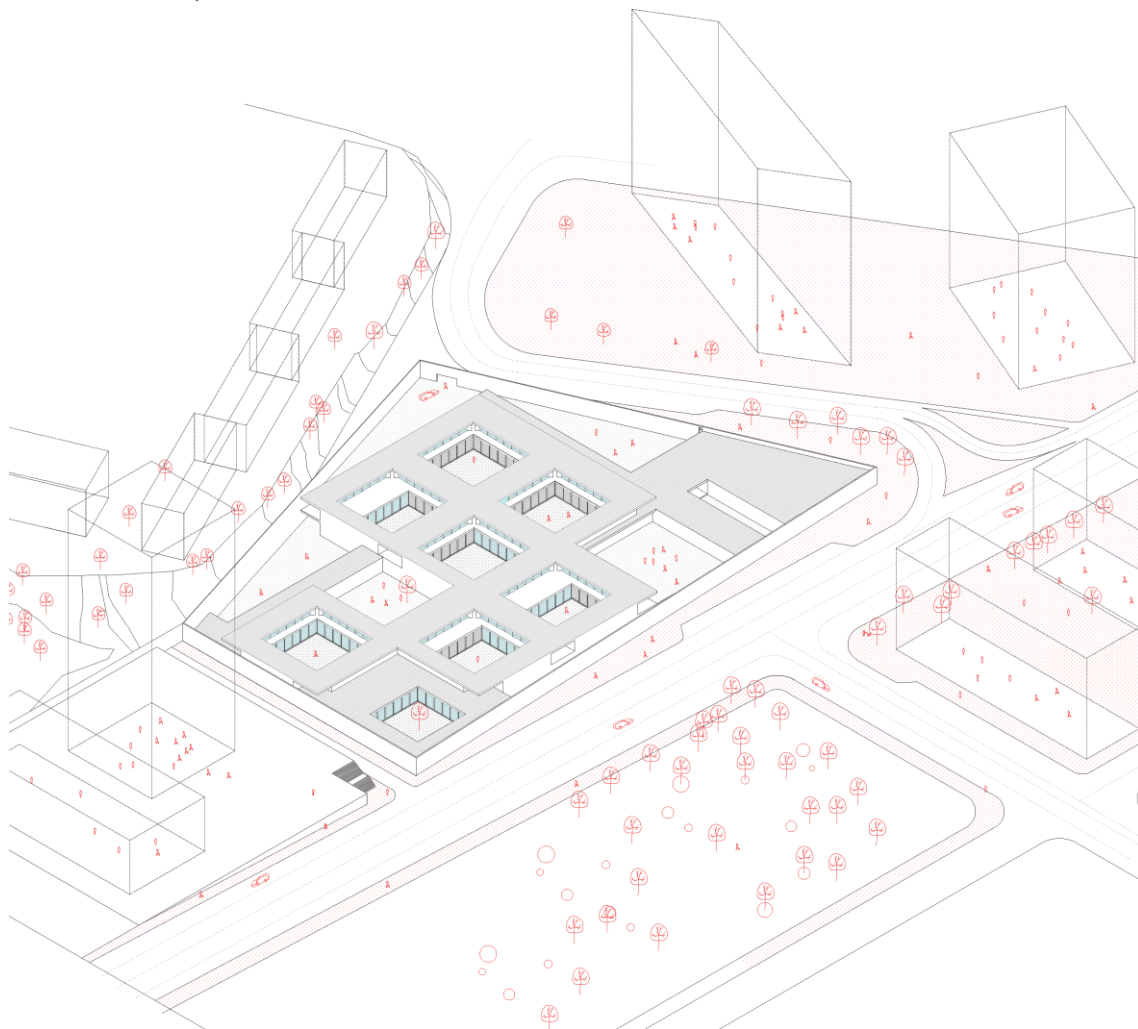
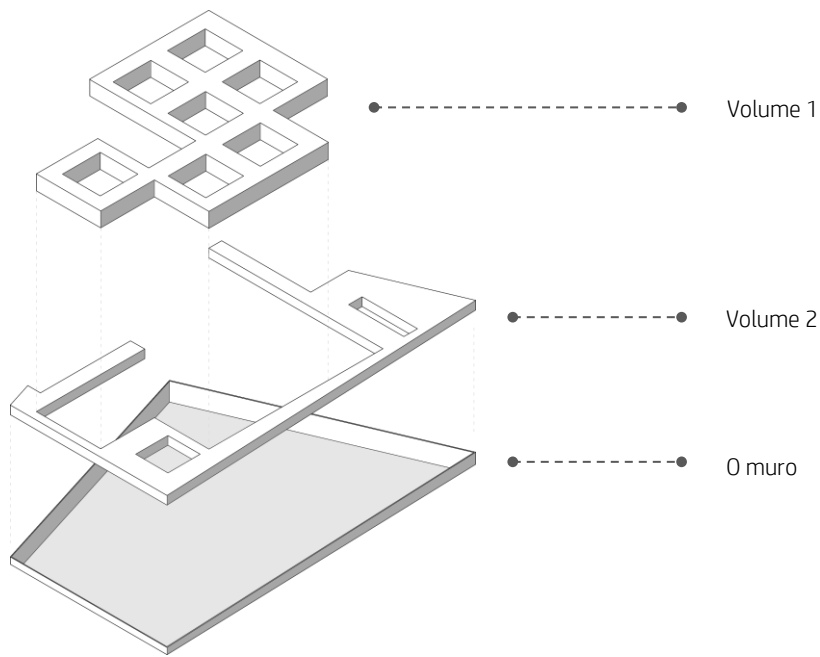
A zona de apoio aos guardas, configura-se em três áreas: uma área de formação, com salas de formação e/ou reunião, instalações sanitárias, e auditório; uma área de apoio e serviços como o refeitório, quartos e cacifos; e uma área de segurança para o apoio da zona prisional com um escritório médico, instalações sanitárias, sala de funcionários, armeria e uma sala de alarmes. Esta zona encontra-se próxima ao acesso exterior principal do muro para facilitar a chegada dos funcionários tanto desta zona como da zona administrativa.

A zona de visitas é dedicada à receção de visitantes. A zona está composta por espaços que permitem o encontro do visitante com o recluso. O espaço é condicionado com salas de espera conectadas às salas de visita. As salas de espera são organizadas de forma a diferenciar o tipo de visita: íntima, familiar e jurídica.

No que diz respeito ao nível um, o espaço é ocupado por celas, um total de 154 celas, para albergar 308 reclusos — dois por cela — cuja dimensão corresponde a 240x400mm. As celas contam com os equipamentos básicos: duas camas, uma mesa, uma sanita, um duche e um lavatório. Optou-se por incorporar os equipamentos sanitários no interior das celas para evitar a saída do recluso fora de horas. Ainda neste nível, grupos de celas encontram-se separadas em núcleos que estão interligados através de um espaço a que chama nós. Os nós servem para interligar ou isolar os núcleos conforme a necessidade, assim como albergar alguma atividade temporária. Os nós localizados nas periferias, abertos para o exterior, são vazios que servem de pontos de vigia dentro do muro. Cada um dos núcleos conta com uma

escada que o conecta aos pátios do nível zero. Cada pátio possui uma abertura para o espaço interior do piso zero, que quando fechada restringe a passagem do prisioneiro entre ambos os pisos, podendo este ficar contido no piso um ou no piso zero.

Associados a ambos os níveis, estão as sete torres de vigia localizadas no centro dos pátios de cada núcleo. As torres possuem uma escadaria interior que permite o guarda subir até uma plataforma que se encontra um pouco mais elevada que o nível do piso um, e faculta ao guarda a visão sobre aqueles que estão dentro das celas.



#62

Volumetria e composição, desenho do autor, 2017

| A forma



“(…) lo esencial, aunque puede parecer paradójico, es la renuncia a la forma. Para olvidar la forma como premisa condicionante se evitan referencias y presencias previas en la mente. Lo importante es el concepto intenso y el proceso creativo. De la paciente interpretación del lugar y del programa, diálogo con los clientes y usuarios, van surgiendo las posibilidades de formas, materiales y colores. (…)”¹³⁹

Desde o ponto de vista exterior, a forma do edifício revela-se como um grande muro horizontal em betão que confronta a envolvente, representando a continuada do pódio da Torre do Burgo como uma extensão deste. A forma rígida e fria do volume é pano de fundo de toda a dinâmica que percorre a lugar, mas sobretudo marca a pausa a toda esse fluxo.

A forma do volume não é cheia, pelo contrário, é oca, construída a partir de um muro que limita e encerra o terreno dentro de uma geometria construída com as ordens terreno e da envolvente. Assim, a forma resulta num polígono não regular de quatro lados, todos eles de tamanhos diferentes e sem qualquer relação de ortogonalidade. O muro é fechado para o exterior enquanto que no interior construi o seu próprio espaço a partir do módulo proposto. A lógica de divisão funcional é apoiada pela estrutura que segue a regra definida no módulo: pátio ao centro com as funções localizadas em redor; uma torre ao centro que conecta visualmente os dois níveis comuns ao pátio. Assim, e seguindo esta ordem, o conjunto dos módulos compõe um primeiro volume no interior do muro, funcionando quase com um segundo muro, do qual resultam sete pátios. No interior do volume, os espaços sobranceiros entre os pátios acolhem as diversas funções.

“las propiedades que introduzco en el proyecto tienen que fundirse sin contradicciones con la estructura constructiva e formal de la casa acabada. Ya no pueden separarse forma y construcción, aspecto y función; se pertenecen mutuamente y configuran un todo”.¹⁴⁰

A organização dos pátios parte da regra ditada pela estrutura. Assim, os pátios são definidos a partir de arcadas cujos pilares criam uma grelha comum a todos eles. A grelha permite adaptar as distâncias entre os pátios conforme a exigência de área pelas funções, pelo que, por regra, o pátio tem uma dimensão de 18m x 18m e a distância entre eles de 8m. As arcadas respondem a um distanciamento de 2,40m entre pilar.

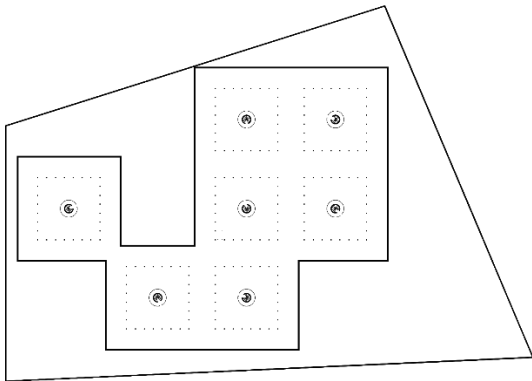
¹³⁹ Montaner, Josep Maria, «Universo RCR», in El croquis, n. 162, «RCR arquitectes 2007-2012», Madrid, 2012, pp. 44

¹⁴⁰ Zumthor, Peter, «Architektur Denken», op. cit., pp. 24

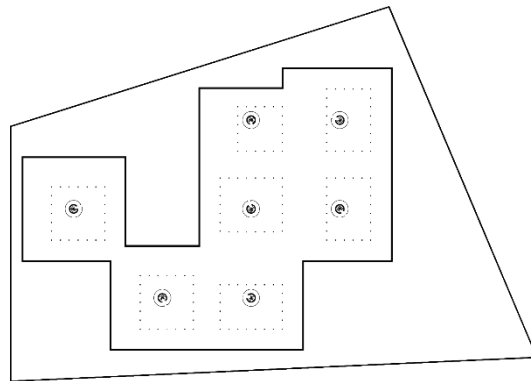
Composição dos modulos dentro do volume.

[Piso 1]

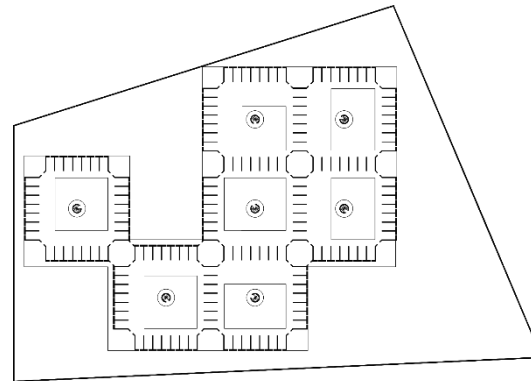
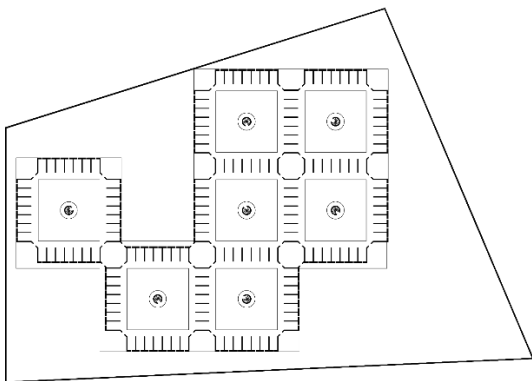
Esquema da distribuição dos patios



Adaptação do pátio às funções

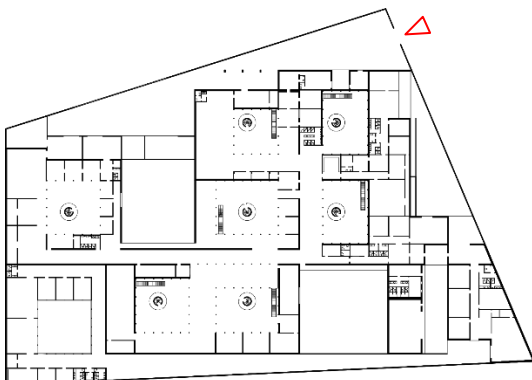


[Piso1]



[Piso 0]

Esquema da composição interior segundo as funções



[Piso 1]



#63

Esquema da organização do espaço interior, desenho do autor, 2017

De modo a que o espaço funcional, isto é, a área entre pátios, ganhe mais área retira-se área ao pátio conforme a distância dos pilares, ou seja, cada 2,40 m, e dessa maneira, o espaço interior encontra-se armado por dilatações e contrações produto deste processo, tudo isto no nível inferior. No nível superior, este efeito tem igual impacto. Os 8m repartem-se na sequência de corredor, cela, corredor, ou seja: 2m + 4m + 2m, respetivamente. Ao se alterar o nível inferior, os corredores do nível superior irão expandir-se, mas sempre sem alterar a cela.

Com a adequação dos espaços às funções, é necessário marcar limites entre eles. Por vezes os próprios pátios são os limites, enquanto que noutras situações é necessário colocar paredes, sempre com espessura significativa para não perder a ideia do muro como estrutura portante. Por outro lado, quando é necessário construir uma parede adjacente às arcadas dos pátios, não se subtrai um por outro, pelo contrário, a parede é adossada aos pilares, de maneira a não esconder a estrutura nem a grelha do módulo. Deste modo, salienta-se uma duplicidade de estruturas, mas nenhuma se sobrepõem a outra.

O segundo volume possui um único nível e resulta do espaço segregado entre o muro e o primeiro do primeiro volume pelo que passa a ser organizado tangencialmente entre ambos. O espaço segregado possui dimensões muito diferentes, resultado da sobreposição de geometrias distintas, pelo que foi necessário abrir pátios e criar vazios de maneira que eles possam ser espaços servidores a determinadas atividades, enquanto elemento de circulação, introdução de luz e espaço de abertura.

A diferença de alturas entre os volumes foi sobretudo para diferenciar um elemento central – o espaço prisional onde ocorre a maior parte da ação dentro do edifício — e um espaço segregado — como o espaço de apoio ao espaço central; ao mesmo tempo que se avaliava a possibilidade de dinamizar um quinto alçado: a cobertura. A condição do volumem cego ao exterior exigia que, mais do que os alçados laterais, a cobertura deveria criar certo impacto para o observador que estivesse nas torres próximas ao edifício, pelo que se teve o cuidado de manter constante a horizontalidade para não fazer referencias a algum ponto específico. A distinção entre os volumes, para além das alturas, foi reforçada através da materialidade sendo que o primeiro volume possui o mesmo material que o muro — o betão —, enquanto que o segundo, responde aos tons do aço cortem.



#64

Vista desde o interior de um dos pátios, desenho do autor, 2017

| Aspectos técnicos e construtivos

•

A Matéria

A materialidade é um aspeto determinante do projeto uma vez que produz um contacto mais íntimo com o corpo que se baseia sobretudo na comunicação através dos sentidos — tato, ouvido, olfato, visão — e a eleva à perceção sobre o espaço. Esta procura de aproximar o corpo do espaço projeta-se sobretudo pela ideia de continuidade de matéria ao longo do espaço, pelo que a escolha dos materiais teve sobretudo duas determinantes: a continuidade e a naturalidade. O betão é material que domina o espaço com o intuito de construir uma ideia de mono-materialidade que se estende desde o exterior para o interior. Peter Zumthor refere que *“un mismo material tiene miles de posibilidades”*¹⁴¹, pelo que se procurou utilizar o mínimo de materiais possíveis em acabamentos de maneira a exprimir as possibilidades que um mesmo material possui para transcender ante o observador e suportar todo o projeto.

O betão cinzento escuro mostra-se tal como é, sem qualquer revestimento ou camadas, na procura de naturalidade e expressão. Não são colocadas camadas ou pintura, afirmando-se tal e como é: duro e frio, mas ao mesmo tempo silencioso e sereno, que faz contraste com os elementos naturais que invadem o edifício através dos pátios. Nesta expressão, procura evidenciar a potência da estrutura, sendo ela toda visível ao observador, evitando-se máscaras que a façam perder força dentro o projeto. Portanto, paredes e pilares têm de mostrar a intensidade de serem os elementos portantes da pesada cobertura.

Na procura da continuidade, o betão prolonga-se pela estrutura, pelas paredes, pelo pavimento, pela cobertura e até pelas torres, até criar a fundição entre o plano horizontal e o vertical, unindo todo o conjunto numa mesma linguagem. A Distinção entre ambos os planos é feita a partir da textura resultante da cofragem através da impressão dos tabuleiros de madeira ao longo das superfícies verticais. As marcas sempre horizontais ocultam as juntas e criam uma rede de ordenamentos sobre os elementos embutidos nas paredes, como janelas e/ou portas.

Do mesmo modo como acontece com o betão, os restantes materiais também procuram unir-se com robustez no próprio projeto. Evita-se assim cair em superficialismos que distraem o observador da verdadeira virtude dos espaços. Desta forma o contraste entre o aço e o betão faz parte de alguns elementos pontoais ao longo do projeto, sobretudo em portas, portões e janelas. Ao contrário do betão,

¹⁴¹ Zumthor, Peter, *«Atmosphären»*, Basel, Birkhäuser Verlag, 2006 (tr. Pt., Grabow, Astrid, *«Atmosferas»*, 1ª ed, Barcelona, Gustavo Gili, 2006, pp. 25)



#65

Vista interior, desenho do autor, 2017

o aço leva uma camada de pintura para o proteger, mas que simula a cor natural do mesmo. Igualmente o aço corten procura a mesma ideia de contraste, seja pela cor seja pela matéria, sobre o espaço exterior, visto ter uma ligação mais forte com os agentes exteriores, por isso é o material que reveste a torre, a cobertura e as portas e portões exteriores.

Contudo, em determinadas zonas são colocados revestimentos em espaços que se pensam serem uma pausa à continuidade do betão ou por que assim pede o projeto. Esses espaços representam uma quebra nas funções do interior do edifício, como salas de aula ou salas de atendimento médico. Contudo, mantem-se igual a ideia de naturalidade do material sendo que sobre o revestimento colocado não se esconde a sua cor natural.

| Paredes

Como foi mencionado anteriormente, as paredes são de betão aparente de cor cinza escuro, com marcação da cofragem dos tabuleiros de madeira na horizontal e com uma régua de 10cm. Os tabuleiros são organizados de maneira a não deixarem juntas. A espessura das paredes varia entre 40cm, para paredes exteriores ou 15cm em paredes interiores. As paredes de 40cm normalmente são exteriores, sendo elas constituídas por duas paredes de 15cm mais uma camada de 5cm de isolamento e 5cm de câmara de ar. No interior configuram-se algumas paredes de betão de 40 cm, e as mesmas são constituídas por duas paredes de 15cm e ao meio uma caixa de ar de 10cm. Estas paredes são importantes para a estrutura como também são juntas de dilatação. Todavia, em determinadas zonas há a conjugação da parede de betão com parede de alvenaria, já que nessas zonas serão aplicados revestimentos, do lado da parede de alvenaria. Os revestimentos são de dois tipos, reboco estanhado (efeito liso) de cor branco, sem tinta de acabamento, e porcelânicos (Porcelanosa calisa pul- 100x200mm; Praga white 400x250). Os porcelânicos serão colocados nas instalações sanitárias enquanto que o reboco em alguns espaços do piso 0, como salas de aula, sala de atendimento medico, salas de visitas, etc.

| Pavimentos

Os pavimentos definidos no projeto serão 7: microcimento, argamassa epoxy (cor branco), betonilha afagada, cerâmico porcelânico, soallho de afizèlia doussier ou carvalho, lajetas de betão e eco saibro.



#66

Vista exterior — "Pátio e torre", desenho do autor, 2017

O microcimento será aplicado na maior parte do pavimento, estendendo-se a quase a todas as zonas do piso 0. Pela ausência de rodapé, este será rematado com uma pequena fenda deixada na parede no momento da cofragem. A escolha deste material foi devido à grande resistência e à capacidade de ocupar grandes superfícies sem criar juntas de união.

O porcelânico (Porcelanosa – cube pulido 744x743mm) será colocado nas salas de reuniões e escritórios da área de administração.

A madeira de Afizélia será aplicada no auditório na área de formação dos guardas e nas salas de formação, enquanto que o carvalho será aplicado no palco do auditório dos reclusos e no quarto de descanso dos guardas, com acabamento em cera incolor e ripado com 150mm de largura. Não há rodapé pelo que o remate com a parede é feito através da fenda deixada na parede seja no betão ou no reboco.

A argamassa epoxy, de cor branco, colocada em algumas zonas do piso 0. Tem a mesma resistência que o microcimento e é colocado igualmente sem juntas como uma fina película sobre o microcimento.

A betonilha afagada é aplicada unicamente nas três salas técnicas por ser altamente resistente à impactos e vibrações.

Nos pátios é aplicada uma camada fina de eco-saibro para permitir a porosidade das águas da chuva. Será compactado com o uso de resinas para não dificultar a passagem quando estiver húmido.

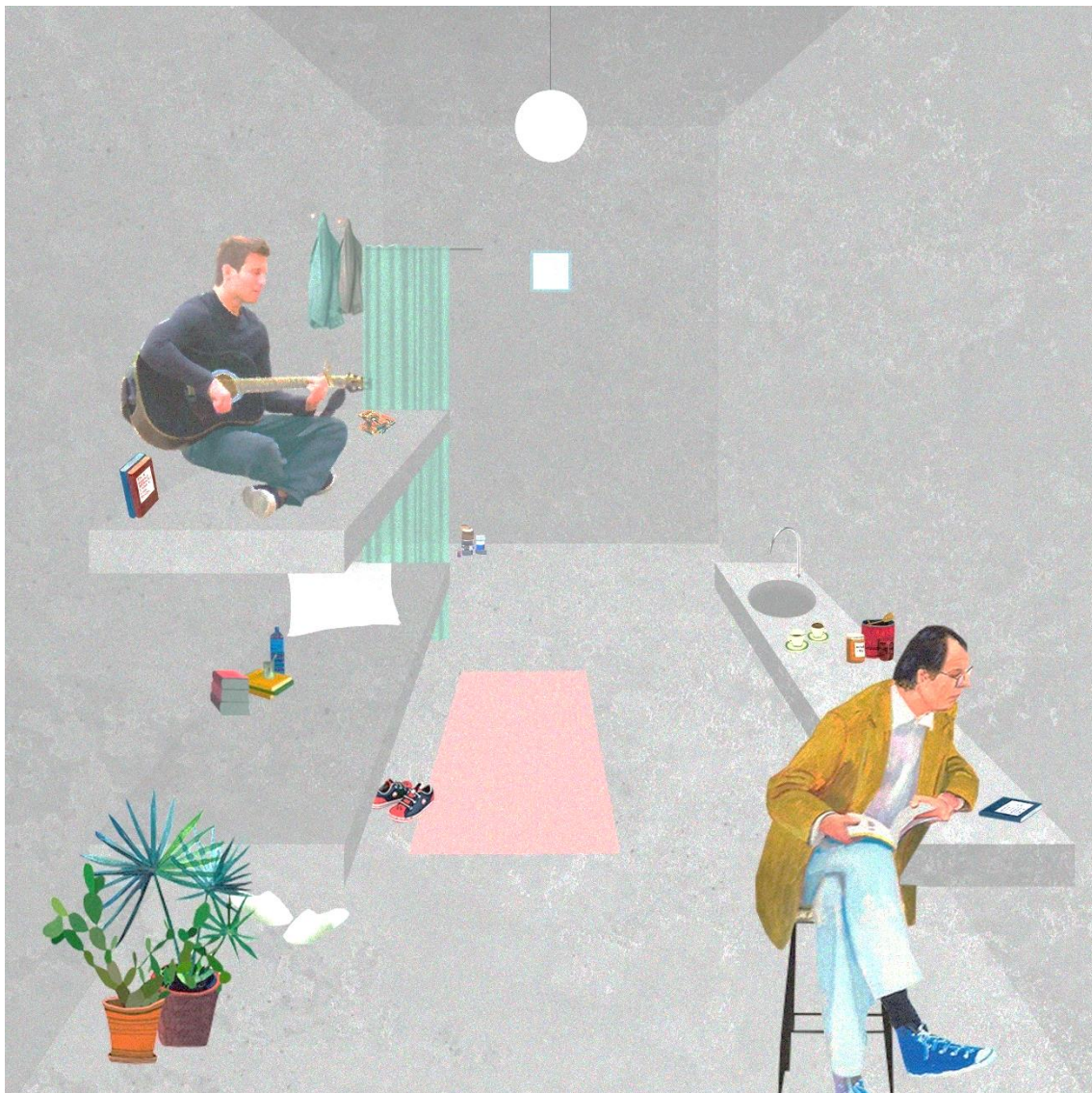
As lajetas de betão serão aplicadas no piso um e na cobertura. Serão assentes em apoios de plástico com cabeça móvel para se adaptarem à pendente. Terão uma separação aproximada de 10mm para permitir a passagem das águas pluviais que serão encaminhadas até aos drenos.

| Tetos

Existem dois tipos de teto no edifício — teto falso de gesso cartonado e teto em betão aparente. O teto em betão configura-se em todo o edifício, resultante da cofragem da laje, exceto nas salas de atendimento médico, na sala de formação, quarto dos policia, nas salas de visitas e sala de descanso. Nas restantes zonas configura-se o teto falso que será suportado por uma estrutura em aço galvanizado com placas tipo Pladur de 15mm.

Nas salas de atendimentos médicos é embutido um estore de rolo tipo blackout.

Foi tido em conta evitar colocar tetos falsos em zonas comuns aos reclusos por serem sítios que podem ser usados para a ocultação de objetos.



#67

Vista desde o interior da cela, desenho do autor, 2017

| Lajes e coberturas

As lajes entre o piso zero e um serão em betão armado ($e=280\text{mm}$). A laje do piso 0 que está em contato com o terreno será em betão armado ($e=280\text{mm}$), colocado sobre uma camada de betão de limpeza ($e=50\text{mm}$).

A cobertura no piso um não será recorrível e será constituída por laje de betão (280mm). A cobertura é rematada por lajetas de betão ($1000\times 1000\times 70\text{mm}$), assentes em apoios de plásticos, com uma separação de 10mm para o escoamento das águas pluviais e colocadas até o limite da cobertura de modo a tapar o murete e conferir à cobertura uniformidade e continuidade. Sob as lajetas, terá uma camada de forma de 2% de inclinação para o escoamento das águas pluviais, guiadas por canais de drenagem em zinco até os tubos de queda. Por outro lado, a cobertura do piso zero será acessível pelos policiares. É revestida em chapas de aço corten ($e=4\text{mm}$) assentes em apoios de plástico e com espaçamento de 10mm .

| Torres

As torres são constituídas por duas camadas, sendo a primeira em estrutura de betão aparente que forma um cilindro com uma escada interior, igualmente em betão, que sobe do piso 0 até 300mm acima do nível do piso um. Exterior ao cilindro configura-se uma plataforma, igualmente em betão, a toda a volta por onde o guarda faz a vigilância dos reclusos. A segunda camada é um painel em chapa de aço corten perfurado, conformado por 40 peças e 4 tipos de perfuração. As chapas são suportadas por 8 anéis em ferro, sustentados por uma estrutura de ferro chumbada à estrutura de betão.

As perfurações dos painéis servem para ocultar o guarda ao mesmo tempo que permite a vigilância sobre o prisioneiro. A permeabilidade é controlada através de perfurações de diferentes diâmetros, sendo as mais pequenas localizadas na parte inferior da torre e as maiores na parte superior, onde se localiza a plataforma de observação. Também ao painel é embutida uma porta em aço corten, que encerra a torre ao exterior.

| Celas

A materialidade no interior das celas é definida unicamente pelo betão aparente, destacando-se no acabamento do teto, das paredes e do pavimento, assim como, na construção de três elementos horizontais que suportam as funções do seu interior. Estes elementos são apoiados nas paredes, em que dois dos quais funcionam como base para as camas dos prisioneiros e o terceiro como uma mesa com um

lavatório encastrado. Na zona da cela destinada à higiene, o pavimento apresenta uma inclinação de 1% para o escoamento de águas, e nas paredes é aplicada uma resina impermeabilizante incolor.

Ao nível das topos das celas existem duas possibilidades consoante a sua localização: em celas tangentes ao muro exterior do volume as frentes são, por um lado, definidas por uma superfície envidraçada com uma porta de correr, e por outro, uma parede em betão com uma janela (300x300mm) à altura dos olhos; em celas sem contacto do muro exterior, as frentes são definidas por duas superfícies envidraçadas, uma com uma porta de correr e a outra sem porta.

| Vãos

Ao nível dos vãos, na zona dos prisioneiros, optou-se pelo aço tanto em portas como nas janelas. As portas são quase todas elas iguais, sempre como o mesmo material, um aço frio e resistente, que separa um espaço de outro e/ou encerra o prisioneiro. Por vezes, as portas tornam-se translúcidas por causa do vidro que faz tornar o espaço escuro e opaco em transparente e luminoso. As portas em madeira foram colocadas pontualmente em espaços reservados aos funcionários.

As janelas em aço terão caixilhos em aço com pintura tipo forja, para proteger o material do mesmo modo que pretende simular a cor do aço trabalhado, com vidro duplo e caixa-de-ar. A nível das portas, são revestidas com chapas de aço e com estrutura em ferro. O aro da porta será também em aço, encastrado no betão e virando uma moldura e marcação do elemento na parede de betão. As portas em aço serão todas pintadas a pintura tipo forja.

As portas em madeira são em estrutura interior em madeira maciça, revestidas com contraplacado de tola e acabamento a pintura lacada, no que diz respeito às portas batentes. Na zona das oficinas administrativas, as portas têm vidro encastrado para permeabilizar a luz. As portas de correr tanto podem ser em estrutura interior de ferro, revestidas com painéis DMF ou estrutura de madeira com revestimento em contraplacado de orla, sendo que as primeiras só se localizam na zona de cuidados médicos dos prisioneiros.

Considerações finais

A vigilância foi o termo que definiu o título desta dissertação e cujo significado resultou em algo mais que o esperado. Entendeu-se que a vigilância acaba por ser uma resposta física que o corpo gera ao entrar em contacto com outros corpos procurando uma necessidade de estabelecer limites. Por ser uma reação do corpo, ela manifesta-se através de um evento, que, na generalidade, acontece em toda a arquitetura, em maior ou menor volume, não sendo, portanto, estritamente inerente ao espaço prisional. No entanto, é no espaço prisional que se tem de revelar sobre o indivíduo, não num universo virtual e impalpável, mas no próprio espaço físico do objeto arquitetónico. Contudo, foi confrontada a carência e negligência no tratamento da vigilância no espaço prisional até chegar em parte, ao abandono, sendo substituído pela vídeo vigilância. Perante este cenário, os espaços prisionais perderam a qualidade formal herdada do passado perante o uma adulterada ideia de progresso.

Esta percepção, e como produto desta dissertação, obrigou a uma reflexão, num processo que progrediu até a construção de um conjunto de ideias com o objetivo de formular um conceito que possa evidenciar a vigilância no espaço prisional.

Considera-se importante que qualquer arquitetura não caia em soluções superficiais que, em parte, focam-se em cumprir o programa funcional, resolvendo espaços sem qualquer interesse em prol de uma necessidade de praticar certas normas e regras, esquecendo assim que o espaço é para ser habitado e vivido pelo corpo — dos mais importantes testemunhos do espaço. É neste meio que reparamos que o edifício prisional não persegue o desejo de vigiar. A forma não responde a esta condição pelo que se concluiu que seria vital retomar esta consciência de projetar ao serviço de uma ideia determinante ao espaço prisional.

Se por um lado existiu motivação no tema, ver o projeto ganhar forma serviu para dar credibilidade ao estudo. A proposta apresentada surge como intenção de tornar possível a reivindicação de uma ideia no espaço, e que não significa que seja a mais correta, mas em termos pessoais cumpre as expectativas. A proposta acabou por se basear em tipologias do passado como referencia, pois são as fontes isentas de qualquer contaminação tecnológica, em figuras como Jeremy Bentham. Procurou-se ainda pensar o espaço para além da forma, concretamente no espaço abstrato e a presença do corpo do homem na interligação entre os dois. Todos estes aspetos serviram como base para apresentar um esquema concreto sobre como deve ser feita a leitura da vigilância no espaço, tendo como resultado a definição de um modelo que foi posteriormente constatado no projeto.

Todo este processo colocou em evidência que a arquitetura pode perseguir uma ideia como resposta a resolver um problema, um esquema mental que aparece como o centro do processo criativo, opondo-se

ao desgaste das formas e da linguagem arquitetônica. Embora a sociedade esteja em constante evolução não significa que a arquitetura tenha de perder significado. A ideia pode estar na base da função e da própria força do edifício, sem necessidade de obsessos artificiais que pretendam responder às exigências do espaço. Portanto, aponta-se o objeto arquitetônico como capaz de responder às exigências de uma função como objeto que é.

Em suma, esta dissertação apela ao encontro do objeto com a sua finalidade, isto é, se ser capaz de demonstrar uma constatação tão fundamental com a vigilância, construída e revelada na forma e no espaço, à espera de que seja verificada pelos corpos enquanto espaço de vigilância e encerramento.

Bibliografia

| Livros

ARGAN, Giulio Carlo, «*El concepto del espácio Arquitectónico desde el Barroco a nuestros días*», Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1973.

BAEZA, Alberto C., «*La ideia construída*» (tr., pr., Silva, Anabela, «*A ideia construída*», 5ta edição, Casal de Cambra, caledoscopio, 2013, pp. 50

BAEZA, Alberto C., «*Pensar com las manos*» (tr., pr., Dos Santos, Eduardo, «*Pensar como as mãos*», 2ta edição, Casal de Cambra, caledoscopio, 2013, pp. 50

BARRIOS, Sonia, et al., «*A construção do espaço*», São Paulo, Novel, 1986.

BECCARIA, Cesare, «*Dos delitos e das Penas*», Ed. Eletrônica: ed. Mores, C. Ridendo, pp. 40, [Online] Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf> [Acedido 28 de Outubro de 2016]

FOUCAULT, Michel, «*Surveiller et punir*», (tr. Pt., Ramalho, Raquel, «*Vigiar e punir: nascimento da prisão*», Petrópolis, Vozes, 20ª ed, 1999)

FOUCAULT, Michel, «*L'œil du pouvoir*», (tr. Es., Varela, Julia e Alvarez-Uría, Fernando, «*Colección Genealogía del poder: El ojo del poder - Bentham en España*», Madrid, La piqueta, 20ª ed., 1979.)

LEFEBVRE, Henri, «*La production del'espacce*» (tr., es. Gutiérrez, Emilio Martínez, «*La producción del espácio*», Madrid, Capitán Swing, 2013)

MILLER, J. Alain, «*O Panóptico. Jeremy Bentham*», (org., Tadeu, Tomaz, tr., Louro, Guacira, M. D. Magno; Tadeu, Tomaz, «*Panopticon*», Belo Horizonte, Autêntica, 2ª ed., 2008)

MONTANER, Josep, M.; Muxí, Zadi, «*Arquitectura y Política. Ensayos para mundos alternativos*», ISBN: 978-85-65985-41-3, («*Arquitectura y Política. Ensayos para mundos alternativos*», São Paulo, Gustavo Gili, 2014)

NETO, Pedro R.G., «*A prisão e o sistema penitenciário*», Canoas, Ulbra, 2000

PERROT, Michelle, «*O inspector Bentham*», tr., Louro, Guacira («*O Panóptico. Jeremy Bentham*», org., Tadeu, Tomaz, tr., Louro, Guacira, M. D. Magno; Tadeu, Tomaz, «*Panopticon*», Belo Horizonte, Autêntica, 2ª ed., 2008, pp. 140)

ROSSI, Aldo, «*A arquitectura da cidade*», (tr., pt., Brandão, Eduardo, «*L'architettura della città*», 2da edição, São Paulo, Martins Fontes, 2011)

SANTOS, Milton, «*Metamorfoses do espaço habitado*», Hucitec, Gustavo Gili, 1994.

TÁVORA, Fernando, «*Da organização do espaço*», Escola Superior de Belas-Artes do Porto, Edições do Curso de arquitectura da E.S.B.A.P, 2ª ed., 1982.

TRIGUEIROS, Conceição, «*Panóptico, as ordens da vigilância- uma arquitetura moralista*», Casal de Cambra, Caleidoscópio, 1ª ed., 2011.

ZAUGG, Rémy, «*El museo de arte de mis sueños o el lugar de la obra y el hombre*», (tr. Es., Zola, Ángel, Colonia, Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia y Snoeck Verlagsgesellschaft, 2015)

ZHUMTOR, Peter, «*Architektur Denken*» (tr. Pt., Grabow, Astrid, «*Pensar arquitectura*», Gustavo Gili, 2ª ed, Barcelona, 2009)

ZHUMTOR, Peter, «*Atmosphären*», Basel, Birkhäuser Verlag, 2006 (tr. Pt., Grabow, Astrid, «*Atmosferas*», 1ª ed, Barcelona, Gustavo Gili, 2006)

VIANNA, Túlio Lima, «*Transparência pública, opacidade privada – O direito como instrumento de limitação do poder da sociedade de controle*», Rio de Janeiro, Revan, 2007.

| Dissertações

LAVOURA, Luís Manuel, «*Poder e subjectivação segundo Foucault e Deluze*». Dissertação de Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

VIANA, Q. Lídia, «*A contribuição da arquitetura na concepção de edifícios penais no Rio de Janeiro*», Rio de Janeiro: Faculdade de arquitetura e urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, [Online] Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp091646.pdf> [Acedido 08 de Outubro de 2016]

| Revistas

El croquis, n. 154, «*Aires Mateus 2002-2011*», Madrid, 2011

El croquis, n. 156, «*Valerio Olgiati 1996-2011*», Madrid, 2011

El croquis, n. 162, «*RCR architectes 2007-2012*», Madrid, 2011

Crítica.cl: Revista Latinoamericana de ensayo, Santiago de Chile, ano 1997, n.XX, Set. 2011, [Online]
Disponível em: <http://critica.cl/otros/arquitectura-penitenciaria-desde-su-genesis-a-las-nuevas-tecnologias-de-investigacion-criminal> [Acedido 01 de Outubro de 2016]

| Artigos

CARO, P, Felipe, «*John Howard y su influencia en la reforma penitenciaria europea de finales del siglo XVIII*», [online] Disponível em: <http://www.ehu.es/documents/1736829/3202683/10-Caro.pdf> [Acedido 08 de Maio 2016]

GONÇALVES, Correia, Pedro, «*A era do humanismo penitenciário: as obras de John Howard, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham*» Disponível em: <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/9792-37721-1-PB.pdf> [Acedido 08 de Maio 2016]

PIRES, Amílcar de Gil, «Os conceitos de tipo e de modelo em arquitectura», [online] Disponível em: <http://lafis.fa.utl.pt/ciaud/res/paper/CONC-TIPO-MODELO.pdf> [Acedido 08 de Maio 2016]

PRIOR, Hélder, «*Democracia deliberada e vigilância eletrónica: da participação ao panóptico cibernético*», dezembro de 2011, [Online] Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/10/pdf/EC10-2011Dez-20.pdf> [Acedido 08 de Maio 2016]

TELES, Cinthia e de Lima e Séllos, Cláudia, «*A origem da aplicação da pena*», 2004, Goiânia, [Online] Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-120R.pdf [Acedido 08 de Maio 2016]

Anexos

Folha #01	Planta de localização	[esc. 1:2000]
Folha #02	Planta de implantação	[esc. 1:500]
Folha #03	Programa e organização – piso 0	[esc. 1:300]
Folha #04	Programa e organização – piso 1	[esc. 1:300]
Folha #05	Axonometria – esquema de circulação	[esc. 1:400]
Folha #06	Planta piso 0	[esc. 1:150]
Folha #07	Planta piso 1	[esc. 1:150]
Folha #08	Planta de cobertura	[esc. 1:200]
Folha #09	Cortes 01, 02	[esc. 1:150]
Folha #10	Cortes 03, 04, 05	[esc. 1:150]
Folha #11	Cortes 06, 07, 08	[esc. 1:150]
Folha #12	Alçados A, B	[esc. 1:150]
Folha #13	Sector A0 (piso 0)	[esc. 1:50]
Folha #14	Sector A1 (piso 1)	[esc. 1:50]
Folha #15	Sector B1 (piso 1)	[esc. 1:50]
Folha #16	Pormenor 01 – 13	[esc. 1:20]
Folha #17	Pormenor 14 – 16	[esc. 1:20]
Folha #18	Pormenor 17 – 19	[esc. 1:20]
Folha #19	A cela	[esc. 1:20]
Folha #20	Mapa de vãos (portas em madeira e aço)	[esc. 1:50]
Folha #21	Mapa de vãos (portas em ferro)	[esc. 1:50]
Folha #22	Mapa de vãos (vãos em aço)	[esc. 1:50]

Caderno de esquisso